



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JULIO DE MESQUITA FILHO – UNESP
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
DA PRAIA DO BATOQUE-CE, ANTE A TRANSFORMAÇÃO EM
RESERVA EXTRATIVISTA.**

Rio Claro - SP

2012

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
DA PRAIA DO BATOQUE-CE, ANTE A TRANSFORMAÇÃO EM
RESERVA EXTRATIVISTA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP – Rio Claro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira

Rio Claro - SP

2012

910h.1 Araripe, Virgílio Augusto Sales
A662a Análise do desenvolvimento socioespacial da comunidade
da praia do Batoque-CE, ante a transformação em reserva
extrativista / Virgílio Augusto Sales Araripe. - Rio Claro : [s.n.], 2012
130 f. : il., figs., tabs., Mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade
Estadual Paulista, Instituto de Geociências
e Ciências Exatas
Orientador: Enéas Rente Ferreira

1. Geografia da população. 2. Resex. 3. Especulação.
4. Conflito. 5. Terra. I. Título.

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP – Rio Claro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira (Orientador)
IGCE-UNESP/Rio Claro

Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza
IGCE-UNESP/Rio Claro

Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai
UFSCar

O espaço envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social; diante desta afirmação, o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo em que traduz as diferenças e as particularidades contextuais.

(Lefebvre)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, pela dádiva da descoberta de novos caminhos.

Aos meus pais, César e Têca Araripe, que são a minha fonte de amor e exemplo de família.

A minha esposa Márcia que sempre esteve ao meu lado, pela compreensão e o incentivo em todos os momentos desta pesquisa.

Aos meus filhos Bruno e Amanda, pela força que me proporcionaram inclusive dedicando seu precioso tempo na organização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos comunitários da Reserva do Batoque pelo carinho com que me receberam e compartilharam os seus saberes.

Ao Prof. Dr. Enéas Rente Ferreira, pelo incentivo e dedicação com que me orientou nesta caminhada e pela correspondência tempestiva no esclarecimento das dúvidas.

À Prof^a Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, pela confiança e o entusiasmo dispensados ao convênio de pós-graduação entre o IFCE e a UNESP.

Ao Prof. Antônio Carlos Tavares, pelo compromisso e exemplo de coordenador no Programa de Pós-graduação em Geografia IGCE-UNESP/Rio Claro.

Ao Amigo e Magnífico Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Ceará, Prof. Cláudio Ricardo Gomes de Lima, responsável maior por este programa de Pós-graduação entre o IFCE e a UNESP.pelo compromisso com a Educação Profissional e Tecnológica.

À amiga Prof^a Glória Marinho, Pró-reitora de Pesquisa e Inovação do IFCE, que instrumentalizou o convênio entre o IFCE e a UNESP, dedicando toda sua competência à instalação do curso.

Ao amigo Prof. Francisco Tássio Lofti Matos, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional do IFCE, pela amizade de muitas décadas, e pelo incentivo, apoio e companheirismo dedicado a esta minha missão.

Ao grande amigo Prof. Cláudio Turene Almeida Dornelles, sempre presente na minha caminhada institucional, desde a antiga ETFCE, o meu muito obrigado pelo apoio, incentivo e dedicação, e principalmente pelo prazer de compartilhar da sua imensa generosidade e amizade.

Ao Prof. Crisóstomo do Vale, nosso imortal cearense, que com seu estilo simples e alegre sempre me socorreu nas revisões da língua pátria, incentivando-me a seguir em frente.

Aos professores da UNESP de Rio Claro, em especial, o prof. Dr. Fadel David, que ministraram as disciplinas deste curso, o meu muito obrigado, pela dedicação e profissionalismo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a realidade socioespacial em diferentes períodos da comunidade da praia do Batoque ante a sua transformação em reserva extrativista. Esta comunidade litorânea que pertence ao Município de Aquiraz, Estado do Ceará, e dista 51 km da capital, Fortaleza. Viveu, a partir da década de 1970, sérios conflitos com investidores imobiliários que, atraídos pela beleza cênica do lugar, tentaram, por meios ilícitos, expulsar os nativos de suas terras. Após a década de 1980, o crescente desenvolvimento econômico do Estado acirrou os ânimos, desencadeando-se uma batalha, tanto jurídica como corporal, entre os comunitários e os investidores imobiliários. Após vários embates, o governo federal decretou a condição de Reserva Extrativista para aquelas terras, encerrando o conflito. Nosso objetivo consistiu em analisar o que mudou desde então, e a compreensão das mudanças por aqueles moradores. Para isto, 61 comunitários foram entrevistados e, manifestando por relatos suas experiências, expressaram principalmente a satisfação pela garantia da posse de suas terras. Verificou-se, no entanto, que os comunitários ainda não conseguem retirar do local os recursos suficientes para o seu sustento e de suas famílias, recorrendo algumas vezes a outras atividades profissionais fora dos limites da reserva. Ao analisar os dados colhidos diretamente com a população local, concluímos que é imprescindível melhorar a gestão da Resex, com projetos que propiciem aos seus moradores, entre outras coisas: melhores oportunidades de trabalho e geração de renda; promover o atendimento de necessidades primordiais, na saúde e na educação; o reconhecimento como verdadeiros donos das terras que habitam, para que, mais do que contribuintes e eleitores, sejam vistos como cidadãos, com seus direitos e sua cultura respeitados.

Palavras-chave: Geografia da população. Resex. Especulação. Conflito. Terra.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the sociospatial perception of Batoque dwellers facing its transformation into extractive reserve. This thorp stands upon the coastal city of Aquiraz, State of Ceará, and it is 51 km far from the capital, Fortaleza. Since the 1970s until few years ago, it has been hanging serious conflicts with land speculators who, attracted by the scenery wonders of the place, tried by criminal means to expel them from their homelands. After the 1980s, the growing economic development of the state just intensified further the spirits, setting off a battle, both legal and bloody, between the Community and the greed of speculators. After several clashes, the federal government decreed that land as the Extractive Reserve, putting an end to the conflict. Our objective was to analyze what has changed since then, and how these people realize the changes. For this purpose, 61 dwellers were interviewed who expressed in writing, mainly their satisfaction due the guarantee of their land. However the community still can not take place resources enough o afford their families, sometimes resorting to other professional activities outside the boundaries of the reservation. When analyzing the data collected in the research phase, we conclude that a better management of the Resex is required, with projects that provide for its residents, among other things, better job opportunities and income generation; provisiono f basic needs fullfillm; health and education; so that, in addition to voters, they are seen as legitimate owners of their lands seen as citizens with rights and culture respected.

Keywords: Geography of population. Resex. Speculation. Conflict. Land.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Vista aérea da localidade do Batoque. | 30 |
| Figura 2. Aspecto do acesso à RESEX do Batoque | 31 |
| Figura 3. Lagoa do Batoque ao pôr do sol. | 32 |
| Figura 4. Aspecto da moradia do nativo do Batoque | 33 |
| Figura 5. Cobertas (em palha de coqueiro) das habitações primitivas | 33 |
| Figura 6. Aspecto de segunda residência de veranistas | 34 |
| Figura 7. Pescadores praticando a pesca artesanal | 35 |
| Figura 8. Lagoa do Batoque, nível em período sem chuva. | 37 |
| Figura 9. Perfil esquemático da RESEX do Batoque. | 39 |
| Figura 10. Mar litorâneo | 39 |
| Figura 11. Praia | 39 |
| Figura 12. Pós-praia com barracas | 40 |
| Figura 13. Dunas móveis, com barramento de estacas. | 41 |
| Figura 14. Segunda residência invadida pela duna móvel. | 41 |
| Figura 15. Lagoa do batoque como área de lazer. | 43 |
| Figura 16. Baixio úmido com cultivos | 43 |
| Figura 17. Encosta de duna semifixa com coqueiros | 44 |
| Figura 18. Encosta de duna semifixa com habitações locais. | 44 |
| Figura 19. Habitação construída no topo de dunas semifixas. | 45 |
| Figura 20. Relevo da duna revestida de vegetação rasteira e arbustos de | 45 |
| Figura 21. Habitações de comunitários | 46 |
| Figura 22. Topo da duna fixa, tendo ao fundo a visão do mar | 46 |
| Figura 23. Vegetação no topo da duna fixa | 47 |
| Figura 24. Encosta de duna fixa | 47 |
| Figura 25. Distância de Fortaleza a Lisboa. | 51 |
| Figura 26. Aeroporto de Aracati-CE | 55 |
| Figura 27. Vista área com a abrangência territorial do local pretendido pelo Aquiraz Riviera. | 63 |
| Figura 28. Proposta de construção de praça com parque em estilo baleia | 64 |
| Figura 29. Imagem da implantação do Aquiraz Riviera Resort na localidade da Marambaia, | 65 |
| Figura 30. Entrada da RESEX, com placa indicativa das unidades geoambientais. | 73 |
| Figura 31. Construção de habitações dos comunitários em alvenaria | 74 |
| Figura 32. Escombros da demolição de residência de veranista. | 74 |
| Figura 33. Vista da rua do Batoque | 75 |
| Figura 34. Pescadores retornando da pesca marítima | 76 |
| Figura 35. Produção e comercialização de artesanato em residências | 77 |
| Figura 36. Plantio de batata doce como agricultura de subsistência. | 77 |
| Figura 37. Captação de água do subsolo por meio de catavento. | 78 |
| Figura 38. Utilização do esgoto para adubação de plantas. | 79 |
| Figura 39. Escola Municipal de Ensino Fundamental do Batoque | 80 |
| Figura 40. Posto Municipal de Saúde | 80 |
| Figura 41. Pousada comunitária | 81 |
| Figura 42. Bar na residência de nativo | 83 |
| Figura 43. Lan House. | 84 |
| Figura 44. Comércio local | 84 |
| Figura 45. Casa de farinha comunitária | 85 |
| Figura 46. Venda de tapioca | 85 |
| Figura 47. Colheita de feijão | 86 |
| Figura 48. Barracão de venda do pescado | 86 |

| | |
|--|-----|
| Figura 49. Peixe pargo preparado nas barracas de praia | 87 |
| Figura 50. Carangueijo servido nas barracas de praia | 88 |
| Figura 51. Distribuição dos entrevistados por gênero. | 89 |
| Figura 52. Distribuição dos entrevistados por faixa etária. | 90 |
| Figura 53. Naturalidades mencionadas pelos entrevistados. | 91 |
| Figura 54. Entrevistados que já moraram em outra localidade. | 91 |
| Figura 55. Tempo aproximado de moradia dos entrevistados na comunidade. | 92 |
| Figura 56. Nível de alfabetização dos entrevistados. | 92 |
| Figura 57. Entrevistados que trabalham fora da Resex. | 93 |
| Figura 58. Distribuição dos entrevistados por tempo no emprego/trabalho. | 94 |
| Figura 59. Entrevistados que recebem algum benefício do governo. | 96 |
| Figura 60. Tipo de moradia do entrevistado. | 96 |
| Figura 61. Existência de banheiro na moradia do entrevistado. | 97 |
| Figura 62. Origem da água de beber do entrevistado | 98 |
| Figura 63. Entrevistados que possuem energia elétrica em casa | 98 |
| Figura 64. Entrevistados que possuem televisão em casa. | 99 |
| Figura 65. Programas que mais interessam o entrevistado. | 99 |
| Figura 66. Entrevistados que recebem orientação de saúde da rede pública. | 100 |
| Figura 67. Entrevistados que recebem medicamentos do governo | 101 |
| Figura 68. Ocorrência de participação do entrevistado no movimento de resistência imobiliária. | 102 |
| Figura 69. Ocorrência de participação do entrevistado nas reuniões da associação de moradores. | 102 |
| Figura 70. Conhecimento do entrevistado sobre o significado de uma reserva extrativista | 103 |
| Figura 71. Opinião do entrevistado sobre se é correta a transformação da localidade em Resex. | 103 |
| Figura 72. Entrevistados que participaram do projeto para a transformação da localidade em Resex. | 104 |
| Figura 73. Dificuldades que o entrevistado considera que ocorreram | 105 |
| Figura 74. Avaliação do entrevistado sobre o processo de intervenção da Resex. | 105 |
| Figura 75. Conhecimento do entrevistado sobre o plano de utilização da Resex. | 106 |
| Figura 76. Opinião do entrevistado sobre as instituições que apoiaram a implantação da Resex. | 107 |
| Figura 77. Opinião do entrevistado sobre se ocorreu melhoria em sua vida com a implantação da Resex. | 107 |
| Figura 78. Opinião do entrevistado sobre sua autonomia socioeconômica | 108 |
| Figura 79. Opinião do entrevistado se os objetivos da Resex foram alcançados. | 109 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 1. Localização da praia do Batoque-CE | 30 |
| Mapa 2. Estradas do Ceará | 50 |
| Mapa 3. Rotas aéreas internacionais | 52 |
| Mapa 4. Distribuição das praias a leste de Fortaleza | 57 |
| Mapa 5. Distribuição das praias a oeste e de Fortaleza | 59 |
| Mapa 6. Proposta inicial de construção do Aquiraz Riviera Resort no Batoque. | 63 |
| Mapa 7. Área marítima pleiteada para a RESEX do Batoque | 72 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1. Frequência dos voos internacionais em Fortaleza-CE | 51 |
| Quadro 2. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA MARINHO COSTEIRO | 69 |
| Quadro 3. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA AMAZÔNIA | 70 |
| Quadro 4. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA CERRADO | 71 |
| Quadro 5. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA MATA ATLÂNTICA | 71 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Área de trabalho dos entrevistados. | 94 |
| Tabela 2. Distribuição dos entrevistados por faixa de renda familiar. | 95 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ADECE | Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CEB | Comunidades Eclesiais de Base |
| CDPDH | Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CONTAG | Confederação dos Trabalhadores da Agricultura |
| DPU | Departamento de Patrimônio da União |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| ICMbio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| Mtur | Ministério do Turismo |
| NEA | Núcleo de Educação Ambiental |
| ONG | Organização não Governamental |
| PRODETUR | Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo |
| REM | Reserva Extrativista Marinha |
| RESEX | Reserva Extrativista |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 17 |
| METODOLOGIA..... | 21 |
| CAPITULO 1 A COMUNIDADE DO BATOQUE..... | 26 |
| 1.1 A colonização do litoral cearense..... | 26 |
| 1.2 A localização da comunidade da praia do Batoque..... | 29 |
| 1.2.1 Histórico da comunidade..... | 31 |
| 1.2.2 As características geomorfológicas, sociais, culturais e de ocupação da localidade do Batoque..... | 34 |
| CAPITULO 2 O CONFLITO..... | 49 |
| 2.1 O potencial turístico do litoral cearense..... | 49 |
| 2.1.1 Os principais empreendimentos estruturantes do Ceará..... | 50 |
| 2.1.2 O desenvolvimento turístico do Estado..... | 53 |
| 2.2 O olhar turístico para a localidade do Batoque e o início do conflito..... | 60 |
| CAPÍTULO 3 TRANSFORMAÇÃO DO LOCAL ONDE VIVE A COMUNIDADE EM RESERVA EXTRATIVISTA..... | 66 |
| 3.1 O movimento extrativista no Brasil..... | 66 |
| 3.2 Batoque: a primeira RESEX do Ceará..... | 71 |
| 3.3 A sobrevivência da comunidade frente à gestão da RESEX..... | 80 |
| 3.4 Opinião da comunidade frente à transformação em reserva extrativista..... | 88 |
| 3.4.1 Caracterização dos entrevistados em relação ao gênero, idade e escolaridade..... | 89 |
| 3.4.2 Caracterização dos entrevistados em relação a trabalho e renda..... | 93 |
| 3.4.3 Caracterização dos entrevistados quanto às condições de moradia..... | 96 |
| 3.4.4 Depoimentos dos entrevistados em relação aos cuidados com a saúde..... | 100 |
| 3.4.5 Opinião dos entrevistados em relação à reserva extrativista..... | 101 |
| REFERÊNCIAS..... | 115 |
| Apêndice I. Questionário..... | 119 |
| Apêndice II. Tabelas..... | 121 |
| ANEXO..... | 129 |

INTRODUÇÃO

A comunidade da Praia do Batoque, localizada no distrito de Jacaúna, município de Aquiraz-CE, a 51 km a leste de Fortaleza, capital do Ceará, é um dos lugares utilizados por populares da capital e de outros municípios próximos para veranejar, o que, não raro, tem implicado problemas de ocupação irregular na localidade .

Ao longo das últimas três décadas, mais especificamente a partir da década de 1970. esta comunidade tem resistido às ameaças de segregação e total transformação ambiental, decorrentes da especulação imobiliária.

A luta pela permanência na terra natal desencadeou uma verdadeira batalha política e jurídica, que chegou a episódios de agressão física. De um lado, os comunitários da localidade do Batoque e diversos segmentos da sociedade – incluindo a Igreja Católica, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e algumas organizações não governamentais; do outro lado, os especuladores imobiliários. O conflito envolveu também líderes comunitários e nativos que, na defesa da própria sobrevivência, se organizaram e, em 2003, a comunidade do Batoque conquistou legalmente o *status* de primeira Reserva Extrativista do Ceará.

O presente trabalho, cujo tema é Análise do Desenvolvimento Socioespacial da Praia do Batoque-CE, Ante a Transformação em Reserva Extrativista, visa a apresentar as condições sociais e culturais da comunidade, tendo como palco seu próprio espaço geográfico. Faz referência também às mudanças sociais destes cidadãos comuns a cidadãos extrativistas, estabelecidos em uma nova forma de ocupação espacial, após o advento da reserva extrativista.

Ao abordar o conceito de desenvolvimento socioespacial, não se limitou à dimensão do desenvolvimento econômico, com viés capitalista ocidental, mas sim ao desenvolvimento social, tendo como consequência a qualidade de vida deste povo, caracterizado pelo termo de uma mudança social positiva, segundo Souza (2002):

Desenvolvimento é mudança, decerto: uma mudança para melhor. Um “desenvolvimento” que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não chamado de tal.

No conceito a seguir justifica-se o movimento deste povo na busca pela permanência no espaço territorial, escolhido por eles, para sua sobrevivência material e imaterial, fixando seus traços culturais, conforme Souza (2002):

Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas, igualmente, a espacialidade. A importância de espaço (que é palco, fonte de recursos, recurso em si [localizações], arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar e território).

As relações sociais de conflito entre os comunitários e os investidores imobiliários, tiveram como principal objetivo a permanência daqueles no espaço geográfico. Ao longo de um século, estes comunitários fixaram raízes e começaram a cultivar uma identidade cultural correspondente ao estilo do local, segundo Walter (2008):

Vários são os movimentos sociais que se apresentam: são os operários, os camponeses, os indígenas, as mulheres, os negros, os homossexuais, os jovens, etc. que se organizam e lutam..Há um traço comum a esses movimentos: todos eles emergem a partir de determinadas condições sociais de existência que lhes dão substância.

E ainda segundo Walter (2008):

Os camponeses, ao contrário, dispõem geralmente de um pequeno pedaço de terra e de seus instrumentos de trabalho; trabalham com seus familiares e visam garantir a reprodução das suas famílias praticando uma agricultura de subsistência e vendendo uma pequena parcela excedente dessa produção. No interior de uma sociedade capitalista, como a nossa, com frequência se vêem ameaçados por “grileiros” que possuem títulos falsos de propriedade.

Complementa Walter (2008):

Quase sempre perdem a sua terra e vagam pelo território, indo para as frentes pioneiras, para as amazônias da vida, onde se tornam posseiros e, como tais, recomeçam a sua vida camponesa, até que por lá cheguem, outra vez, a estrada o “grileiro”.

Neste trabalho, também, investigam-se as condições de vida do povo do Batoque, sua luta pela permanência na terra, antes, durante e passados oito anos de sua transformação em Reserva Extrativista (RESEX).

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as condições socioespaciais da comunidade da Praia do Batoque-CE, ante a transformação em Reserva Extrativista.

Como objetivo específico buscou-se levantar o histórico da ocupação laboral da comunidade, na localidade; bem como o modo de sobrevivência desta comunidade, antes da transformação em RESEX, relatando o conflito da comunidade com os empresários do setor imobiliário, e analisar o modelo de reserva extrativista, visando ao atendimento às necessidades da comunidade.

A pesquisa abrange períodos distintos, marcados pelos movimentos sociais, em defesa da cidadania e da permanência na terra, em oposição às forças externas nocivas à comunidade, adequando à nova realidade as suas formas de sobrevivência e cultura. Deste modo, lançou-se mão de um enfoque dialético, aplicado à Geografia Humana, por entender-se, com Demo (1985, p.86) que a dialética não escapa à condição comum de ser a interpretação da realidade. Sendo a história desta comunidade marcada, em diversos momentos, pela superação, cremos que o enfoque dialético favorece a compreensão dos fenômenos contraditórios advindos dos conflitos.

Estes conflitos ocorridos na comunidade prevaleceram sobre a pacata e tranquila vida de seus moradores, levando-os a se organizarem na busca de segurança e sobrevivência. A abordagem dialética, ao conceituar esta dinâmica, apresenta os termos: tese, antítese e síntese. A essência da dialética é a antítese, como consequência da tese, sendo a síntese uma nova tese.

Conforme Demo (1985) a tese é o primeiro termo de um sistema dialético, sendo a antítese o segundo termo, e a síntese, o terceiro, que concilia os dois primeiros e vai além deles. (Ex.: tese, o ser; antítese, o não-ser; síntese, o vir-a-ser.)

Observa-se, assim, uma contraposição ao método causal, onde são estabelecidas as relações de causa e efeito entre os fatos, já o modo dialético investiga os elementos que sejam conflitantes em relação a dois ou mais fatos, buscando uma explicação para uma nova situação resultante deste conflito.

Dizemos que toda tese elabora sua antítese, porque possui endogenamente suas formas de contradição histórica. No contexto de nosso trabalho, antítese significa a sobrevivência, dentro da tese, de componentes conflituosos e que mostram, ao mesmo tempo, a face da dinâmica histórica. A realidade é histórica porque é antitética. A dinâmica histórica nutre-se dos conflitos que nela se geram e acabam explodindo, ocasionando sua superação (DEMO, 1985, p.87).

Apoiados nos termos da dialética pode-se associar os movimentos sociais ocorridos na comunidade. A tese pode referendar a situação histórica da comunidade;

a antítese, explicar o contraditório revelado pelo conflito deflagrado pela posse das terras; e a síntese será a homologação do local como reserva extrativista do Batoque, expressando as condições socioespaciais da comunidade após a transformação em Reserva Extrativista.

Evidencia-se, desta forma, a simplicidade da população local. Uma vida pacata, em harmonia com o ambiente, a qual, em dado momento, foi ameaçada por exploradores externos, transformando a área em reserva extrativista a única maneira de manter, não somente a posse da terra, mas o direito de garantir a sua sobrevivência com os recursos da própria reserva.

METODOLOGIA

Para atender aos seus objetivos, este trabalho desenvolveu-se em três etapas:

1. **Pesquisa bibliográfica:** a partir da análise de fontes, como monografias, dissertações, teses, jornais, livros, revistas e outros, onde se obteve o referencial teórico, necessário para o conhecimento dos aspectos geográficos, sociais, econômicos, políticos e ambientais da região da comunidade do Batoque.
2. **Reconhecimento inicial:** realização de visitas na área de abrangência da comunidade do Batoque, servindo de base para o planejamento da efetivação da coleta de dados – questionários.
3. **Aplicação de questionários/entrevistas:** considerando-se que alguns estudos já foram efetuados na área, procurou-se direcionar a pesquisa para a avaliação da opinião sobre a transformação em Reserva Extrativista, junto aos comunitários, tanto os representantes da associação de moradores como os demais membros da população local.

Esta etapa incluiu a aplicação de questionários por meio de entrevistas em uma amostragem pelos seguintes grupos:

- membros da associação de moradores;
- moradores (zona de praia e zona urbana, nativos ou não);
- estudantes e professores de escolas públicas;
- representantes de instituições municipais.

Os dados foram levantados por meio de entrevistas, aplicando-se questionários com questões abertas e fechadas ou, caso os entrevistados optassem, por gravações, desenhos, entre outros, mas todos servindo como subsídios para a avaliação da realidade da comunidade local como um todo.

As questões foram estruturadas e ordenadas conforme a natureza da investigação e, de acordo com o tipo de informação procurada, e abordaram os seguintes aspectos:

- Caracterização dos sujeitos entrevistados: nível econômico, nível escolaridade, faixa etária, naturalidade, ramo de atividade profissional, condições de moradia e saúde, entre outros;
- Identificação dos principais problemas existentes na região da reserva extrativista, suas possíveis origens, causas, efeitos, soluções e responsabilidades;
- Identificação do significado, dos elementos representativos e dos interesses relacionados à criação da reserva extrativista do Batoque;
- Identificação das responsabilidades, das possibilidades, das expectativas, do processo, da valoração dos resultados e dos conhecimentos relacionados à criação da Reserva Extrativista do Batoque.

Na pesquisa de campo, aplicaram-se questionários semi-estruturados (Apêndice I) por meio de entrevistas, permitindo, assim, que todos respondessem as mesmas perguntas, a fim de se obter dos moradores informações sobre sua adaptação e subsistência ante a gestão da RESEX. Nesta fase, destaquem-se os registros fotográficos que corroboram os fatos descritos.

Conforme Abramo (1979) para as questões consideradas fechadas, pode-se prever a resposta em um grupo de possibilidades, o que gera uma série de categorias predefinidas, com a vantagem de reduzir-se o tempo de aplicação e de quantificação dos resultados; mas também possuem algumas desvantagens, como limitar as respostas imprevistas, podendo induzir à escolha de uma resposta a partir do conhecimento das opções existentes, ou ainda estimular um preenchimento rápido do questionário, desvirtuando-se a realidade.

As questões definidas como abertas são as que buscam as respostas mais livres, sem nenhuma tendência preestabelecida, não direcionando os entrevistados a uma resposta já definida; contudo, estas podem ser mais cansativas e aumentam o tempo de aplicação do questionário e também de análise dos resultados.

Estas questões foram utilizadas primeiramente quando se investigou a visão da população quanto à criação da Reserva Extrativista do Batoque; a compreensão de seus problemas, as questões ambientais, os elementos representativos e aspectos que não podem ser predefinidos. Estas questões foram as que apresentaram maior dificuldade e, algumas vezes, relutância de alguns entrevistados, em responder –

talvez por constrangimento, já que em sua maioria eram pessoas bem simples e humildes.

Os dados gerados pelos questionários foram discutidos de acordo com a natureza das questões. As perguntas consideradas objetivas (fechadas) receberam um tratamento quantitativo, com análise de frequências simples e pontuais. Por sua vez, as questões descritivas ou subjetivas (abertas) foram tratadas de maneira qualitativa, sendo inicialmente agrupadas em categorias de respostas e, depois, quantificadas. Em algumas questões que, porventura, apresentassem mais de uma resposta da parte dos entrevistados, procurou-se analisar a frequência de ocorrência percentual de cada um dos itens que foram citados.

Para avaliar a eficiência do questionário em atender, com suas respostas, aos objetivos do trabalho, realizou-se um pré-teste com 8 entrevistados, escolhidos aleatoriamente, cuidando-se de abordar somente pessoas que tivessem participado do processo de transformação em reserva extrativista. O primeiro passo foi esclarecer os entrevistados sobre a natureza e a importância deste trabalho de avaliação.

Notou-se em alguns deles uma relutância em participar, mas quando viam os papéis dos questionários sabiam que seria uma pesquisa e até citavam a preferência pela preservação de suas identidades. Nestes casos, procurou-se um tom de conversa informal, seguindo a mesma ordenação das perguntas dos questionários, sem o registro por escrito, no primeiro momento, mas imediatamente após o término da entrevista, para que nenhum item fosse esquecido.

Vencidas a inibição e a desconfiança iniciais, os entrevistados demonstraram interesse em participar, reconhecendo a importância do trabalho e colocando-se à disposição para contribuir com esta pesquisa.

Vejam-se alguns comentários:

Tinha muito Mané que queira me tirar daqui, mas agora eu não saio mais daqui não.

Deste processo eu participei só um pouco, se tivesse outro eu iria de novo e desta vez eu queria participar mais.

Inicialmente, os entrevistados ficaram um pouco receosos e preocupados em acertar todas as respostas e queriam saber se ocorreria alguma identificação, uma vez que era colocado um nome inicial e o local da realização da entrevista. Esclarecemos

que sua identidade não seria, de maneira alguma, revelada e que serviria apenas para organização do nosso trabalho.

Um problema posterior surgiu com a pergunta sobre o valor da renda familiar. Alguns entrevistados mostraram-se constrangidos quanto a esta questão e, como não se tratava de um aspecto relevante para os objetivos qualitativos desta pesquisa, a pergunta foi colocada de forma indireta, em uma conversa com o entrevistado, como se não fizesse parte do questionário.

Optou-se por distribuir a pesquisa por categorias, incluindo, além das supracitadas, os nativos, inclusive os estudantes, considerando-se o número de moradores (cerca de 800 pessoas) caracterizando-se, assim, uma amostra representativa. Os dados, levantados mediante questionários e entrevistas semi-estruturadas, e enriquecidos de registros fotográficos e outros materiais oferecidos pelos entrevistados, tais como desenhos, cartazes, mapas etc., servem de subsídios para a avaliação global. Os membros da Diretoria da Associação de Moradores também foram entrevistados, produzindo-se um documento de avaliação da RESEX, e apresentando-se suas sugestões para as futuras organizações.

A sistemática de obtenção de dados aliou pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória. O estudo histórico possibilita a reconstituição de um fato ou a formação/evolução de um organismo social. O estudo exploratório descreve e analisa, mediante exaustiva investigação de campo, os fenômenos sociais aqui relatados (ABRAMO, 1979).

Há diferentes formas de coleta de dados (entrevistas, documentação etc.) que geram valores numéricos e podem ser quantificados e trabalhados para resultarem em valores que representem a média, a porcentagem e também a frequência de dados. Estas são as medidas mais comuns e que mais rapidamente expressam conclusões sobre resultados numéricos, obtidos em entrevistas e questionários.

Optamos pela análise qualitativa, mesmo considerando que, quando se realiza uma análise e interpretação de dados qualitativos, deve-se tomar muitos cuidados. É preciso ter a exata compreensão de todos os dados relacionados, conforme Halcolm¹ citado em Marino (2003):

O fato de darmos nome a algo não significa que podemos entendê-lo. O fato de entender não significa que podemos atribuir um nome. O que não se vê, não se

¹ Adaptado da obra de Halcolm, **La Verdadera Historia del Paraíso Perdido**.

pode descrever. O que não se pode descrever, não se pode interpretar. Mas, o fato de se poder descrever algo não significa que se possa interpretá-lo.

Os dados qualitativos, ao contrário dos quantitativos ou numéricos, são apresentados de forma descritiva (palavras, frases, sentenças, parágrafos ou narrativas) o que dificulta sua análise e interpretação. Os métodos que se pode aplicar para isto dependem diretamente da peculiaridade dos métodos de coleta e das perguntas. Não existe uma receita, uma fórmula única para análise e interpretação de dados, pois o pesquisador pode combinar procedimentos de vários métodos, a seu critério e de acordo com a necessidade (MARINO, 2003).

Observe-se que, para a apreensão do diagnóstico pela população local, este trabalho assumiu caráter qualitativo, ou seja, buscou uma dimensão com maior força descritiva, afetiva e emocional.

CAPÍTULO 1

A COMUNIDADE DO BATOQUE²

1.1 A colonização do litoral cearense³

Para se compreender o surgimento das comunidades litorâneas, com ênfase na do Batoque-CE, impõe-se um breve relato histórico. Desde o período colonial até os momentos atuais, registram-se embates entre a persistência das comunidades em se manterem vivas e a exploração do turismo pelos investidores estrangeiros e especuladores imobiliários.

Nos séculos XVI e XVII, a conquista de regiões se dava à medida que em determinado local se descobrissem jazidas de metais preciosos ou terras propícias ao cultivo da cana de açúcar. Logo, duas províncias se sobressaíram: Salvador e Recife. Segundo destaca Montenegro Jr. (2004) o Ceará não ficou inserido na rota da colonização devido à, entre outros fatores, aridez da região, que dificultava a habitação e não propiciava a produção de cana de açúcar; a ausência de metais preciosos e, ainda, a presença de índios que resistiam à dominação portuguesa.

Estes fatores construíram uma imagem negativa da região, ficando vilipendiada pelos colonos, e atraindo a atenção de outros exploradores europeus, como holandeses e franceses, que buscavam estabelecer dominações, fazendo frente à corrida colonizadora empreendida por Portugal e Espanha.

Mendes, Lima e Coriolano (2004) mencionam que, no início, o litoral cearense não atraiu o europeu, e não havia meio para isto. Os poucos conhecimentos acerca do mar e as dificuldades para a importação e exportação de mercadorias nesta região, além da presença de silvícolas hostis à dominação portuguesa, contribuíram para que o litoral cearense fosse desinteressante na época. Assim, a economia litorânea se resumia basicamente a atividades de subsistência, exercida pelos silvícolas (potiguaras e tremembés), notadamente a pesca artesanal.

² Relata-se que o nome Batoque foi inspirado na observação, pelos primeiros nativos, do som das águas que batiam nas folhagens da vegetação circundante. (informação pessoal de alguns membros da comunidade)

³ Esta retrospectiva histórica esta baseada nas obras de Mendes, Lima e Coriolano (2004) e Montenegro Jr. (2004)

Diante da ausência de terras próprias ao desenvolvimento de atividades rentáveis, economicamente o que o Ceará poderia oferecer à metrópole era o cultivo de algodão e o charque, sendo estes produzidos essencialmente no sertão. Por isto, inicialmente, a capitania cearense tem um perfil interiorano. De acordo com Montenegro Jr. (2004) foi por meio das charqueadas que se deu o surgimento de novos núcleos urbanos, tais como Icó e Aracati, contribuindo para que a província cearense começasse a ganhar importância para a metrópole.

A partir da expedição empreendida por Martim Soares Moreno é que a situação começa a guinar favoravelmente aos portugueses. Enquanto outros colonos não conseguiam adentrar-se no território cearense e lá se instalar, pelos motivos acima listados, o navegador, aprendendo a língua e costumes dos índios, realizou tal feito. A atuação de Soares Moreno foi determinante para a expulsão dos estrangeiros ali localizados – os chamados “invasores” – alocando o Ceará para o desempenho de um papel fundamentalmente estratégico, que consistia em impedir a expansão dos interesses franceses no Brasil. Em virtude disto, a província cearense começa a ganhar a relevância merecida por parte da Coroa, e o litoral passa então a ser visto como um local de defesa do território colonial; daí o crescimento de algumas vilas, como Aquiraz, a do Forte, Vila Velha (barra do Ceará) e Fortaleza. É a mudança do perfil interiorano para litoral interiorano.

Entre os séculos XVIII e XIX há o conflito para o predomínio militar e administrativo da região cearense. Aqui, constata-se a valorização de Fortaleza, onde se construiu o primeiro quartel do século XVIII, impondo-se como capital política e militar.

E não é só: neste período, já não se cogitava mais sobre o medo de enfrentamento da maré, e deu-se a abertura dos portos do Ceará às nações europeias amigas, promovida pela coroa portuguesa; Fortaleza, dada sua localização privilegiada de proximidade do continente europeu, começa a servir de centro de exportação e importação de mercadorias, recebendo investimentos da metrópole – o que permitiu a redução dos tributos sobre a produção de algodão, alavancando o seu porto.

A consequência desta atitude metropolitana foi o surgimento e gradativo crescimento de fluxo migratório de pessoas descontentes com a falta de condições de vida encontradas no sertão, ocasionada, sobretudo, pelas constantes secas, fortalecendo o litoral.

A vida no litoral ostentava riqueza, proporcionava melhores condições de vida, relata Montenegro Jr (2004) e, acrescenta: era costume europeu os banhos de mar com fins terapêuticos. Acreditava-se que podia curar a tuberculose. Em virtude do interesse pelo litoral, principalmente fortalezense, começa a se instalar a elite e também a população de baixa renda. Com isto, surgem os embates sociais. A elite, notadamente localizada nos bairros de Mucuripe e Jacarecanga, procura dominar o mar para si, afastando ou, com outras palavras, segregando, a população de baixa renda. Este contingente começa a migrar para outras regiões mais afastadas, mas que poderiam ter proximidade com Fortaleza, daí o início do surgimento das favelas e das comunidades litorâneas que, buscando a subsistência mediante a pesca, instalava-se nessa região sem o devido registro, apenas se apossando das terras.

Neste início do século XXI, ultrapassado o período de abertura do Ceará para o mundo, surge a atração do investimento estrangeiro para o desenvolvimento do Estado e a tentativa de alavancar o turismo na região. Ademais, a elite, já fincada essencialmente na capital e desejosa de novos espaços, almejava agora obter uma segunda moradia, concretizada nas casas de veraneio e lazer. Ganham especial atrativo, então, algumas praias de municípios vizinhos à capital, tais como Icaraí e Cumbuco, em Caucaia, e Iguape e Prainha, em Aquiraz.

É de se notar que, a partir disto, o Ceará passa de um modelo litorâneo-interiorano, para se focar no perfil litorâneo. Era o litoral o atrativo que a política do turismo poderia proporcionar ao setor turístico naquela contingência, conforme aponta Montenegro Jr. (2004).

Desta política advieram os conflitos. Quando se buscavam novos espaços para o lazer da sociedade mais abastada e também para incrementar o turismo, o que se encontrava no litoral eram comunidades pobres, que viviam do comércio local, da pesca e da auto-sustentação; famílias que, fugindo da seca e buscando refúgio na capital, enfrentaram o preconceito segregador, vendo-se obrigadas a estabelecer-se em outros lugares.

Este é o modelo atual, no qual, segundo Mendes, Lima e Coriolano (2004):

“vão sendo impressas, de forma indelével, as marcas de uma urbanização que traz em sua essência as contradições da sociedade de consumo que reestrutura espaços para gerar mais renda.”.

1.2 A localização da comunidade da praia do Batoque

Quando um pequeno grupo de pessoas reside em pequeno espaço geográfico, ao longo de gerações, é natural que estabeleçam fortes laços, e que se crie entre elas uma identidade com o lugar. Tal é, conforme Coriolano (1998) a noção de comunidade, conceito que facilmente se observa na Praia do Batoque, objeto desta pesquisa. Para a pesquisadora, comunidade e lugar têm o mesmo significado, sendo que lugar é conceito geográfico e comunidade remete à antropologia. O termo comunidade (do Latim *communis*, “coletivo”, “relativo a todos”) significava que a terra e os recursos do lugar podiam ser usufruídos por todos, segundo as necessidades de cada um. No convívio comunitário primitivo inexistia a noção de propriedade privada; todos os recursos naturais ou produzidos pela ação do homem destinavam-se a suprir as necessidades do grupo.

Em pleno século XXI, pensar em “comunidade” nos dá uma sensação de pertencimento, tão cara ao ser gregário que somos, e ao qual comumente associamos imagens de lugares que oferecem abrigo e segurança.

Segundo Bauman (2003, p.9) a idéia de comunidade nos remete a um lugar:

[...] onde podemos nos refugiar das ameaças que nos espreitam “lá fora”, e de um mundo no qual gostaríamos de viver, mas que infelizmente, não existe. Em outras palavras, “comunidade” é hoje um novo nome para o paraíso perdido – mas um paraíso que ainda procuramos, e que esperamos encontrar.

Situada no Distrito de Jacaúna, Município de Aquiraz (Região Metropolitana de Fortaleza), a 51 km, a leste da capital do estado do Ceará, tem como limites o Oceano Atlântico, ao norte; o município de Pindoretama, ao sul, a área de Proteção Ambiental do Balbino (município de Cascavel) a leste; e a comunidade do Barro Preto (município de Aquiraz) a oeste, conforme se vê no Mapa 1.



Mapa 1. Localização da praia do Batoque-CE
Fonte: Prefeitura Municipal de Aquiraz (2010).

Na Figura 1, temos uma vista aérea da área da comunidade do Batoque, com visão panorâmica de mar litorâneo e faixa de praia.



Figura 1. Vista aérea da localidade do Batoque.
Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/15639863> (2011).

Partindo de Fortaleza, o acesso ao lugarejo se faz pela rodovia CE 040, em boas condições de tráfego até a sede do município de Pindoretama. Daqui até a praia do Batoque, o percurso é de 12 km, por uma estrada vicinal, carroçável de (piçarra), conforme Figura 2.



Figura 2. Aspecto do acesso à RESEX do Batoque.
Fonte: Araripe (2011).

1.2.1 Histórico da comunidade

Conforme Ander–Egg (1980, p.45) o conceito de comunidade pressupõe a idéia de um agrupamento organizado de pessoas que agem e se percebem como unidade social, participam dos mesmos interesses, objetivos e funções comuns, e têm um sentimento de pertencimento; ocupam determinada área geográfica, em que as pessoas interagem mais intensamente entre si, do que o fariam noutro contexto.

Segundo Silva (1987) datam de 1860 os primeiros registros de ocupação na área do Batoque, quando a família Vitorino ali se estabeleceu, com a intenção de explorar a pesca, coletar a tabuba⁴ (*thypha dominguensis*) e desenvolver a pecuária extensiva.

⁴ Nome de praia do Ceará, no município de Caucaia, mas aqui o termo se refere a uma planta aquática que lembra o sisal, usada pelos artesãos locais na confecção de bolsas, certos, chapéus etc.

Como o acesso à praia é um pouco difícil (veículo com tração nas quatro rodas ou a pé) este local ficou, por muito tempo, preservado da especulação imobiliária, conservando suas características originais, praticamente inalteradas. Na Figura 3, a lagoa do Batoque ao pôr do sol.



Figura 3. Lagoa do Batoque ao pôr do sol.
Fonte: Araripe (2011).

Desde a chegada dos primeiros habitantes, no século XIX, até a década de 1980, esta comunidade viveu um modo simples de vida, em que, segundo Coriolano (2006) as pessoas tornam-se membros da comunidade não apenas porque nela vivem, mas porque participam da vida simples do lugar; integram um conjunto de elementos – materiais, históricos, institucionais, psicológicos, afetivos – que fazem a vida comunitária.

Suas habitações eram construídas de palha de coqueiro e, algumas vezes, de taipa, consistindo de uma estrutura de paredes de argila sustentada por uma trama de hastes retiradas dos galhos das árvores, com cobertura de palha ou telha de cerâmica, conforme se vê nas Figuras 4 e 5.



Figura 4. Aspecto da moradia do nativo do Batoque.
Fonte: Araripe (2011).

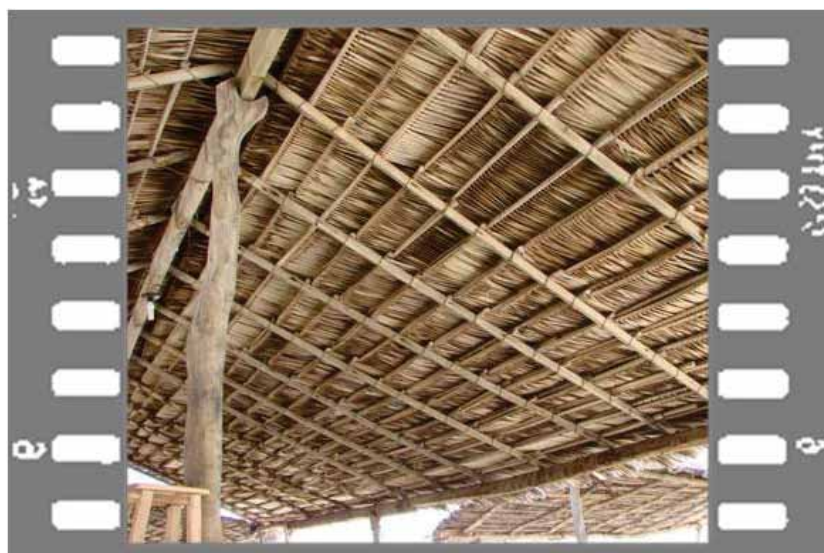


Figura 5. Cobertas (em palha de coqueiro) das habitações primitivas
Fonte: Araripe(2011)

A mais expressiva fonte de alimentação da comunidade é o pescado, complementada pela agricultura, cultivada em pequenos roçados, além da criação de animais de pequeno porte para o consumo próprio (galinha caipira e suíno).

Com o passar dos anos, surge na comunidade a modalidade da segunda residência dos veranistas (Figura 6), provenientes principalmente de Fortaleza, dotando-se de melhor estrutura construtiva, com alvenaria e toda uma técnica; mas não proliferou, prevalecendo ainda hoje (2012) as habitações rústicas (feitas de barro sobre uma estrutura de varas, chão cru, com cobertura de palha de carnaubeira ou coqueiro, sem água encanada, e com banheiro fora de casa).



Figura 6. Aspecto de segunda residência de veranistas
Fonte: Araripe (2011).

Este estilo de vida simples e natural, inserido em um ambiente dotado de uma rica beleza paisagística, despertou o interesse de investidores imobiliários, especialmente da parte de um grande grupo empresarial cearense do ramo de alimentos. Associado a uma das maiores empreiteiras do Brasil, o citado grupo empresarial planejava construir na localidade do Batoque um dos maiores empreendimentos hoteleiros internacionais e, para isto, não poupou esforços, sendo isto a principal causa dos conflitos.

1.2.2 As características geomorfológicas, sociais, culturais e de ocupação da localidade do Batoque⁵

A área habitada pela localidade do Batoque é composta por três unidades geoambientais, definidas por mar litorâneo, planície litorânea e tabuleiro pré-litorâneo. A planície litorânea divide-se nas subunidades praia, pós-praia, planície flúvio-marinha, planície flúvio-lacustre e campos de dunas, conforme Vidal (2006).

Na faixa de mar do Batoque, a água apresenta temperatura média de 28°C e uma salinidade de 35‰ (IBAMA, 1999) e é pródiga em moluscos, crustáceos e peixe.

⁵ As características geomorfológicas, sociais, culturais e de ocupação da localidade do Batoque apresentadas estão baseadas em visitas realizadas à comunidade no período de 2010 a 2012 e também nas obras de Branco(2003), Muehe(1995), Silva (1987) e Vidal (2006).

É desse mar (Figura 7) que a comunidade tira o alimento e complementa sua renda, vendendo o excedente.



Figura 7. Pescadores praticando a pesca artesanal
 Fonte: www.panoramio.com/photo/19763615 (2011).

Segundo Silva (1987) a planície litorânea, localizada junto ao mar, é uma superfície de deposição recente cuja formação resultou de sedimentos eólicos, correntes marinhas e fluviais.

Como subunidade da planície litorânea, identificamos a praia e a pós-praia, com depósitos de sedimentos quaternários, mais precisamente arenosos, conforme Muehe (1995). A praia, constituída por areia quartzosa, distrófica, mal selecionada, é muito frequentada pelos nativos em sua atividade pesqueira, tanto artesanal como profissional, pelo fluxo das jangadas e no lazer do banho de mar (SILVA, 1987).

O pós-praia é uma faixa de transição do material arenoso, devido à ação dos ventos e outros ecossistemas (campos de dunas, manguezais, estuários etc.).

Na faixa de pós-praia, além de pequenas aves como o tetéu (*Vanellus chilensis*), a rolinha caldo de feijão (*Columbina talpacoti*) e a sabiá de praia (*Mimus silvus*), são muito comuns o paturi (*Amazonetta brasiliensis*) a marreca viúva (*Dendrocugna viduata*) e mesmo répteis (cobras e lagartos). Há também algumas espécies de arbustos, incluindo o murici (*Byrsonima crassifolia*), fruto amarelo-ouro de suco muito apreciado. Dentre as árvores comumente encontradas na localidade, citamos o cajueiro (*Anacardium occidentale*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*), o juazeiro (*Zizyophus*

joazeiro) e o jenipapo (*Genipa americana*) todas ricas em vitaminas e fibras. Há também mamíferos como o irrequieto soim (*Callitrix s.p.*), o preá (*Galea spixii wellsii*) e o peba (*novencinctus*), esses dois últimos apreciados em receitas exóticas da culinária local (VIDAL, 2006).

Mas as principais fontes nutricionais e de subsistência dessa população, segundo Vidal (2006) são basicamente o mar e o mangue, na forma de pescado. Há abundância de lagosta (*Palinurus laevicauda*), bagre (*Tachysurus s.p.*) e sardinha (*Opisthomema spp*) assim como peixes mais vendáveis como a cavala (*Scomberomorus cavalla*), o pargo (*Lutjanus purpureus*) e a pescada (*Cynoscion spp*). Do mangue vem o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e outras espécies do crustáceo, e moluscos, como sururu (*Mytella charruana*) muito apreciados pelos turistas nacionais e estrangeiros.

Depois do pós-praia, surgem os campos de dunas, formados por sedimentos areno-quartzosos, classificando-se em móveis, semifixas e fixas, que Branco (2003) classificou em ativas, parcialmente ativas e inativas.

As dunas móveis têm pouca ou nenhuma vegetação e deslocam-se pela ação eólica. As dunas semifixas são depósitos arenosos parcialmente estabilizados. Já as dunas fixas, por serem as mais antigas, estão bioestabilizadas e imobilizadas pela cobertura vegetal de porte arbustivo. Apresentam alta permeabilidade e textura arenosa de baixa fertilidade natural, mas, mesmo assim, ali são encontrados plantios de culturas de subsistência. É notória a retirada frequente de material arenoso para uso na construção civil, necessitando de um eficiente controle ambiental. Este campo de dunas faz a ligação entre a faixa de praia e o tabuleiro pré-litorâneo.

A localidade do Batoque possui duas planícies flúvio-marinhas: a do Riacho Boa Vista e a do Riacho do Marisco, localizadas nos limites da comunidade, a oeste e a leste, respectivamente.

Estas planícies flúvio-marinhas são constituídas por trechos de rios que se regulam pela variação das marés e das chuvas. Nelas, estão os manguezais, ecossistemas de transição dos ambientes marítimos, fluviais e terrestres. Os cursos fluviais, precisamente na desembocadura, permanecem fechados em boa parte do ano pela ausência de chuvas que diminuem sua vazão, favorecendo o assoreamento da foz e o aparecimento de lagoas costeiras, conforme Vidal (2006).

Na planície flúvio-lacustre estão as áreas mais rebaixadas das depressões entre as dunas, formando os sistemas lacustres. Nesta planície flúvio-lacustre estão localizadas as lagoas de água doce, tanto intermitentes como perenes.

As lagoas intermitentes, entre as dunas, são formadas pelas chuvas durante a época invernososa, pela ascensão do lençol freático e a percolação das águas. Quanto às lagoas perenes, entre as dunas, destaca-se a Lagoa do Batoque (Figura 8), ocupando uma extensa área, do Manguezal do Marisco (limite oeste) até a vila do Batoque (SILVA, 1987).

Esta lagoa, assim como o mar, permite à comunidade extrair moluscos, peixes, crustáceos, dentre outras espécies aquáticas; também propicia ao lugar uma beleza cênica ímpar, o que favorece o desenvolvimento do turismo.



Figura 8. Lagoa do Batoque, nível em período sem chuva.
Fonte: Araripe (2011).

O tabuleiro pré-litorâneo se dispõe da planície litorânea ao interior do continente, e é constituído por sedimentos terciário-quaternários, representando pouco mais de 1% da área do lugarejo, mas sendo de grande importância nas interrelações de matéria e energia. A Figura 9 apresenta um perfil esquemático das unidades geomorfológicas constituintes e as formas de uso da RESEX do Batoque.

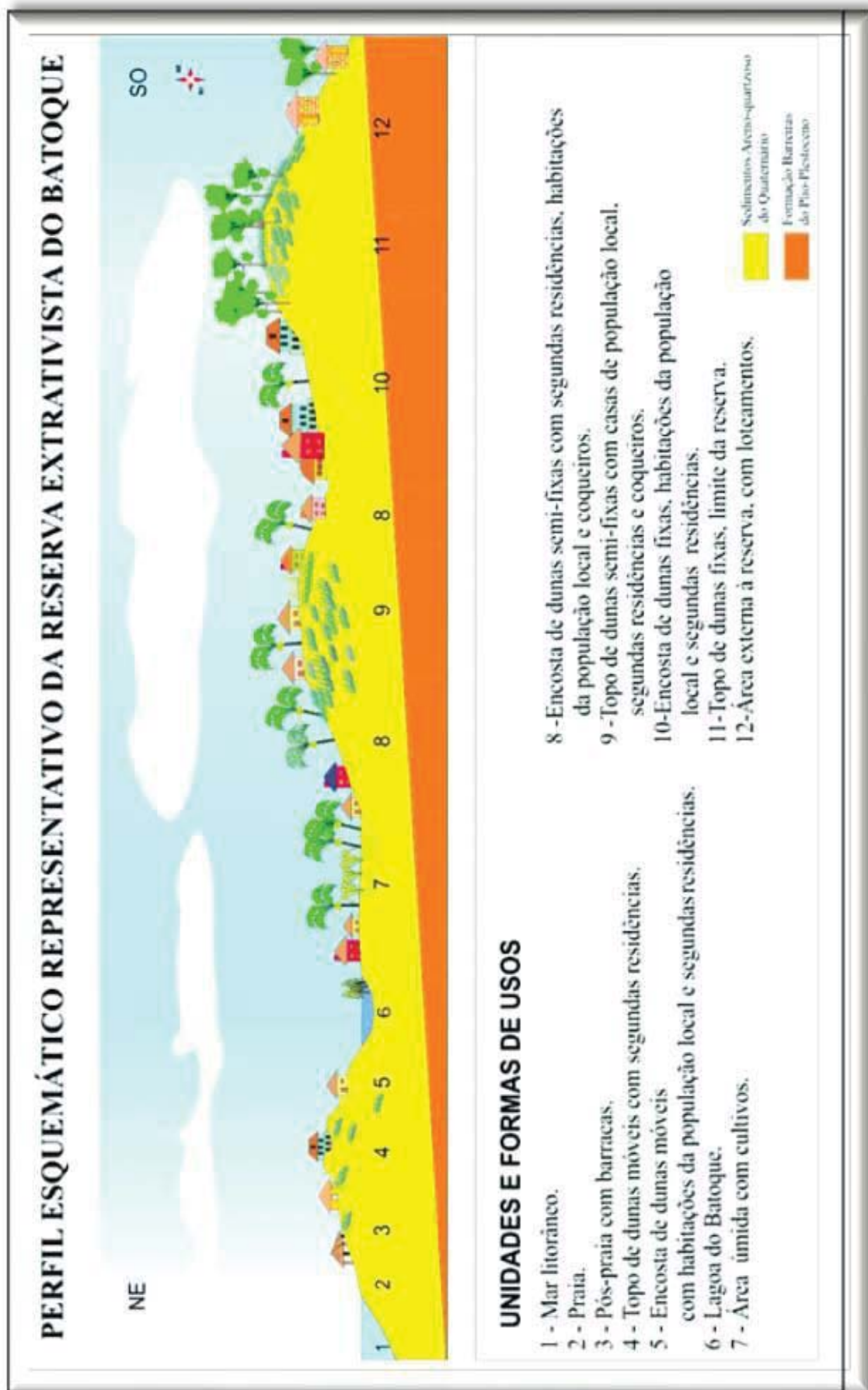


Figura 9. Perfil esquemático da RESEX do Batoque.
 Fonte: Organizações: Vidal – Elaboração: Carlos Salvato.(2006).

A faixa do mar litorâneo (unidade 1 do perfil esquemático) divide-se em duas zonas, sendo a primeira a zona de espraiamento, que oferece excelente balneabilidade aos comunitários e turistas nos momentos de lazer; e a zona costeira, propícia para a navegação das jangadas e para a pesca artesanal.



Figura 10. Mar litorâneo
Fonte: Araripe (2011).

No perfil esquemático (Figura 9) indica-se como faixa de praia (unidade 2) extensas áreas cobertas e descobertas periodicamente pelas águas, acrescidas das faixas subsequentes de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, com topografia plana e reta em toda a sua extensão (Figura 11), sendo utilizada para o lazer e para o embarque e desembarque das jangadas.



Figura 11. Praia
Fonte: Araripe (2011).

A área inserida entre os níveis de oscilação da premar e da baixa-mar, incluindo a zona de fluxo e refluxo das ondas. É uma area de lazer por excelência, uma vez que, neste espaço democrático, reúnem-se moradores e visitantes para, além de aproveitarem a balneabilidade, praticarem futebol de areia, frescobol, etc.

As áreas denominadas pós-praia com barracas (unidade 3) são superfícies planas ou ligeiramente inclinadas que se estendem desde o limite da maré alta até a base dos campos de dunas, servindo de território para a construção rústica das barracas de praias, com chão em terra batida, sem muros, paredes de taipa ou de tijolos sem reboco, cobertas de palha e que atuam como bares e restaurantes, sem uma infraestrutura adequada de água e esgoto (Figura 12) (VIDAL,2006).



Figura 12. Pós-praia com barracas
Fonte: Araripe (2011).

A unidade 4, descrita no perfil esquemático como Topo de dunas móveis com segundas residências, refere-se a unidades geomorfológicas de constituição predominantemente arenosa, sujeitas a deslocamentos pela ação dos ventos, principalmente na época de maior intensidade no período de agosto a novembro, situadas no litoral ou no interior do continente, sem cobertura vegetal, necessitando, muitas vezes, de um barramento, na sua maioria, improvisado com materiais da região, tipo palha de coqueiro, troncos de arvores para deter o avanço da duna pela ação do vento, conforme se vê na Figura 13.



Figura 13. Dunas móveis, com barramento de estacas.
Fonte: Araripe (2011).

Na unidade 5, veem-se encostas de dunas móveis com habitações da população local e segundas residências, situadas na parte continental, construídas de material arenoso, e sem o suporte da cobertura vegetal, o que as torna vulneráveis à constante ação do vento.

Como se observa na Figura 14, a duna praticamente soterrou uma região anteriormente plana, ocupada por construções – paisagem muito comum na localidade.



Figura 14. Segunda residência invadida pela duna móvel.
Fonte: Araripe (2011).

A lagoa do Batoque, um dos lugares mais apazíveis do lugarejo (Figura 15), tem área superficial aproximada de 55,0 Ha e extensão longitudinal de 2,2 km. Está

situada sobre a antiga calha do mangue, estendendo-se desde as proximidades do mangue do Marisco até a desembocadura do Riacho Boa Vista, nas coordenadas (UTM:553800,00 - 585300,00 E e 9557300,00 – 9559400,00 N). Sua profundidade varia de 1,40m, em média, a uma máxima de 3,20m em alguns pontos. Formada em terraços holocênicos, em decorrência do aluvionamento dos canais do mangue e a diminuição do fluxo de água do mar, seu solo é caracterizado por substrato argiloso indiscriminado de mangue, halomórfico pouco consolidado e semifluido, de coloração escura, e a drenagem é ineficiente. O solo é de textura argilo-arenosa, com elevada concentração de Sais e H₂S, sendo pobre em cálcio (0,5 a 1,5%) e rico em matéria orgânica (IBAMA, 1999).

Por se tratar de uma lagoa costeira, perene, seus aportes de água se dão, primordialmente, pelos aquíferos de dunas marginais, aquífero da Lagoa Encantada e do Rio Marisco, além das águas pluviais no período chuvoso (IBAMA, 1999).

Em suas águas é predominante a presença da Tabuba (*typha dominguensis*) perfazendo uma cobertura aproximada de 66% de toda a sua superfície. Este vegetal é bastante explorado pelos comunitários na confecção de artesanatos. No seu entorno, na margem sudoeste, encontra-se a maior densidade residencial dos comunitários e segundas residências de veranistas, tornando-se a principal fonte de poluição da lagoa pelo fluxo de efluentes líquidos sem tratamento, além da acomodação de lixos sólidos. Outras atividades poluentes são a lavagem de roupas pelos comunitários, a contaminação por adubos agrícolas, e a criação de animais nas proximidades. A contaminação do reservatório natural também se dá por águas subterrâneas, devido à proximidade das fossas sépticas ou “cegas” das residências em suas margens.

A lagoa é intensamente utilizada pelos comunitários e visitantes para banhos e pesca artesanal, mas tem sido um transmissor de doenças, sendo comum a ocorrência de amebíase, disenterias infecciosas e alergias. (JUVÊNCIO et al. 2003). Embora tenham sido detectados às margens da lagoa indicadores de coliformes fecais acima dos níveis permitidos pelo CONAMA 20/86 (BRASIL, 1986) este mesmo órgão atesta que a balneabilidade da lagoa do Batoque não está comprometida (Cf. CONAMA 274/00 e 374/05).



Figura 15. Lagoa do batoque como area de lazer.
Fonte: <http://www.boprpraia.com.br> (2011).

A unidade 7 do perfil esquemático representativo (Figura 9) aponta as áreas úmidas com cultivos, muito próximas à Lagoa do Batoque, abrangendo inclusive, em alguns pontos, as próprias margens, que pelo fluxo da água no lençol freático, permanecem molhadas em boa parte do ano, principalmente no período de janeiro a maio. Nessas áreas é comum o cultivo de vegetais, dos tipos: batata-doce, feijão, milho e mandioca, mas a produção é baixa, servindo somente para a subsistência, (Figura 16).



Figura 16. Baixio úmido com cultivos
Fonte: Araripe (2011).

A área de transição entre as dunas móveis e fixas, a Encosta de dunas semi-fixas (unidade 8) também é formada de material arenoso, com alguma cobertura vegetal e, por isto tende a se manter mais estável, quanto ao deslocamento por ação eólica, permitindo que a população local utilize o espaço para construção de casas (Figuras 17 e 18).



Figura 17. Encosta de duna semifixa com coqueiros
Fonte: Araripe (2011).



Figura 18. Encosta de duna semifixa com habitações locais.
Fonte: Araripe (2011).

A unidade 9 do perfil esquemático indica uma área de Topo de dunas semifixas com casas de população local, segundas residências e coqueiros.

Trata-se como o indica o nome, de uma área de transição entre as dunas móveis e fixas, também constituída de material arenoso, caracterizando-se pelo aparecimento de alguma cobertura vegetal, tendendo a se manter mais estável perante a ação dos ventos, favorecendo a construção de habitações mais seguras, (Figura 19).



Figura 19. Habitação construída no topo de dunas semifixas.
Fonte: Araripe (2011).

As encostas de dunas fixas (unidade 10) são unidades geomorfológicas de constituição predominantemente arenosa, produzidas pela ação dos ventos, recoberta por vegetação rasteira e de arbustos de médio porte, portanto menos instáveis quanto ao deslocamento, propiciando construções mais seguras, (Figura 20).



Figura 20. Relevo da duna revestida de vegetação rasteira e arbustos de médio porte.
Fonte: Araripe (2011).

São comuns as habitações da população local e segundas residências, (Figura 21).



Figura 21. Habitações de comunitários
Fonte: Araripe (2011).

O Topo de dunas fixas, nos limites da reserva, unidade 11 (Figura 9) mostra unidades geomorfológicas de formação predominantemente arenosa, produzidas pela ação dos ventos, estáveis, situadas no interior do continente, recoberta por vegetação rasteira e arbustos de médio porte; o relevo atinge a cota mais alta da reserva, com relação ao nível médio do mar, limitando a região da RESEX com a área externa de propriedade privada (Figuras 22 e 23).



Figura 22. Topo da duna fixa, tendo ao fundo a visão do mar
Fonte: Araripe (2011).



Figura 23. Vegetação no topo da duna fixa
Fonte: Araripe (2011).

Na Área externa à reserva (unidade 12), com loteamentos, veem-se as encostas de dunas fixas, no interior do continente, constituídas de material arenoso, coberta de vegetação rasteira e de arbusto de médio porte, caracterizado por uma região privativa externa a reserva (Figura 24).

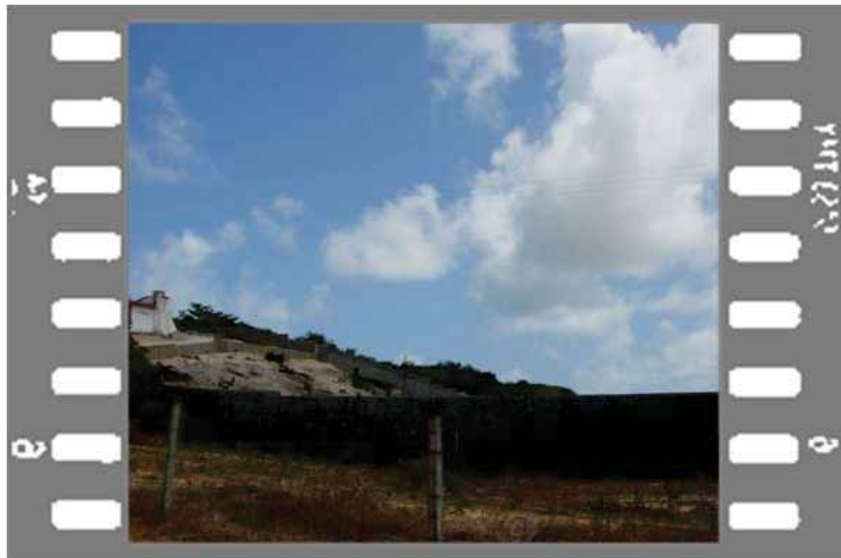


Figura 24. Encosta de duna fixa
Fonte: Araripe (2011).

A praia do Batoque, embora tenha uma posição geográfica bem próxima a Fortaleza, resistiu às modificações espaciais ao longo do tempo, talvez porque os comunitários sobreviviam do que a natureza lhes propiciava; a pesca e a agricultura eram sua maior fonte de renda, e lhes provia tão somente a subsistência.

As interferências no espaço praticamente coincidem com a velocidade da produção destes comunitários. Esta produção, como se observa, não gera excedente, sendo talvez por esta razão que o espaço da comunidade não sofreu grandes transformações. Daí por que eles se comportam de uma forma bem tranquila, pacata, pois sabem que a sua sobrevivência depende das suas produções, seja na pesca seja na agricultura; seu raio de ação abrange, embora em pequenas faixas, o mar e a terra, por onde transitam em harmonia.

Percebe-se nos hábitos dos comunitários mais tradicionais, que eles são guiados pelo tempo da pesca e da agricultura. Conhecem as especificidades de cada atividade, baseados na transferência de saberes passados de geração a geração, ao contrário do que ocorre com os moradores de centros urbanos, como é o caso dos pindoretamenses. Na sede do município vizinho ao Batoque, há outras formas de produção do espaço, por meio da implantação de novos equipamentos geradores de trabalho, e as pessoas devem se adaptar a atividades mais administrativas e de serviços tais como postos de gasolina, farmácias, supermercados, lojas comerciais, escritórios comerciais, etc.

Enfim, a comunidade do Batoque sobrevive da relação produção *versus* natureza, e sabem, com base na tradição, os cuidados essenciais para que esses recursos alimentares não se esgotem.

CAPÍTULO 2

O CONFLITO

2.1 O potencial turístico do litoral cearense

Para que se compreenda por que elegemos como área de estudo e local de pesquisa a Comunidade da praia do Batoque, e as razões pelas quais o local foi alvo de especuladores, é pertinente nos reportamos ao momento que o Estado do Ceará atravessava então. Uma visão mais aproximada da crescente expropriação daquelas terras requer um panorama das condições do entorno. Abordaremos os principais destaques da economia e do desenvolvimento do Estado, haja vista que a expansão imobiliária é consequência direta deste crescimento.

Não é de hoje, observa Coriolano (2009) que a atividade turística vem se instalando no território cearense e, não raro, em detrimento dos interesses da população. A expansão do capital global, na forma de grandes empreendimentos, torna constante a vinda de estrangeiros, que passam a residir no lugar, alguns deles permanecendo para explorar o ramo imobiliário. Isto pode ser entendido conforme a perspectiva de Harvey (2004) que, ao explicar uma das soluções da crise capitalista, destaca a expansão ou ajuste geográfico, ainda que parcial e temporariamente. O capital excedente dos países de economia avançada procura novos espaços (e atividades, dentre elas o turismo e o ramo imobiliário) nos países de capitalismo tardio como opção de lucro.

Segundo a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (ADECE, 2010) o estado ocupa uma área de 146 mil Km², com faixa litorânea de 573 km e temperatura média de 28 °C, tendo como vizinhos: a leste, o Rio Grande do Norte e a Paraíba; ao sul, Pernambuco, e a Oeste, o Piauí, conforme se vê no Mapa 2. Estas, sem dúvida, são condições geográficas, privilegiadas, especificamente para o desenvolvimento do turismo, o que atrai o interesse de toda sorte de especuladores, sobretudo os que atuam no ramo imobiliário.



Mapa 2. Mapa do Estado do Ceará

Fonte: Agencia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – ADECE (2010).

2.1.1 Os principais empreendimentos estruturantes do Ceará⁶

No período de 1987 a 2002, os governos estadual e federal se empenharam em dotar o estado de uma infraestrutura capaz de alavancar um desenvolvimento econômico e social permanente e eficaz.

Considerando a posição geográfica estratégica do Estado do Ceará (fachada norte oriental do Atlântico Sul) em relação a outros centros econômicos instalados na Europa e na América do Norte, construiu-se em 1998, o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, com capacidade operacional de 5 milhões de passageiros/ano em 50 mil pousos e decolagens. A capital passou a receber regularmente voos da Espanha e de Portugal, pois Fortaleza fica a 5.910 km e a 8 horas de voo de Lisboa – (ver Figura 25); somados aos voos *charters*, provenientes

⁶ As informações apresentadas sobre os principais empreendimentos estruturantes do Ceará estão baseadas em dados obtidos na ADECE (2010) e na obra de Coriolano (2009).

da Itália, Suécia, Hungria, Holanda, Finlândia, Suíça e Polônia, além dos principais destinos nacionais, Recife - PE, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Brasília - DF.



Figura 25. Distância de Fortaleza a Lisboa.
Fonte: adaptado de <http://www.google.com> (2011).

Outro elemento desta infraestrutura que favoreceu o turismo em nosso Estado foi a construção do complexo terminal de cargas aéreas, por onde escoam os produtos *Made in Ceará* para vários destinos internacionais e nacionais, com uma capacidade operacional de sete mil toneladas/ano.

No Mapa 3 e no Quadro 1 pode-se observar as principais rotas aéreas que ligam Fortaleza a diversos destinos internacionais.

Quadro 1. Frequência dos voos internacionais em Fortaleza-CE.

| DESTINO | FREQUÊNCIA |
|-----------------|--------------------------------------|
| Estados Unidos | Semanal |
| União Europeia | Três (03) frequências a cada 15 dias |
| Mediterrâneo | Semanal |
| América Central | Semanal |
| América do Sul | Semanal |
| Ásia Ocidental | Quinzenal |

Fonte: Agencia do Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE (2010)



Mapa 3. Rotas aéreas internacionais
 Fonte: Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE (2010).

Além do Aeroporto Internacional Pinto Martins, o Estado conta com dois importantes portos: o Porto do Mucuripe, na capital, e o Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, a 59 km de Fortaleza.

O Porto do Pecém está em primeiro lugar nas exportações brasileiras de frutas e representa 21,6% nas exportações de pescado do país, respondendo por 58,1% do total das exportações cearenses, suas rotas internacionais abrangendo regularmente a Europa e a África⁷.

Próximo ao porto do Pecém está prevista a implantação de um complexo industrial com área total de 23 mil hectares, onde será construída a Refinaria Premium II da Petrobrás, cujo empreendimento terá duas fases: a primeira, de 150 mil barris por dia, prevista para setembro de 2014, e a segunda, que adicionará mais 150 mil barris por dia, está programada para setembro de 2016; o projeto inclui uma siderúrgica e os polos metal-mecânico e petroquímico.

⁷ Anuário da Fruti Floricultura 2011. 18ª FRUTAL e XIII AGROFLORES. Disponível em <http://issuu.com/municipiosdoceara/docs/ceara_municipio_frutal_revista>. Acesso em 12 mar. 2012.

O Porto do Mucuripe, é um dos principais equipamentos da navegação de cabotagem do Brasil em movimentação de cargas. Funcionando desde 1950, atualmente tem uma capacidade de operação de 3,5 milhões de toneladas por ano de granéis sólidos e líquidos, operação simultânea de cinco navios e movimentação de 70 mil contêineres por ano.

Dentro da ação governamental, outros empreendimentos estratégicos estão sendo implantados no interior do estado, tais como a usina de extração de fosfato e urânio, no município de Santa Quitéria, com previsão de faturamento anual em torno de U\$\$ 525 milhões. No município de Tauá (centro oeste do estado), na denominada “Região dos Inhamuns”, foi construída uma estação geradora de energia fotovoltaica que aproveitará a irradiação média de 5,4 kWh/m²/dia ⁸.

Em pesquisa exploratória realizada em 2005, Coriolano (2009) constatou a presença de europeus com atividades comerciais e de serviços em Fortaleza, encontrando significativa relação entre empreendedores europeus e o turismo, ou porque vieram inicialmente como turistas, ou por intermédio de amigos que visitavam o lugar, ou para trabalhar em atividades relacionadas ao setor.

Essa pequena amostra de estudos de caso, acrescenta a pesquisadora, permitiu levantar informações pertinentes a sua pesquisa. Algumas imobiliárias que hoje atuam no mercado de condomínios fechados para populações de renda alta, oferecem produtos de padrão europeu em locais estratégicos de interesse turístico, tais como o Solar das Dunas, próximo ao Beach Park, Vila Rica e Mar Belo, todos em Aquiraz e em espaços de valorização e urbanização turística, reforçando os investimentos turísticos estrangeiros de grandes *resorts*, que também possuem essa finalidade imobiliária (CORIOLANO, 2009).

2.1.2 O desenvolvimento turístico do Estado

O turismo é um dos mais expressivos segmentos da economia cearense, e há quem diga que o estado poderia viver exclusivamente do setor, com todas as atividades que abrange. A partir de 1995, o Ceará atraiu para este segmento investimentos internacionais significativos, por meio do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR CE I. Investimentos de mais de US\$

⁸ Fóruns brasileiros. Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1312465>>, acesso em 12 fev. 2012.

130 milhões viabilizaram a construção da via estruturante, estrada que liga Fortaleza às praias do litoral oeste do estado, e o já citado Aeroporto Internacional Pinto Martins. Houve, portanto, aumento do fluxo turístico não só para a capital, mas para boa parte dos municípios cearenses, especialmente os mais adensados, como Crato, Juazeiro e Barbalha. Outras ações do Programa, tais como, implantação e ampliação de sistemas de saneamento básico, desenvolvimento institucional e de proteção do meio ambiente, reforçaram o credenciamento do Ceará como um dos mais importantes destinos turísticos do país.

Na esteira do desenvolvimento turístico, o governo do Estado assinou mais um acordo com o governo federal, em novembro de 2011, denominado PRODETUR NACIONAL, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na ordem de US\$ 150 milhões, somados à contrapartida de US\$ 100 milhões, assumida pelo Ministério do Turismo (MTur) (ADECE,2010).

Esses recursos serão investidos em duplicação, adequação, recuperação e implantação de rodovias, aterros sanitários, aeroportos, entre outros projetos para melhorar a infraestrutura. Dentre as ações previstas estão, por exemplo, a ampliação da pista e a construção do terminal de passageiros no aeroporto de Aracati (Figura 26) e obras em trechos rodoviários de acesso a praias e a outros destinos importantes do Ceará, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2012) ⁹.

O PRODETUR NACIONAL abrange o Litoral Leste, o Maciço de Baturité e a Serra da Ibiapaba, importantes pólos turísticos cearenses. Ciente de que o deslocamento de turistas de Fortaleza para as praias é constante, o Ministério do Turismo já liberou recursos para duplicar e melhorar as condições de tráfego e sinalização de diversas estradas de acesso ao litoral (incluindo a rodovia CE-040); esses recursos já incluem as obras de implantação do aeroporto do município de Jijoca de Jericoacoara, um dos destinos turísticos mais famosos do mundo.

⁹ Fóruns brasileiros. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php/t-818858-p-3.html>. acesso em 23.fev.2012.



Figura 26. Aeroporto de Aracati-CE
 Fonte: <http://www.canoafm.com.br/site/images.jpg> (2011).

Na visão de Coriolano (2009) os investimentos públicos no setor viário tornam alguns locais privilegiados com sobrevalorização do solo, que passará a ser apropriado por classes médias e altas, um valor que visa a um prolongamento da Aldeota, para sudeste de Fortaleza e para os municípios vizinhos de Eusébio e Aquiraz. A valorização destes espaços urbanos e litorâneos de Fortaleza, Eusébio e Aquiraz estimulam novos investimentos turísticos e imobiliários. O litoral cearense, pelas belezas de suas praias, clima estável durante todo o ano, caracterizando-se principalmente pelas planícies de deflação¹⁰, dunas móveis e dunas fixas¹¹, é pródigo em problemas de ordem socioterritorial, o que é muito comum em lugares em que o espaço litorâneo é valorizado pelo turismo.

O acesso às praias do litoral cearense se dá por duas vias principais: a CE-040 e a CE-085. A CE-040 liga a capital a cidades da costa leste (Costa do Sol

⁹ Planície de Deflação: superfícies planas ou ligeiramente inclinadas, que se estendem desde o limite da maré alta até a base dos campos de dunas. Nessas superfícies predomina a remoção de sedimentos pelos processos eólicos, com formação de feições residuais.

¹⁰ Dunas móveis: unidades geomorfológicas de constituição predominantemente arenosa, com aparência de cômodo ou colina, produzidas pela ação dos ventos, situadas no litoral ou no interior do continente, sem cobertura vegetal; Dunas fixas: são unidades geomorfológicas de constituição predominantemente arenosa, com aparência de cômodo ou colina, produzidas pela ação dos ventos, situadas no litoral ou no interior do continente recoberta por vegetação; Assembleia Legislativa do estado do Ceará (Mensagem nº 6832/06 – Executivo) instituindo a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Nascente). Na costa do sol nascente localizam-se diversas cidades com praias paradisíacas, muitas com estrutura turística apropriada, como, por exemplo, Aquiraz, e as praias do Iguape, Prainha e Beberibe, onde fica a Praia do Morro Branco; Cascavel, onde está a Praia da Caponga, e Aracati, onde está a Praia de Canoa Quebrada. No Mapa 4 pode-se ver as praias do litoral cearense localizadas a leste de Fortaleza, região denominada Costa do Sol Nascente.



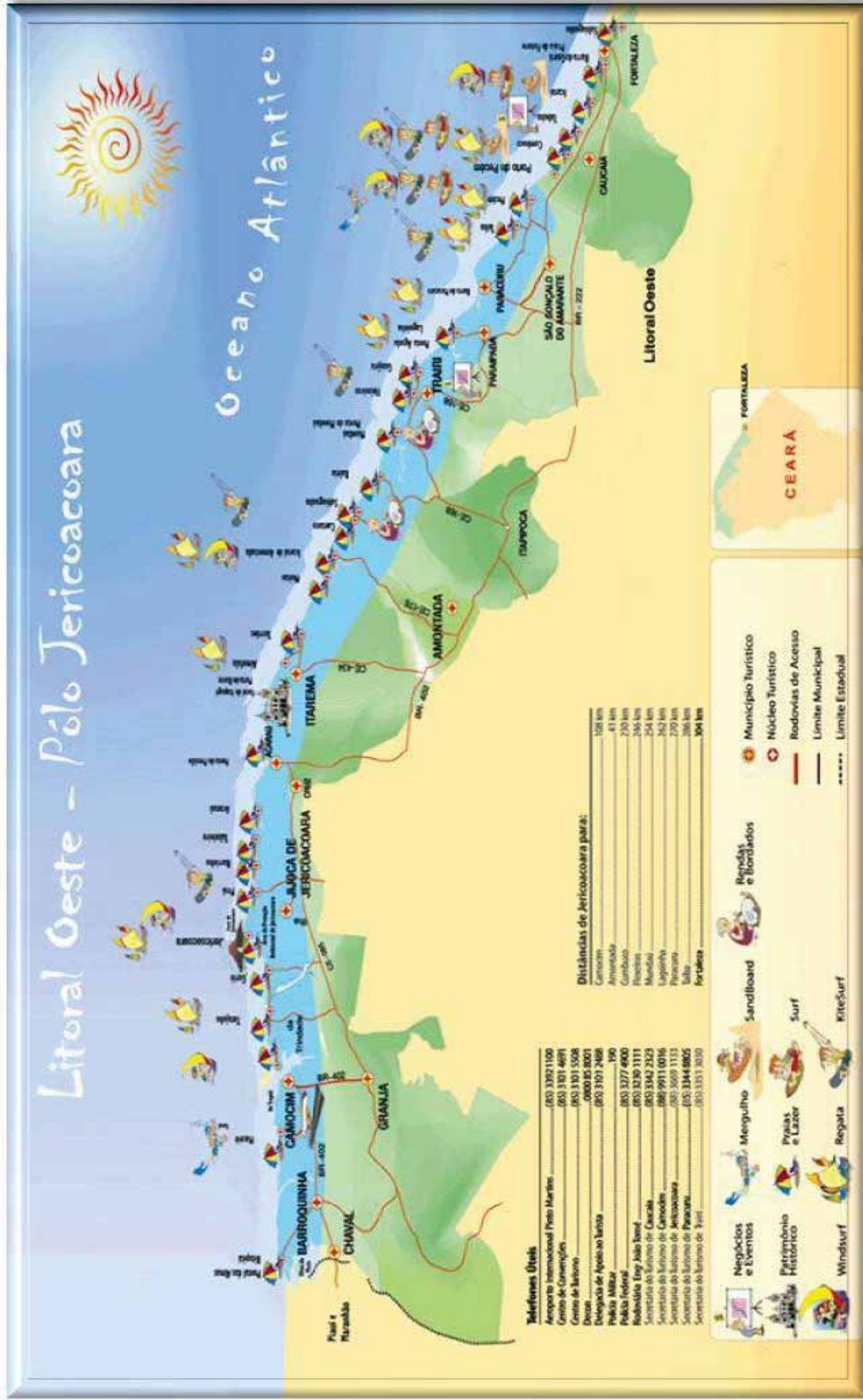
Mapa 4. Distribuição das praias a leste de Fortaleza
Fonte: Governo do Estado do Ceará – www.ceara.gov.br (2010).

Na comunidade de Canoa Quebrada, a leste de Fortaleza, constatou-se que, no final da década de 1990, chegava a 32% da população total ali residente (2.500 habitantes) a proporção de imigrantes estrangeiros desenvolvendo o setor turístico. Coriolano(2009) alerta para as consequências deste fato, que foram, segundo expressão de moradores, dramáticas para a população local. No entanto, apesar dos aspectos negativos, a presença dos estrangeiros implicava um incremento da atividade turística, conforme observação dos pesquisadores.

Na Costa do Sol Poente, a CE-085 (ou Rodovia Estruturante) leva os turistas ao município de São Gonçalo do Amarante, onde ficam as praias do Pecém e Taíba. Dá acesso a Paracuru, onde está localizado o terminal da Petrobrás para apoio ao campo de Xereú; a Paraipaba, onde se localiza a Praia da Lagoinha, a Itapipoca com a Praia da Baleia, até chegar à internacional Praia de Jericoacoara (Mapa 5).

O desenvolvimento econômico em expansão e os acessos rodoviários, marítimos e aéreos otimizados atraíram grupos de pessoas interessadas na construção da segunda residência neste litoral, bem como na instalação de equipamentos turísticos, que vão de pequenas pousadas até grandes *resorts*. Somente no ano de 2011, havia projetos de trinta empreendimentos hoteleiros de grande porte para o litoral cearense, esperando apenas a licença de construção. Conforme Coriolano (2009) estudo de caso constatou que algumas imobiliárias estão atuando no mercado de condomínios fechados para populações de classe de renda alta. Oferecem produtos de padrão europeu em locais estratégicos de interesse turístico, tais como o Solar das Dunas, próximo ao Beach Park, e Vila Rica e Mar Belo, todos em Aquiraz e em espaços de valorização e urbanização turística. Reformam-se, assim, os investimentos turísticos estrangeiros de grandes *resorts*, que também possuem finalidade imobiliária.

É evidente que a interação entre os comunitários e os veranistas ou turistas resulta em fatores positivos e negativos, que vão desde a geração de emprego e renda até a destruição da paisagem, provocando poluição ambiental e a expropriação da população local, pela necessidade da venda das suas propriedades. As relações entre imigrantes e nativos nem sempre são harmoniosas, chega a haver rivalidades entre estes dois grupos, disputa pelo poder, conflitos e choques. Nesse embate desigual, os imigrantes levam vantagem, pela expropriação de terras.



Mapa 5. Distribuição das praias a oeste e de Fortaleza
 Fonte: Governo do Estado do Ceará – www.ceara.gov.br (2010)

2.2 O olhar turístico para a localidade do Batoque e o início do conflito¹²

O cenário de desenvolvimento econômico, trazido pelas obras estruturantes no Estado e a beleza cênica primitiva da Praia do Batoque, atraiu as atenções dos investidores imobiliários.

Vislumbrando a oportunidade de explorar esta riqueza, um dos maiores grupos empresariais cearenses e uma grande construtora nacional quiseram retirar os comunitários da localidade do Batoque, visando à construção de um *resort* internacional, denominado de Aquiraz Riviera *Resort*.

Coriolano (2009) relata que:

O maior impacto observado nos litorais ocupados pelo turismo é o da especulação imobiliária, que tem gerado sérios conflitos. O turismo é atividade que implica o consumo dos espaços com diversidade de formas de utilização estruturantes de paisagens e de negócios, e que dá agilidade a processos com grande capacidade de organização espacial e de especulação imobiliária. Nas praias urbanas, o mercado imobiliário realiza-se pela venda do solo que passou a ser mercadoria peculiar. É assim que praias são loteadas, parceladas, negociadas e delas retiradas toda renda e lucros possíveis, especialmente quando destinada ao turismo internacional. A ação dos especuladores imobiliários que parcelam a terra para vender, se junta à das empresas turísticas que prometem emprego e renda, produzindo uma falsa realidade no litoral, não raro com disputas violentas, como se verificou na Praia do Batoque.

Com a intenção de apropriar-se das terras da comunidade, certo empresário estabeleceu uma estratégia: delegou a aproximação com os comunitários a um preposto, que dizia querer apenas comprar a produção de cocos da localidade. A partir daí, era negociada a venda, não dos cocos, mas dos coqueiros. Para identificar as árvores, marcavam-se os troncos com as iniciais “ASM”, o que representava a posse do comprador.

Desta forma ASM conseguia demarcar o seu espaço de atuação, evidentemente, delimitado com a pretensa área do futuro empreendimento hoteleiro. Em seguida, ASM convence alguns nativos a assinar vários papéis em branco, que são manipulados unilateralmente, intitulando-se a seguir como o maior “proprietário” do Batoque.

¹² As Informações apresentadas estão baseadas em relatos de membros da comunidade, participantes da associação de moradores e nas obras de Coriolano (2009) e Lima (2002).

Por volta do ano de 1983, o preposto reaparece na comunidade alegando ser o proprietário de toda a área do Batoque, gerando nos moradores uma crise sem precedentes. Na tentativa de expulsá-los, o pretense proprietário enviou ao local um grupo de homens armados, que levaram a efeito ameaças e perseguições, com a intenção de retirar os nativos, definitivamente, das terras, ignorando a dinâmica histórico-social sedimentada por mais de um século e meio.

Os primeiros ataques proferidos por ASM, a partir de 1983, foram a proibição da venda de coco e a plantação de vazante, seguidos pela proibição de cerca e finalmente, o controle rígido de construção de casas dos nativos. A comunidade, por muito tempo, foi vigiada por homens armados e truculentos que ameaçavam de morte qualquer pessoa ou instituição que viesse defender os nativos das injustiças ali cometidas. Além disto, outros especuladores apareceram, dizendo-se donos das terras, dentre os quais destacamos o Sr. DMAGF, que apresentou até escritura. Em seguida, veio o milionário IDB dizendo-se, também, dono das terras (ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA – LUTA PELA TERRA – CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, 2003).

Passados quase 30 anos e, como contraponto e resistência a esta ameaça, em 1988, um grupo de jovens ligados à Igreja Católica e outros cidadãos representando diversas entidades autônomas visitou a comunidade, para tentar entender o problema.

Conforme Lima (2002, p.147):

Esse grupo de jovens do Conjunto Palmeiras (periferia da cidade de Fortaleza), vinculado à Igreja católica, acompanhados por Rosa Maria Martins Pereira (à época integrante do Conselho Pastoral dos Pescadores) e o Pe. Luis Fornaiser (Coordenador do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos) visitaram a comunidade do Batoque. Durante a permanência, os jovens tiveram a tarefa de indagar sobre as condições de vida da comunidade. Identificaram, também, o característico conflito pela posse da terra: de um lado os Batoqueiros e do outro, ASM.

O clima de tensão assumiu proporções insustentáveis, até que alguns comunitários esfaquearam um dos agregados de ASM. Este episódio resultou em uma ação do Poder Público, qual seja a de enviar ao local 8 (oito) policiais para a proteção dos nativos. Deste confronto, desencadeou-se publicamente o conflito de forças entre o poder econômico e a comunidade. Com a participação efetiva do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza, ingressou-se na justiça, com uma Ação para a manutenção dos nativos na terra. A justiça concedeu uma liminar favorável à comunidade; os moradores, porém,

se juntaram e fundaram, em 1989, a Associação dos Moradores do Batoque, com o objetivo de continuarem a luta pela posse da terra; mas eis que, depois da atitude da fundação da Associação dos Moradores, os nativos são novamente pressionados, quando o empresário DMAGF se aproximou da comunidade promovendo churrascos regados a muita aguardente. Depois de conquistar a confiança dos nativos, declarou-se dono de uma área no interior do Batoque e comunicou sua intenção de nela construir um hotel cinco estrelas.

Foi outra batalha obstinada, e a comunidade mais uma vez contou com apoio do CDPDH e lideranças locais, nomeadamente a Sra. Maria Odete Carvalho Martins, presidente da associação, teve um destaque forte nesta empreitada, e seu espírito aguerrido conquistou respeito local e nacional. Por seu intermédio, mais uma vitória era conquistada pela comunidade, desta vez com a demolição da segunda residência do empresário DMAGF, promovida pelo Departamento de Patrimônio da União (DPU).

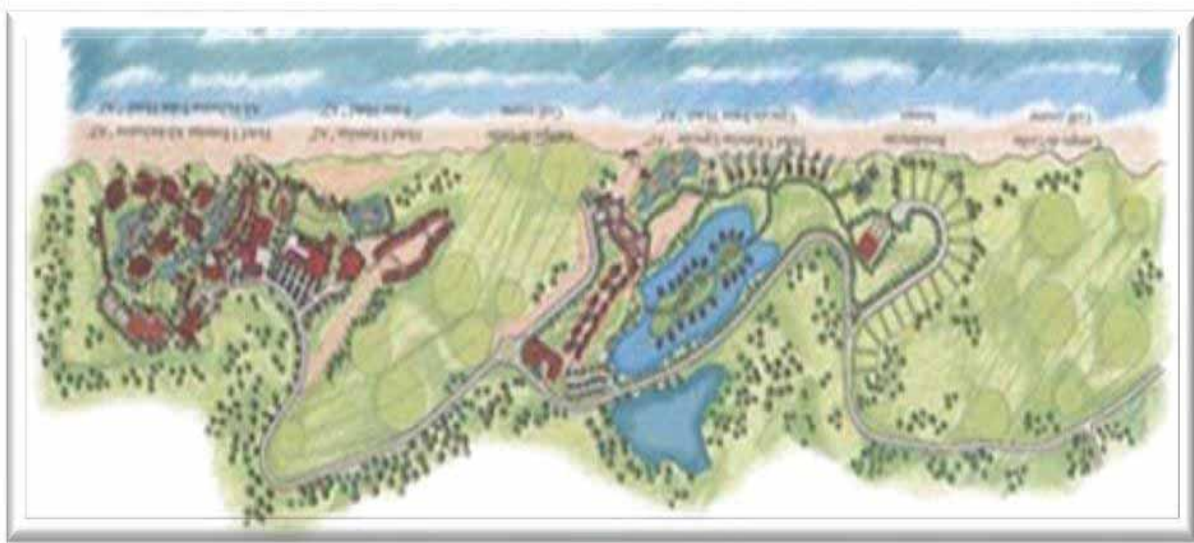
A comunidade procurou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por meio do seu Núcleo de Educação Ambiental (NEA) solicitando a criação de uma Reserva Extrativista Marinha, argumentando a manutenção, preservação, conservação do meio ambiente, sustentabilidade social e a garantia do espaço territorial. Era o embrião da reserva extrativista do Batoque.

Eis que novamente aparece um investidor imobiliário; desta vez, na Figura do empresário cearense FISDB, ainda mais poderoso do ponto de vista econômico, dizendo-se também dono das terras. Queria construir no local o Aquiraz Resort, projetado para ser o maior empreendimento turístico do Brasil, de padrão internacional. O investimento era estimado em torno de U\$\$ 800 milhões de dólares no prazo de 15 anos, e seria composto de uma infraestrutura de hotéis, campo de golf, áreas multifamiliares, Village Mall, Club House, Country Club e um Beach Club, numa área de 285 HA.

As Figuras 27 e 28 e o Mapa 6 dão uma noção da extensa área que seria ocupada pelo empreendimento, com graves consequências, não somente na vida das pessoas, obrigadas a sair da terra que habitavam por muitas gerações, mas principalmente em termos de impacto ambiental.



Figura 27. Vista área com a abrangência territorial do local pretendido pelo Aquiraz Riviera.
Fonte: adaptado IBAMA (2010)



Mapa 6. Proposta inicial de construção do Aquiraz Riviera Resort no Batoque.
Fonte: Luiz Fiúza Arquitetos (2011).

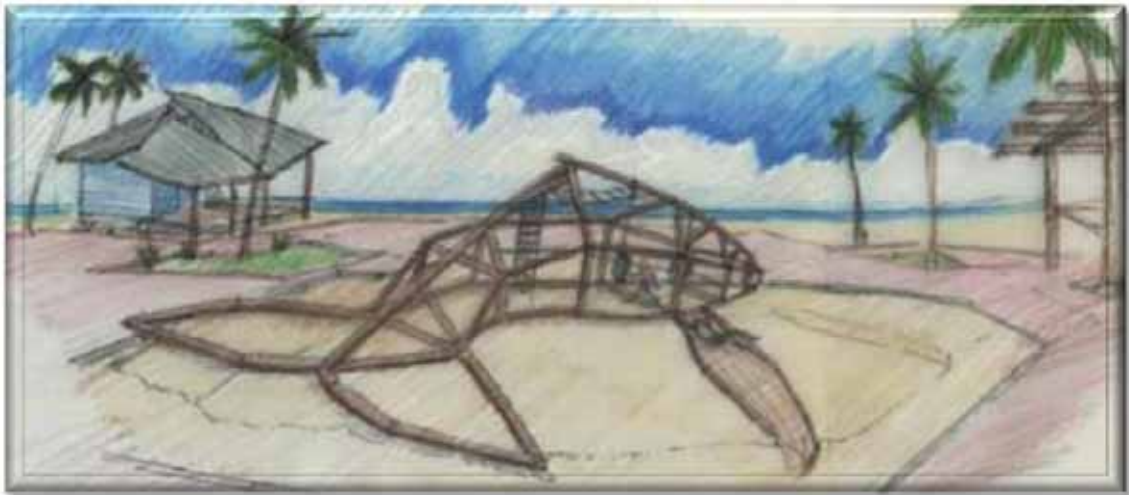


Figura 28. Proposta de construção de praça com parque em estilo baleia
Fonte: Geraldo Magela e Rejane Santana Arquitetos (2011).

Coriolano (2009) observa que o turismo, ao se alocar nas comunidades litorâneas, implantando seus empreendimentos, provoca embates e acirra os conflitos entre os residentes e os novos promotores da produção espacial, que, por sua vez, desencadeiam novas formas de especulação imobiliária, a fim de implantarem seus hotéis e *resorts* nacionais ou internacionais.

Em maio de 1999, por meio do Ministério Público Federal, promoveu-se um Ajustamento de Conduta, delimitando a área da comunidade e atribuindo ao IBAMA a tomada de providências cabíveis para a implantação de uma Reserva Extrativista e deslocando para outra área a construção do *resort*. Em 2009, o empreendimento fincou sua construção na praia de Marambaia, distrito de Tapera, do mesmo município de Aquiraz (Figura 29).

Conforme Coriolano (2009) os megaempreendimentos hoteleiros que vêm se multiplicando ao longo da costa brasileira apropriam-se do espaço e criam seus territórios, podendo ser caracterizados como “paraísos privados”, “refúgios exclusivos” ou “ilhas da fantasia”. Com a instalação dos *resorts*, o Brasil atinge qualidade internacional para atender à demanda turística.



Figura 29. Imagem da implantação do Aquiraz Riviera Resort na localidade da Marambaia, distrito de Tapera, município de Aquiraz.
 Fonte: <http://www.aquiraz-riviera.com/index.php/pt/aquiraz-riviera/institucional> (2011).

Nos meios de hospedagens, os *resorts* são modalidade especial de hotéis. Para a Associação Brasileira dos *resorts*, só é possível enquadrar nesta qualificação o estabelecimento que for destino exclusivo e diferenciado para o lazer, dotado de excelente infraestrutura e situado em locais especiais, chamados pelo *trade* de paradisíacos; lugares onde o turista, independentemente da idade, pode ter contato com a natureza e desfrutar várias opções de lazer.

Todos estes conflitos modificaram o modo de vida da comunidade do Batoque, pois antes eles viviam como em uma comunidade tradicional, natural, em paz, sem nenhuma ameaça socioespacial, mas tiveram que reagir e se defender destes especuladores imobiliários. Estes fatos fundamentam-se na antítese dentro da dialética e, por suas graves implicações e consequências, classificamo-lo como antítese radical, conforme conceito de Demo (1985, p.87 e p.88):

Dois são os níveis principais da antítese. Existe uma forma de antítese menos radical, que expressa conflitos menores, internos ao sistema, e por isso também solucionáveis dentro do sistema.

A outra forma de antítese é a radical, aquela que determina a superação do sistema, já que expressa um conflito tão profundo que não se soluciona sem superar o sistema. Enquanto o outro nível de conflito traduz o movimento da reforma, este traduz o movimento da revolução. Revolução significa a superação de um sistema e a entrada em outro, onde predominem qualidades novas.

CAPÍTULO 3

TRANSFORMAÇÃO DO LOCAL ONDE VIVE A COMUNIDADE EM RESERVA EXTRATIVISTA

Antes de abordar especificamente a transformação da localidade do Batoque em Reserva Extrativista, apresentamos as vinculações desta com o modelo extrativista nacional, integrado com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. De acordo com o Art. 2º, I, esta lei estabelece as Unidades de Conservação como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais, relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, no qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Por seu turno, o SNUC apoia-se em duas categorias de Unidades de Conservação, a Unidade de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, em que se abrigam as reservas extrativistas.

3.1 O movimento extrativista no Brasil¹³

As reservas extrativistas no Brasil são recentes, tendo início na década de 1980. Sua origem remonta aos movimentos sociais da década de 1970, encabeçados pelos seringueiros da Amazônia, que lutavam pela permanência e sobrevivência em suas terras.

Estes movimentos congregaram a Comunidade Eclesial de Base (CEB) e a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) parceria que culminou na formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Basiléia, com o objetivo de enfrentar a política governamental de desenvolvimento da Amazônia, que ameaçava o trabalho dos seringueiros.

Na época, a Amazônia sofria a ocupação desenfreada das terras, pelos latifundiários que queriam desmatar grandes áreas para a introdução da pecuária, em detrimento da extração do látex das seringueiras nativas (*Hevea brasiliensis*), da

¹³ As informações apresentadas estão baseadas nas obras de Allegretti (1994) e Vidal (2006).

castanha do Brasil (*bertholletia excelsa*), do açaí (*Euterpe aleracea*) e do babaçu (*Orbignya phalerata*).

A situação dos seringueiros era de impotência, em face das constantes ameaças, motivando-os a unir-se na esperança de deter o desmatamento.

Destacamos em Allegretti (1994) como modelo de resistência os “empates”, que consistiam em:

[...] uma tática espontânea de defesa da floresta contra as derrubadas, através dos quais os seringueiros se reúnem com seus familiares e impedem, pela ação direta, a derrubada de árvores, planejada por algum fazendeiro.

Esses “empates”¹⁴ assumiram tamanha proporção e foram tão amplamente divulgados que passaram a ser observados por especialistas nacionais e internacionais.

Outro marco foi o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, em 1985, quando, pela primeira vez, o termo Reserva Extrativista atraiu a devida atenção. Inspirava-se nas reservas indígenas como forma legal de posse e opunha-se claramente à política de colonização, incompatível com a atividade extrativista.

Dois anos após a realização do I Encontro dos Seringueiros, porém, ainda não havia avanços, no âmbito do governo federal, quanto ao atendimento das reivindicações. O líder sindicalista Chico Mendes, então, com o apoio dos índios, retornou em comissão a Brasília, fundando a “Aliança dos Povos da Floresta”, e conquistando dessa vez o respeito do governo às propostas pelas quais lutavam.

Como resposta a este último movimento, o governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), baixou a portaria de nº 627, de 30 de julho de 1987, (BRASIL, 1987) que oficializava as Reservas Extrativistas, no contexto da reforma agrária.

Surgiam, então, os PAE - Projetos de Assentamento Extrativista, amparados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que duraram pouco, tendo estabelecido em todo o seu ciclo apenas dez assentamentos.

¹⁴ "Empate", no sentido de empatar ou impedir, era a resistência organizada e pacífica de homens, mulheres e crianças dos seringueiros contra os desmatamentos no Acre. Invenção do líder sindical e ecologista Chico Mendes, companheiro de lutas de Marina Silva, mais tarde Ministra do Meio Ambiente do governo Luís Inácio Lula da Silva.

Allegretti (1994) aborda algumas dificuldades da permanência dos Projetos de Assentamentos Extrativistas, dentre as quais citamos:

- Os PAE foram instituídos por meio de uma portaria interna do INCRA, que podia ser anulada a qualquer momento, por um novo dirigente do órgão;
- O enfraquecimento político da reforma agrária no final do governo José Sarney e;
- A dificuldade de desapropriação de áreas territoriais, indispensáveis à criação de novos PAE.

Quando se elaborava a Constituição Brasileira de 1988, destinou-se um capítulo ao meio ambiente, com destaque para o extrativismo, o que deu novo alento aos seringueiros – mas logo seria outra vez abalado.

Na trajetória de luta do movimento extrativista, um fato virou o marco crucial na implantação das reservas extrativistas: o assassinato do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, em dezembro de 1988. Sua morte desencadeou a indignação pública nacional e internacional, exercendo grande pressão política que abria caminho para os debates sobre a preservação ambiental, calcada no desenvolvimento sustentável, e enaltecendo, prioritariamente, as propostas das reservas extrativistas.

A Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989, incluindo as reservas extrativistas como instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, foi outro grande passo nos seguintes termos:

“Art. 9º - São instrumentos da Política Ambiental do Meio Ambiente:

[...]

VI) a criação de espaços territoriais, especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, de relevante interesse ecológico e de reservas extrativistas”.

Fundamentado nos movimentos de lutas, o governo federal, mediante a promulgação do Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990, criou a primeira reserva extrativista do Brasil, localizada em Alto Juruá, no Estado do Acre.

Conforme Vidal (2006) as reservas extrativistas são consideradas como uma das categorias da unidade de uso sustentável das Unidades de Conservação (UC) que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) cuja função é a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais, por comunidades que se dedicam à atividade extrativista. As reservas se distribuem em

reservas extrativistas de recursos florestais e de recursos pesqueiros. As reservas extrativistas florestais, pioneiras nas lutas e fixação na Amazônia, estabeleceram todo um arcabouço jurídico para o manejo e a conservação ambiental.

O Brasil, com seu vasto litoral, necessita de mecanismos de preservação e conservação de recursos naturais, por meio da instalação de reservas extrativistas marinhas, onde as comunidades de pescadores tradicionais permaneçam em suas localidades de origem. As reservas extrativistas, florestais ou marinhas, têm os mesmos objetivos: a extração ou coleta dos recursos naturais em pequena escala, ensejando a renovação do ambiente.

A primeira Reserva Extrativista Marinha (REM) se estabeleceu em 1992, em Pirajubaé, Estado de Santa Catarina. Atualmente, existem no Brasil 59 reservas extrativistas nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, Marinho Costeiro e Cerrado, conforme detalhamento nos Quadros 2, 3, 4 e 5.

Quadro 2. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA MARINHO COSTEIRO.

| NOME DA RESEX | UF | CRIAÇÃO | ÁREA | DECRETO |
|------------------------|-----------|-------------|---------------------|-------------------------|
| PIRAJUBAÉ | SC | 1992 | 1444 | Nº 533 – 20/05/1992 |
| ARRAIAL DO CABO | RJ | 1997 | S/ INF. | S/N – 03/01/1997 |
| DELTA DO PARNAÍBA | MA/PI | 2000 | 27.021 | S/N – 16/11/2000 |
| CURUMBAU | BA | 2000 | 895 Km ² | S/N – 21/09/00 |
| BAHIA DO IGUAPE | BA | 2000 | 8117 | S/N – 11/08/00 |
| SOURÉ | PA | 2001 | 27.463 | S/N – 22/11/01 |
| MÃE GRANDE DE CURUÇA | PA | 2002 | 37.062 | S/N – 13/13/02 |
| MARACANÃ | PA | 2002 | 30018 | S/N – 13/12/02 |
| CHOCOARÉ – MATO GROSSO | PA | 2002 | 2.785 | S/N 13/12/02 |
| SÃO JOÃO DA PONTA | PA | 2002 | 3203,24 | S/N – 13/12/02 |
| MÃE GRANDE DE CURUÇA | PA | 2002 | 37.062 | S/N – 13/13/02 |
| LAGOA DO JEQUIÁ | AL | 2002 | 10.204 | S/N – 27/09/2007 |
| BATOQUE | CE | 2003 | 601 | S/N – 05/06/2003 |
| CAETÉ – TAPERÃO | PA | 2005 | 42.068 | S/N – 20/05/05 |
| TRACUATEUA | PA | 2005 | 27.153 | S/N – 20/05/05 |
| GURUPE – PIRIÁ | PA | 2005 | 74.081 | S/N – 20/05/05 |
| CAETÉ – TAPERÃO | PA | 2005 | 42.068 | S/N – 20/05/05 |
| CANAVIEIRAS | BA | 2006 | 100.645 | S/N – 05/06/06 |
| ACAÚ – GOIANA | PB | 2007 | 6.678 | S/N – 26/09/2007 |
| PRAINHA DO CANTO VERDE | CE | 2009 | 29.794 | S/N – 05/06/2009 |

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio (2011).

Quadro 3. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA AMAZÔNIA.

| NOME DA RESEX | UF | CRIAÇÃO | ÁREA | DECRETO |
|-----------------------|----|---------|----------|----------------------------|
| ALTO JURUÁ | AC | 1990 | 506186 | DEC. Nº 98.863-23/01/90 |
| ARIOCA PRUANÃ | PA | 2005 | 83445 | S/N – 16/11/2005 |
| CHICO MENDES | AC | 1990 | 970.570 | DEC. 99.144-12/03/90 |
| RIO OURO PRETO | RO | 1990 | 204.583 | DEC. Nº 99.166 – 13/03/90 |
| RIO CAJARI | AP | 1990 | 99.145 | S/N - 12/03/90 |
| MATA GRANDE | MA | 1992 | 10.450 | DEC. nº 532 – 20/05/92 |
| TAPAJOS – ARAPIUNS | PA | 1998 | 647.610 | S/N – 06/11/98 |
| ALTO TARAUCÁ | AC | 1999 | 2576,47 | S/N - 20/08/1999 |
| LAGO DO CUNHÃ | RO | 1999 | 55.850 | DEC. Nº 3.238 – 10/11/1999 |
| AUTÍ – PARANÁ | AM | 2001 | 146.950 | S/N – 07/08/01 |
| BARREIRO DAS ANTAS | RO | 2001 | 107.234 | S/N – 07/08/01 |
| RIO CAUTÁRIO | RO | 2001 | 73.817 | S/N – 07/08/01 |
| CAZUMBÁ – IRACEMA | AC | 2002 | 750794,7 | S/N - 19/09/2002 |
| RIO JUTAÍ | AM | 2002 | 275.532 | S/N – 16/07/2002 |
| RIOZINHO DO ANFRÍSIO | PA | 2004 | 736.340 | S/N – 08/11/04 |
| RIOZINHO DA LIBERDADE | AC | 2005 | 325.602 | DEC. 17/02/2005 |
| ARAÍ – PEROBA | PA | 2005 | 11.479 | S/N – 20/05/05 |
| IPAÚ – ANILZINHO | PA | 2005 | 55.816 | S/N – 14/06/05 |
| MAPUÁ | PA | 2005 | 94.463 | S/N – 20/05/05 |
| RIO UNINI | AM | 2006 | 833.352 | S/N - 21/06/06 |
| ARAPIXI | AM | 2006 | 133.637 | S/N - 21/06/06 |
| RIO IRIRI | PA | 2006 | 398.938 | S/N – 05/06/06 |
| TERRA GRANDE PRACUÚBA | PA | 2006 | 194.695 | S/N – 05/06/06 |
| MEDIO PURUS | AM | 2008 | 604.209 | S/N - 08/05/08 |
| ITUXI | AM | 2008 | 776.940 | S/N – 05/06/2008 |
| RIO XINGU | PA | 2008 | 303.841 | S/N – 05/06/08 |
| RENASCER | PA | 2009 | 211.174 | S/N – 05/06/09 |
| BAIXO JURUÁ | AM | 2001 | 187.982 | S/N – 01/08/01 |
| CAPANÃ GRANDE | AM | 2004 | 304.146 | S/N – 03/06/04 |

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMbio (2011).

Quadro 4. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA CERRADO

| NOME DA RESEX | UF | CRIAÇÃO | ÁREA | DECRETO |
|--------------------------------------|----|---------|---------|----------------------|
| CIRIACO | MA | 1992 | 8.025 | Nº 534 – de 17/05/92 |
| QUILOMBO DO PLEXAR | MA | 1992 | 9.542 | Nº 536 – de 20/05/92 |
| EXTREMO NORTE DO ESTADO DE TOCANTINS | TO | 1992 | 9.280 | Nº 235 de 20/05/92 |
| CURURUPU | MA | 2004 | 185.046 | S/N – 02/06/04 |
| LAGO DOS CEDROS | GO | 2006 | 17.337 | S/N – 11/09/06 |
| RECANTO DAS ARARAS DE TERRA RONCA | GO | 2006 | 11.964 | S/N – 11/09/06 |
| CHAPADA LIMPA | MA | 2007 | 11.971 | S/N – 26/09/07 |

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio (2011)

Quadro 5. Unidades de Conservação (UC) - BIOMA MATA ATLÂNTICA

| NOME DA RESEX | UF | CRIAÇÃO | ÁREA | DECRETO |
|---------------|----|---------|-------|------------------|
| MANDIRA | SP | 2002 | 1.175 | S/N – 13/13/2002 |

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio (2011).

Em 28 de agosto de 2007, o Ministério do Meio Ambiente, mediante a Lei Nº 11.516, cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) autarquia federal integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente, com o propósito de implantar e gerir as reservas extrativistas. A Instrução Normativa nº 03, de 08 de setembro de 2007, estabelece no seu *caput* que é competência do ICMBio: “Disciplinar as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável”.

3.2 Batoque: a primeira RESEX do Ceará¹⁵

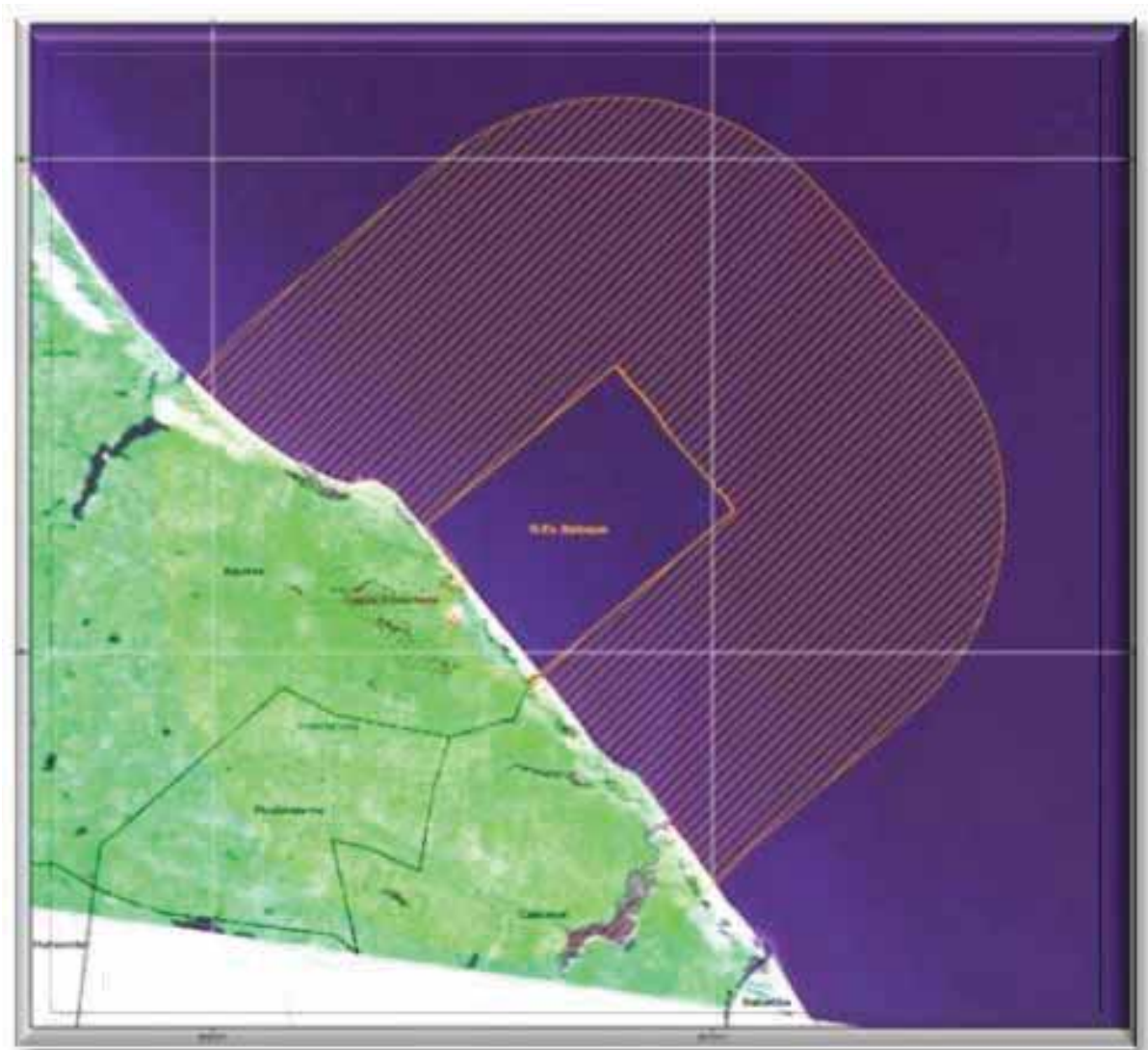
A luta pelo direito à permanência na terra e a sobrevivência desta comunidade na Praia do Batoque envolveu vários atores, tais como a Igreja Católica, o Ministério Público Federal, o IBAMA, os colaboradores e a sociedade civil. O empenho conjunto

¹⁵ As informações apresentadas estão baseadas em relatos de membros da comunidade e nas obras de Braid (2004) e Vidal (2006).

culminou na promulgação, pelo Presidente da República, do Decreto de 5 de junho de 2003, Anexo, que cria a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz. Este decreto apresenta, no seu Artigo 1º, o seguinte:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

A comunidade inicialmente pleiteou uma área bem maior que a atual para a reserva, que abrangeria uma parte do mar (Mapa 7). Esta solicitação encontra-se em estudo no IBAMA e ainda não foi atendida.



Mapa 7. Área marítima pleiteada para a RESEX do Batoque
Fonte: IBAMA (2010).

Atualmente a RESEX do Batoque é uma realidade e já passam praticamente oito anos de sua instalação; mas o fator mais emblemático para o desencadeamento

de todas as ações em transformar a localidade em Reserva Extrativista foi a segurança da posse das terras pelos comunitários e o fim das ameaças e pressões dos especuladores imobiliários.

Com a criação da Associação dos moradores um importante papel político passou a ser desempenhado junto aos comunitários estimulando uma melhor convivência dentro da área de abrangência da reserva (Figura 30) e também buscando a melhoria de suas condições socioeconômicas.



Figura 30. Entrada da RESEX, com placa indicativa das unidades geoambientais.
Fonte: Araripe (2011).

Em 2011, como tem sido desde os primeiros habitantes, a principal fonte de renda da comunidade é a atividade pesqueira, correspondendo a 23% das fontes de renda da Reserva (Braid, 2004). A complementação da renda provém de várias fontes, como o artesanato, a polpa do murici, e outras de pouca representatividade. A agricultura e a pesca em água doce atendem basicamente à subsistência. Alguns estabelecimentos comerciais estão surgindo na localidade, comercializando materiais de construção, vestuário, produtos alimentícios e de informática. Também são ofertados os serviços gastronômicos nas barracas de praia para os turistas e veranistas. A atividade turística é usufruída em grande parte pelos visitantes de localidades circunvizinhas – popularmente denominados “farofeiros” – que chegam aos domingos em ônibus fretados, e trazendo comida e bebida para o seu consumo durante o dia; praticamente não movimentam a economia local.

A RESEX do Batoque, na sua concepção, proíbe a construção de casas (Figura 31) ou estabelecimentos comerciais de pessoas de fora da comunidade,

principalmente as edificações que caracterizassem uma segunda residência dos veranistas.



Figura 31. Construção de habitações dos comunitários em alvenaria
Fonte: Araripe (2011).

Existem na localidade obras irregulares demolidas ou em processos de demolição, como se vê na Figura 32. Em outras palavras, todo o desenvolvimento e crescimento da localidade dependem diretamente dos comunitários; é preciso, pois, a execução de um “plano de manejo” elaborado pela comunidade, que trate da ocupação racional do espaço territorial, respeitando e preservando a pesca e os manguezais, dunas e lagos.



Figura 32. Escombros da demolição de residência de veranista.
Fonte: Araripe (2011).

Não menos importante é assegurar, mediante projetos de capacitação (oferecidos pelos órgãos públicos em parceria com associações) que a comunidade

esteja preparada para a exploração sustentável e para a conservação dos recursos naturais, com base no plano de manejo.

Não obstante a legislação e o clima de aparente tranquilidade trazido pelo advento da Reserva, ainda se observa certo receio, por parte dos comunitários, de novas invasões de especuladores. Vez por outra, o IBAMA faz correções da ocupação territorial na RESEX do Batoque, demolindo residências irregulares.

Ainda que a ocupação do vilarejo date de 1860 (há um século e meio), as transformações espaciais são pequenas e lentas – talvez devido à insegurança dos nativos com relação à posse das terras. A primeira impressão, ao adentrar-se na comunidade, é que voltamos ao passado (Figura 33) pelas características rústicas que lhe são peculiares: chão de terra batida, muros baixos, cerca de varas ou cercas vivas, e as moradias sem marcas de delimitação ainda são maioria. As ruas são de piçarra, material argiloso compactado, diferenciado somente na rua principal, que é de calçamento de pedra tosca.



Figura 33. Vista da rua do Batoque
Fonte: Araripe (2011).

Conforme Braid (2004) a população da comunidade (aproximadamente 800 habitantes), era formada por 21% de crianças de 0 a 12 anos; 11% de adolescentes de 13 a 18 anos; 20% de jovens de 19 a 25 anos; 19% de adultos I de 26 a 40 anos; 23% de adultos II de 41 a 65 anos; e 6% de idosos acima de 65 anos.

São capturadas em média 40 toneladas/ano de peixe (Figura 34), significando 11% da produção do município de Aquiraz/Ce. Os tipos mais pescados são cavala (*Scomberomorus cavalla*), pargo (*Pagrus pagrus*); mariquita (*Myripristis jacobus*);

sirigado (*Mycteroperca bonassi*); serra (*Spanish mackerel*); bagre (*Bagre marinus*), bonito (*Sarda sarda*) e a lagosta (*Procambarus clarkii*); sendo a principal forma de organização dos moradores o associativismo, correspondendo a 62% da população ativa, integrantes da associação dos moradores.



Figura 34. Pescadores retornando da pesca marítima
Fonte: Araripe (2011)

As categorias de ocupação são distribuídas por pescadores (19,30%), pescadores-agricultores (14,91%), agricultores (20,18 %) e autônomos (28,95%) abrangendo os rolandores de embarcações, pequenos comerciantes, artesãos, além de outras fontes de renda, como aposentadoria e assistência governamental. É comum, por exemplo, a casa de um artesão servir de local de venda dos produtos (Figura 35), não somente artesanato e vestuário, mas algumas vezes até pescado.



Figura 35. Produção e comercialização de artesanato em residências.
Fonte: Araripe (2011).

Outra fonte de subsistência é a agricultura, pela extração de caju (*Anacardium occidentale*), murici (*byrsonima sp*), ameixa (*ximenia occidentale*), puçá (*moriti guianensis*), guajiru (*chysobalamuus icaco*) e jatobá (*Hymesses courbaril*) e da batata doce (*Ipomoea batatas*) (Figura 36).



Figura 36. Plantio de batata doce como agricultura de subsistência.
Fonte: Araripe (2011).

Poucos serviços públicos são prestados à comunidade, dentre eles o fornecimento de energia elétrica, a telefonia móvel e fixa. A água é captada do subsolo por meio de poços rasos, às vezes com auxílio de catavento (Figura 37) e

ainda não há rede pública de tratamento de esgoto; os detritos são lançados diretamente no solo por meio de fossas negras¹⁶.



Figura 37. Captação de água do subsolo por meio de catavento.
Fonte: Araripe (2011).

A falta de uma gestão ambiental adequada não impediu que a Associação Comunitária dos Moradores, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) e a Prefeitura Municipal de Aquiraz (PMA), obtivesse a aprovação um projeto ambiental na Petrobrás, mediante seleção pública.

¹⁶ Fossa negra: tanque destinado ao tratamento de esgotos, construído de forma precária ou inadequada, constituindo-se em foco de contaminação do lençol freático e subsolo; Disponível em: <<http://www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/DECMUN14311.99.pdf>>. Acesso em: 23 jan.2012.

Este projeto, que visa à recuperação da lagoa do Batoque com a utilização de técnicas da permacultura¹⁷, prevê a construção de 80 canteiros biodegradáveis (Figura 38) em casas circunvizinhas à lagoa. Também integram o projeto a promoção de cursos de educação ambiental e a recuperação de áreas de mata ciliar, com plantio de 25 mil mudas de espécies nativas.



Figura 38. Utilização do esgoto para adubação de plantas.
Fonte: Araripe (2011).

O sistema de educação está a cargo de uma escola municipal (Figura 39) que oferece apenas o ensino fundamental, da alfabetização à 9ª série; o prédio precisa de reformas e equipamentos. A prefeitura de Aquiraz administra um posto de saúde (Figura 40) que atende a parte ambulatorial e, caso seja necessário, os pacientes são encaminhados a um hospital na sede do município ou em Fortaleza. A comunidade conta com um posto policial, mas o contingente é pequeno.

¹⁷ O termo PERMACULTURA criado pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren, nos anos 70, com a denominação original *permanent agriculture* (agricultura permanente), foi depois modificado para *permanet culture* (cultura permanente) consistindo em um método holístico de planejar, de atualizar e manter sistemas de escala humana (jardins, vila, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis. Tem como objetivos principais os cuidados com a terra, com as pessoas e na repartição dos excedentes. Fonte: <http://www.permear.org.br/2006/07/14/o-que-e-permacultura/>



Figura 39. Escola Municipal de Ensino Fundamental do Batoque
Fonte: Araripe (2011).



Figura 40. Posto Municipal de Saúde
Fonte: Araripe (2011).

3.3 A sobrevivência da comunidade frente à gestão da RESEX¹⁸

Após a promulgação do Decreto que instituiu a RESEX, várias oficinas foram realizadas com a participação dos comunitários e a equipe do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com o objetivo de criar um plano de utilização da Reserva que assegurasse a qualidade de vida dos

¹⁸ As informações apresentadas estão baseadas em visitas realizadas à comunidade no período de 2010 a 2012 e também nas obras de Coriolano (2009).

moradores, bem como a implementação da sustentabilidade ambiental. Por se tratar de uma região praiana dotada de belezas naturais, a proposta de desenvolvimento do turismo comunitário é de vital importância, em vista da proibição de se construir, no local, empreendimentos hoteleiros ou pousadas de empresários de fora da comunidade.

Trata-se da construção de novos caminhos, novas fontes de trabalho e renda. O fortalecimento do turismo implica a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental, associado ao desenvolvimento local. Com base nas discussões das oficinas construiu-se uma pousada comunitária (Figura 41), visando a proporcionar uma permanência maior dos visitantes que queiram desfrutar de forma sustentável os recursos naturais da Resex.



Figura 41. Pousada comunitária
Fonte: Araripe (2011).

Coriolano (2009) observa que, no turismo comunitário, os residentes têm o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos. Conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista, daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos locais. Esta alternativa se articula a outras atividades econômicas, tais como o comércio de artesanato, a produção de alimentos por meio da manipulação nas barracas e a divulgação da história do povoado.

Um dos desejos acalentados pela comunidade do Batoque é a implantação do turismo comunitário na Reserva. Os gestores da unidade acreditam que a atividade deve movimentar a economia local sem agredir os recursos naturais ou a cultura dos comunitários, que devem ter autonomia para decidir que tipo de empreendimento desejam nas proximidades da sua residência, que produtos podem ser vendidos, que serviços podem e querem oferecer ou apoiar; mas, sobretudo, a comunidade reivindica o direito de cultivar seus costumes, de cuidar do seu ambiente, preservando para as novas gerações a qualidade de vida que sempre tiveram, antes que a palavra globalização invadisse as rodas de conversas em seus alpendres.

A professora Dra. Luzia Neide Coriolano (Universidade Estadual do Ceará-UECE), que tem importantes estudos citados neste trabalho, descreve, em depoimento para o site “Batoque – mar, luta e terra”,¹⁹ as características do turismo comunitário e de que forma ele beneficia as comunidades litorâneas. A pesquisadora destaca que cresce o número de turistas que já não vê novidade em hotéis cinco estrelas – de onde eles vêm isso é comum. Estão mais interessados em imergir no cotidiano do local, conhecer hábitos simples, e crescer como seres humanos.

A geógrafa cearense lembra ainda que as atividades turísticas, comunitárias, são associadas às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo sustentável. Tais iniciativas oferecem trabalho e renda para os moradores, incentivam os pequenos empreendimentos locais e garantem a participação de todos, dando espaço também às mulheres e aos jovens. Além disto, assegura a participação de pessoas da comunidade que, mediante um planejamento descentralizado e associativo, podem lutar pela regulamentação fundiária das terras litorâneas, muitas de marinha, e pela garantia da posse da terra de populações indígenas, pesqueiras, as chamadas comunidades nativas.

A comercialização de bebidas em bares que funcionam na própria residência dos comunitários (Figura 42) é muito comum, decerto pela praticidade de administração que oferece, quando o comerciante não precisa deslocar-se para o trabalho, nem gastar com aluguel ou arrendamento do ponto. O próprio morador é quem desempenha múltiplas funções, do atendimento e preparo de alimentos até a compra e estocagem dos produtos.

¹⁹ Batoque – mar, luta e terra. Disponível em <<http://www.praiadobatoque.com.br/turismo/o-que-e-turismo-comunitario/>> acesso em 08 fev. 2012.



Figura 42. Bar na residência de nativo
Fonte: Araripe (2011)

Estes comunitários, mesmo sem capacitação profissional, se apresentam sempre com entusiasmo e cordialidade, na tentativa de conquistar a fidelidade e o retorno dos seus clientes. Coriolano (2009) chama atenção para este agradável diferencial: a presença constante do anfitrião, que conversa com os visitantes, conta causos, e termina criando laços de amizade. Admite-se que não seja este o ambiente desejado por todos os turistas, mas este tipo de turismo popular está voltado principalmente às pessoas de menor poder aquisitivo e responde ao direito que todos têm ao lazer.

Na localidade, existem duas residências que foram adaptadas para *Lan House* (Figura 43) mas não oferecem conexão com a Internet, apenas jogos eletrônicos e pequenos serviços correlatos, como *scanner* e impressão. A utilização é cobrada por hora e a procura é principalmente pelo público jovem e infantil; a *lan house* é uma rara opção de entretenimento, porque, afora o rádio e a televisão, os jovens não dispõem de cinema, quadra de esportes, livraria, nem uma simples banca de revistas.

O comércio local (Figura 44) restringe-se a pequenos pontos de venda a varejo, onde se pode encontrar um pouco de tudo: arroz, feijão, goma, farinha de mandioca, produtos de limpeza e higiene pessoal, e alguns medicamentos genéricos como analgésicos e antiácidos. Farmácia não há.



Figura 43. Lan House.
Fonte: Araripe (2011).



Figura 44. Comércio local
Fonte: Araripe (2011).

A casa de farinha do Batoque, criada por iniciativa dos comunitários, desde sua inauguração (1989) até pouco tempo atrás, foi de grande utilidade para os moradores locais e comunidades vizinhas, mas hoje está praticamente desativada por falta de matéria prima (não há mais plantações de mandioca na comunidade). Ali se fabricava a farinha, a goma, a tapioca e o beiju. A goma e a farinha serviam para consumo

próprio e o excedente era vendido; já a tapioca e o beiju eram distribuídos entre as pessoas que ajudavam no processamento dos alimentos²⁰.



Figura 45. Casa de farinha comunitária
Fonte: Araripe (2011).



Figura 46. Venda de tapioca
Fonte: Araripe (2011).

Em visita a algumas propriedades no Batoque, observamos que a criação de animais restringe-se a poucas galinhas, um ou dois porcos, e às vezes patos e marrecos soltos no terreiro em volta da casa, destinando-se a carne e os ovos exclusivamente ao consumo da família. Do mesmo modo, o feijão de corda (*Vigna*

²⁰ Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/67298093/Historiando-Batoque>> acesso em 25 mar. 2012.

unguiculata) semeado no quintal, atende à subsistência, e se há excedente, é posto à venda na frente da casa, em caixotes plásticos improvisados (Figura 47).²¹



Figura 47. Colheita de feijão
Fonte: Araripe (2011).

A pesca é a principal fonte de renda do lugar, mas sendo produto muito perecível, é vendido imediatamente no “Barracão dos Pescadores”, em sistema de cooperativa informal, no local ou nas imediações, porque poucos comunitários dispõem de meios de estocagem e conservação (Figura 48).



Figura 48. Barracão de venda do pescado
Fonte: Araripe (2011).

Devido a essa dificuldade de armazenagem e conservação, vende-se grande variedade e quantidade de peixes (cavala, pargo sirigado etc.), moluscos e crustáceos, principalmente caranguejo e camarão, nas barracas de praia, prontos para o consumo (Figuras 49 e 50).

²¹ As informações destes dois parágrafos foram colhidas *in loco*, em visitas esparsas, no período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012.

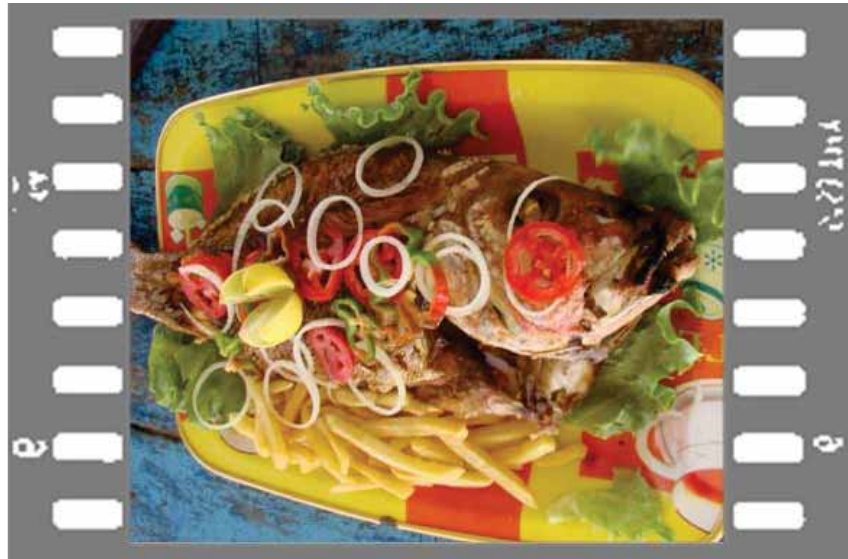


Figura 49. Peixe pargo preparado nas barracas de praia
Fonte: Araripe (2011).

Os frutos do mar, em geral, são o ponto alto da gastronomia cearense, não somente nas grandes barracas situadas na movimentada orla da capital e nas praias famosas, mas também nos pacatos povoados de pescadores, em que quase sempre representam senão a única, pelo menos a mais significativa fonte de renda.

A comercialização do pescado *in natura* ou na forma de receitas típicas tem grande peso na economia do estado, especialmente o caranguejo; seja pela relativa facilidade da captura, seja porque estão sempre frescos e dispensam sofisticação no preparo e no serviço. Todos estes fatores juntos, talvez expliquem a grande aceitação dessa iguaria, tanto pelo público local como pelo turista. Nos pequenos povoados, como é o caso do Batoque, o próprio pescador é o dono do estabelecimento, cujas tarefas e funções divide com a família, dispensando a contratação de empregados, e assim “o apurado fica em casa”, diz o dono de uma das melhores barracas da região.



Figura 50. Caranguejo servido nas barracas de praia
Fonte: Araripe (2011).

3.4 Opinião da comunidade frente à transformação em reserva extrativista

Um fator importante em um trabalho de pesquisa é o tamanho de sua amostra, isto é, o número de pessoas a ser entrevistadas, que depende do universo demográfico e do objetivo principal – pretende-se obter dados quantitativos ou dados qualitativos.

Em uma pesquisa quantitativa há utilização intensa da estatística e os resultados obtidos são expressos em números, pois seu objeto de estudo pode ser quantificado.

Já a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2004), "responde a questões muito particulares" e se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Minayo (2004) a amostra ideal na pesquisa qualitativa é a que reflete o conjunto em suas múltiplas dimensões. A amostragem é considerada suficiente na medida em que o material se mostre adequado para os procedimentos metodológicos previstos e os discursos se tornem recorrentes.

Para apreensão das opiniões dos comunitários sobre a transformação do

local em Reserva Extrativista e, considerando-se que alguns estudos já foram efetuados na área, este trabalho assumiu caráter qualitativo, buscando mesmo nos aspectos descritivos, a dimensão emocional da mudança na vida daquelas pessoas (cerca de 800 comunitários).

Inicialmente procedeu-se a uma caracterização geral dos entrevistados; o segundo passo foi investigar a sua vivência dos principais problemas enfrentados com o advento da Reserva Extrativista, suas possíveis origens, seus efeitos e soluções. Finalmente, passou-se à análise das expectativas, da valoração e dos conhecimentos relacionados à nova realidade dessas pessoas, com o surgimento da Reserva do Batoque.

3.4.1 Caracterização dos entrevistados em relação ao gênero, idade e escolaridade.

No total foram aplicados 61 questionários²² - tanto de modo direto, com respostas por escrito, como de modo indireto – substituídos por conversas informais. Neste total de questionários 47,5% corresponderam ao sexo masculino e 52,5% ao sexo feminino, como apresentado na Figura 51 e na Tabela 03 (Apêndice II).

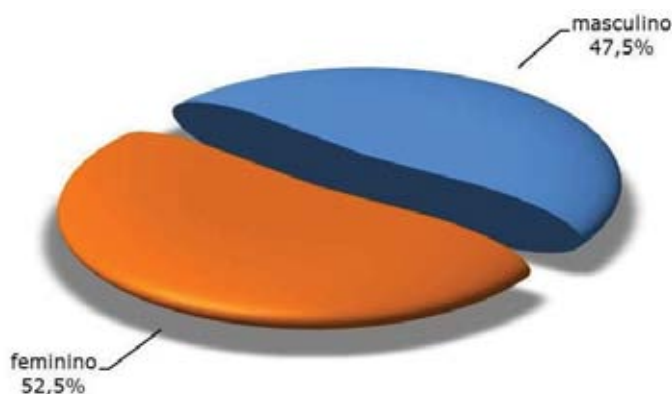


Figura 51. Distribuição dos entrevistados por gênero.

Não obstante o percentual de mulheres (52,5%) dentro do grupo entrevistado, a questão do gênero não foi relevante e nem pôde ser considerada como condicionante para que houvesse algum tipo de alteração nas respostas obtidas na presente pesquisa. Verifica-se que os níveis de conhecimento sobre os assuntos abordados eram de interesse e preocupação geral, independentemente de ser o

²² Somente 61 comunitários concordaram em participar da pesquisa.

entrevistado homem ou mulher. Pode-se destacar que, por ser uma região de culturas e costumes bem tradicionalistas, existem valores bem marcantes presentes em alguns relatos:

A gente vive da pesca e a mulher ajuda fazendo uns artesanatos para vender pra fora.

Eu tenho que trabalhar muito e se virar em dois para sobreviver aqui. Só com o dinheiro do marido não dá, não dá mesmo e eu tenho que vender umas rendas para os turistas e também trabalhar na cozinha das barracas.

Quanto à faixa etária dos entrevistados (Figura 52 e Tabela 04, Apêndice II), não ocorreram questionários na faixa de 0 a 5 anos e de 6 a 10 anos. Os comunitários na faixa de 21 a 25 anos e na faixa de 26 a 30 anos representaram 14,8% cada um deles, somando 29,6% dos entrevistados. Verificou-se que a preocupação com os assuntos referentes à Reserva Extrativista independe da faixa etária, não havendo diferença de interesses ou de valorização. Na faixa etária acima de 50 anos, foram entrevistadas 9 pessoas, o que contribuiu para a avaliação de aspectos históricos da comunidade.

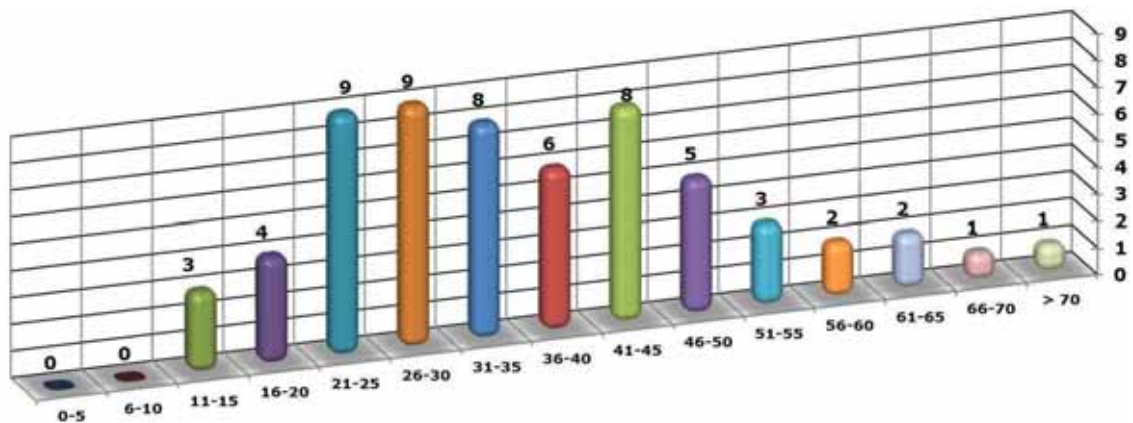


Figura 52. Distribuição dos entrevistados por faixa etária.

As naturalidades mais citadas foram da própria comunidade do Batoque (73,8%) e da sede do município - Aquiraz (14,8%) caracterizando-se a origem dos entrevistados como sendo marcadamente da região de abrangência da Reserva Extrativista do Batoque, conforme Figura 53 e Tabela 05 (Apêndice II).

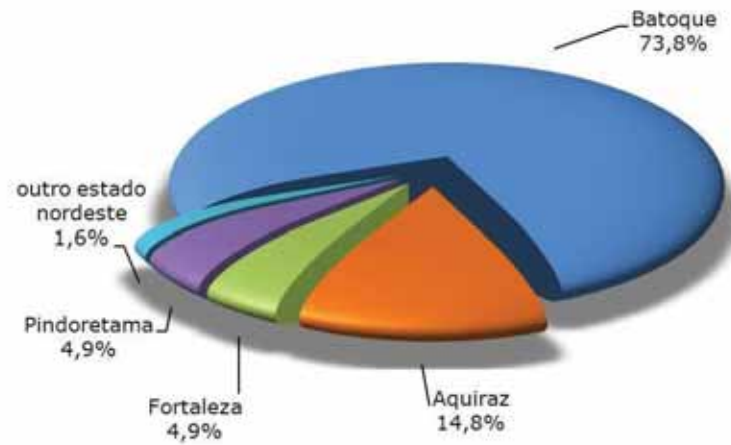


Figura 53. Naturalidades mencionadas pelos entrevistados.

Quanto ao fato de já ter morado em outra localidade, 77,0% dos comunitários responderam que não, evidenciando-se uma maioria de origem local, com claro senso de pertencimento²³ em relação ao seu lugar (Figura 54, Tabela 06 no Apêndice II).

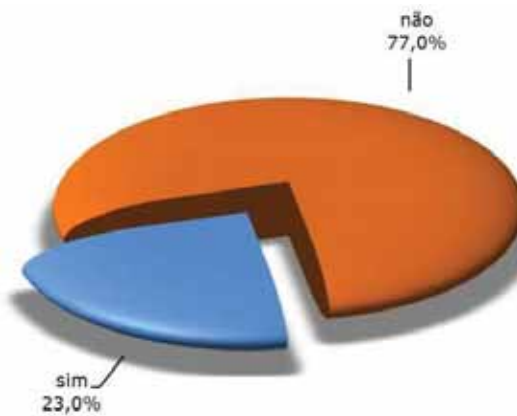


Figura 54. Entrevistados que já moraram em outra localidade.

Pela análise da Figura 55 (e Tabela 07, no Apêndice II) verifica-se que a maioria dos entrevistados reside na região a partir das faixas situadas entre 20,1 e 25,0 anos (26,2%); entre 25,1 a 30,0 anos (14,8%); entre 15,1 a 20,0 anos (13,1%) e de 10,1 a 15,0 anos (11,5%). Do total de entrevistados, 35 moram na região há mais de 20 anos.

²³ De acordo com Amaral (2005): uma população precisa sentir-se como pertencente a um determinado lugar e ao mesmo tempo também sentir que este lugar lhe pertence, e por isto acreditam ser capazes e têm o direito de nele interferir; acima de tudo, sabem que é importante esta interferência na vida presente e nos rumos futuros deste lugar.

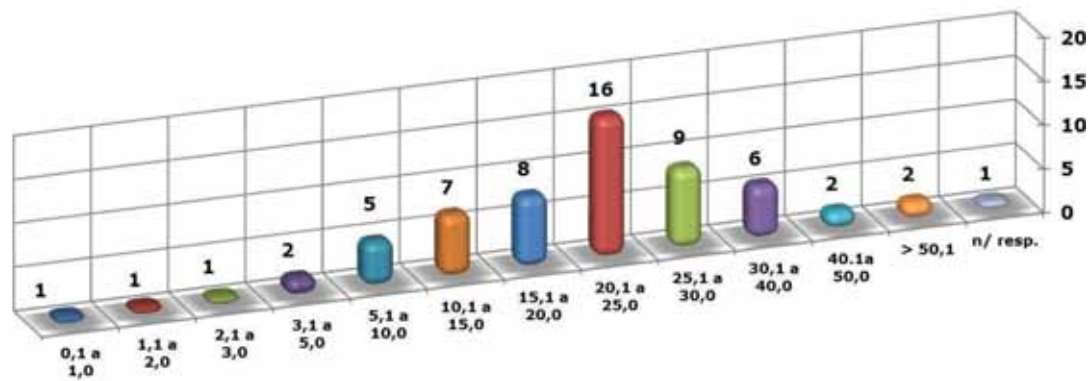


Figura 55. Tempo aproximado de moradia dos entrevistados na comunidade.

Relativamente ao nível de alfabetização, os resultados obtidos estão demonstrados na Figura 56 (e Tabela 08, no Apêndice II) verificando-se que a maioria dos entrevistados sabe ler e escrever (39,3%) 34,4% sabem só ler e 21,3% são analfabetos. Somente 4,9% dos entrevistados não responderam a esta pergunta.

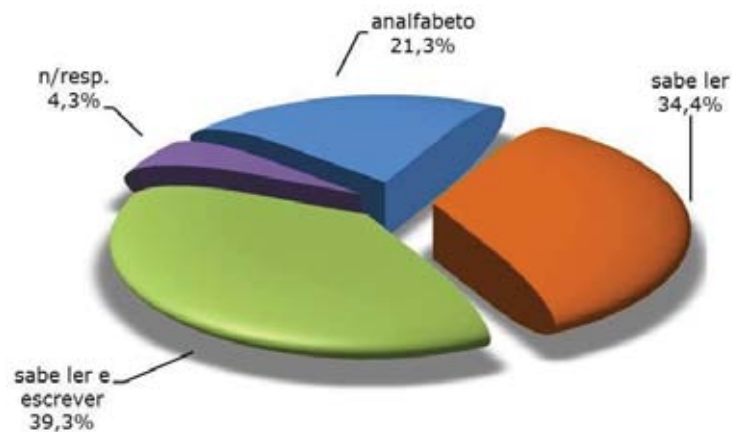


Figura 56. Nível de alfabetização dos entrevistados.

Os resultados demonstram que o nível de alfabetização dos comunitários ainda é insignificante, o que evidencia a necessidade de maiores investimentos em educação na Reserva do Batoque. Alguns expressam o desejo de continuar os estudos e dizem que não terminaram por questão de tempo, por terem que trabalhar:

Não pude terminar os estudos, tinha mulher e filho para cuidar.

3.4.2 Caracterização dos entrevistados em relação a trabalho e renda

Além da escolaridade, procurou-se identificar o nível econômico dos comunitários, o que, já nas primeiras entrevistas, causou visível constrangimento.

Nesta etapa do trabalho, as questões foram elaboradas apenas para o conhecimento sobre a área de trabalho e as formas de sobrevivência dos entrevistados.

Quanto ao fato de trabalhar fora da comunidade, os resultados obtidos revelam que 60,7% não trabalham fora da Reserva Extrativista, demonstrando a importância financeira que ela tem para os comunitários, representando um aspecto a ser considerado; ainda que 34,4% deles tenham respondido que sim, é relevante a importância de recursos naturais como a pesca e a agricultura como fontes de alimentação e de renda (Figura 57 e Tabela 09, no Apêndice II).

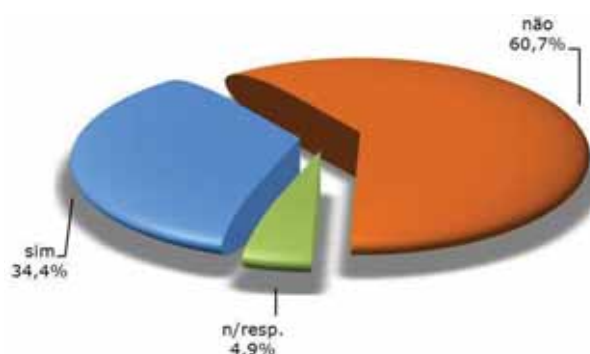


Figura 57. Entrevistados que trabalham fora da Resex.

Sobre a sua área de atuação, alguns entrevistados responderam mais de um tipo de trabalho, conforme dados da Tabela 1. Observe-se que 49,2% trabalham com *Agricultura* e 24,4% no setor de *Serviços*, não deixando dúvidas quanto ao peso da agricultura na vida daquela população. O fato de ocorrer mais de uma citação por entrevistado revela que uma única atividade econômica não é suficiente para a sua sobrevivência.

Vejamos alguns comentários:

A gente tem que trabalhar muito, e só com peixe não dá.

Planto um feijãozinho aqui, mas tenho que trabalhar como pedreiro.

O turismo tem um tempo que é bom, mas tem época que baixa o movimento.

Tabela 1. Área de trabalho dos entrevistados.

| Área de trabalho | Entrevistados | |
|-----------------------|---------------|----------------|
| | Abs. | Frequência (%) |
| Agricultura | 29 | 49,2% |
| Serviços | 15 | 25,4% |
| Comercio | 13 | 22,0% |
| Artesão | 9 | 15,3% |
| Pesca | 9 | 15,3% |
| Educação | 8 | 13,6% |
| Pecuária | 5 | 8,5% |
| Funcionalismo público | 5 | 8,5% |
| Outros | 1 | 1,7% |
| Total de citações | 94 | |
| | | Percentual (%) |
| Não responderam | 2 | 3,3% |
| Responderam | 59 | 96,7% |

Quanto ao tempo de atuação na atividade citada anteriormente, ocorrem respostas que apontam entre 20,1 a 25,0 anos (27,9%) e 15,1 a 20,0 anos (21,3%), conforme a Figura 58 (e Tabela 10, no Apêndice II) o que denota certa tradição nos tipos de atividades exercidas pelos comunitários. Isto se deve, em alguns casos, à transmissão de conhecimentos entre gerações, tanto na agricultura como na pesca. Vejam-se alguns relatos:

Aprendi ir para o mar com o meu pai e até hoje eu só sei fazer isso.

Antigamente meu pai plantava e dava muito mais, hoje eu planto e não tá dando mais para viver só disso não.

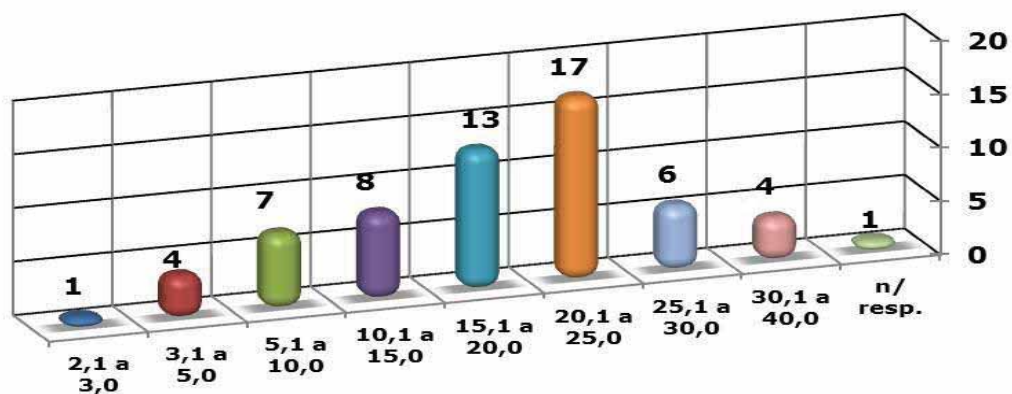


Figura 58. Distribuição dos entrevistados por tempo no emprego/trabalho.

Na identificação do nível econômico dos entrevistados, um fato foi observado, notadamente nas entrevistas com os comunitários na faixa etária maior de 50 anos: a maioria ficou constrangida em informar sua situação financeira; no entanto esta condição era facilmente identificada, uma vez que algumas entrevistas ocorreram na

própria residência do comunitário.

Para evitar este constrangimento, a pergunta que sondava a situação financeira foi formulada com habilidade, incluída em um contexto mais amplo, propiciando ao entrevistado um sentimento de confiança.

Quanto à renda familiar, os valores estão na faixa de um salário mínimo (37,7%) e de 1,1 a 2,0 salários (31,1%) (Tabela 2), evidenciando baixa remuneração para as atividades realizadas na Reserva Extrativista.

Tabela 2. Distribuição dos entrevistados por faixa de renda familiar.

| Faixa de renda (salário mínimo) | Entrevistados | |
|------------------------------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| < 1,0 | 9 | 14,8% |
| 1,0 | 23 | 37,7% |
| 1,1 a 2,0 | 19 | 31,1% |
| 2,1 a 3,0 | 8 | 13,1% |
| 3,1 a 4,0 | 1 | 1,6% |
| 4,1 a 5,0 | 0 | 0,0% |
| >5,0 | 0 | 0,0% |
| Não responderam | 1 | 1,6% |
| Total | 61 | 100,0% |

Com relação ao fato de receberem algum benefício dos programas sociais mantidos pelo governo federal, 37,7% responderam que sim; 32,8% disseram que não, e 29,5% optaram por não responder. (Figura 59 e Tabela 11, no Apêndice II).

A participação de alguns comunitários em programas sociais do governo²⁴ justifica-se pela baixa renda mencionada no item anterior. A hesitação em revelar o benefício deve-se talvez ao receio de vir a ser desligado desses programas.

²⁴ No Programa Bolsa Família, do Governo Federal, os beneficiários devem possuir renda familiar mensal de até R\$ 140 por pessoa e estar cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais. A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês. Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda da família por pessoa. As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70 e R\$ 140 por pessoa só ingressam no Programa se possuírem crianças ou adolescentes de até 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa podem participar do Bolsa Família, qualquer que seja a idade dos membros da família (<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/como-participar>>).

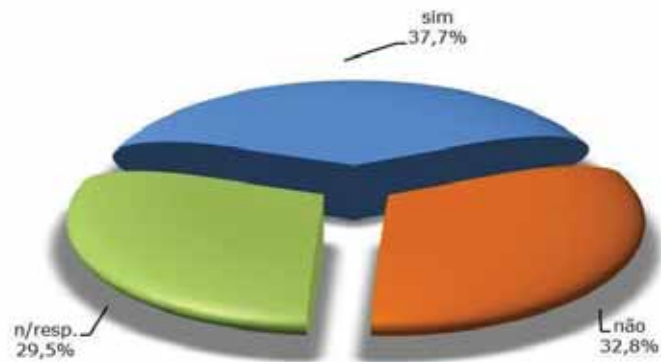


Figura 59. Entrevistados que recebem algum benefício do governo.

Pode-se justificar assim a necessidade de complementação da renda familiar pela participação de mais pessoas em atividades remuneradas.

3.4.3 Caracterização dos entrevistados quanto às condições de moradia

Com relação ao tipo de moradia dos entrevistados, a maioria respondeu que suas casas são construídas de alvenaria (67,2%), boa parte disse que suas casas são de taipa (23,0%) e a minoria mora em casas de palha (4,9%), conforme a Figura 60 (e Tabela 12, no Apêndice II). As habitações primitivas eram feitas com material rudimentar da própria região, como a palha e o barro, carecendo de segurança e durabilidade; aos poucos foram substituídas por casas de tijolos cerâmicos, com uma técnica mais aprimorada.

O uso de construções de alvenaria teve mais impulso com a transformação do local em Reserva Extrativista devido à segurança que os comunitários passaram a ter com a posse da terra.

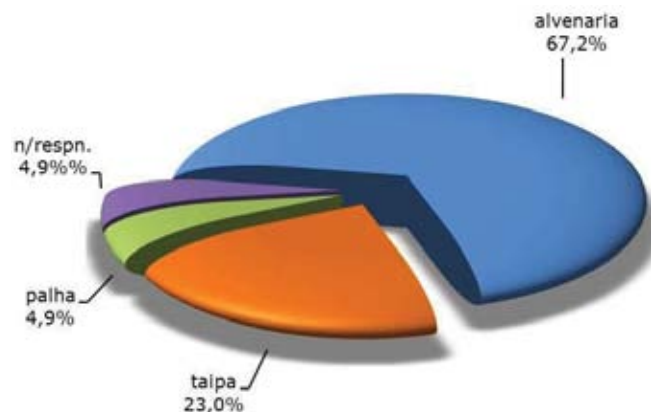


Figura 60. Tipo de moradia do entrevistado.

Quanto à presença de banheiro na residência, não obstante o elevado custo de construção, 73,8% dos entrevistados responderam que sim, enquanto que 19,7% informaram não possuir, demonstrando que os comunitários estão construindo banheiros com fossa séptica²⁵ como destino final do esgoto doméstico, em substituição às fossas negras considerando que a comunidade não disponha de um sistema de saneamento público (Figura 61 e Tabela 13 no Apêndice II).

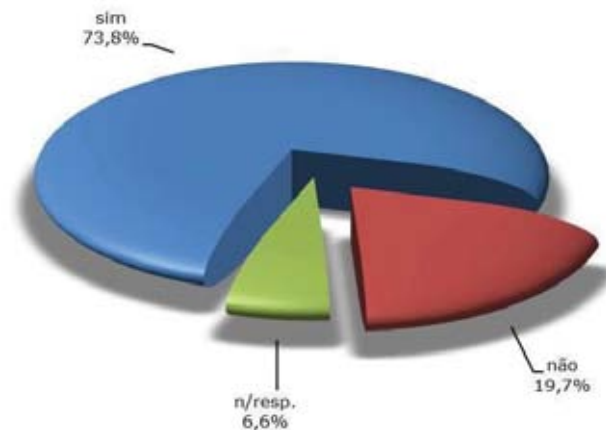


Figura 61. Existência de banheiro na moradia do entrevistado.

No que concerne ao abastecimento de água, os comunitários utilizam poço (83,6%), e apenas 11,5% deles informaram que compartilham deste recurso com outras fontes, como lagoa, mangue, riacho e até um poço de vizinhos, pois não existe na localidade uma rede de abastecimento pública (Figura 62 e Tabela 14, no Apêndice II).

Os comentários a este respeito variam muito pouco:

Eu tenho poço aqui em casa, a água é boa pra beber.

Não tenho água em casa não, pego do vizinho.

²⁵ Fossa que recebe águas residuais, tipicamente de natureza doméstica, retém a parte sólida (fezes, papel higiênico etc.) e permite iniciar o processo de purificação da parte líquida, passando-a por um filtro e, posteriormente, por uma trincheira filtrante, eliminando os riscos de contaminação. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/lextec/por/domain_1/definicion/20680.html> Acesso em 20 jan. 2012.

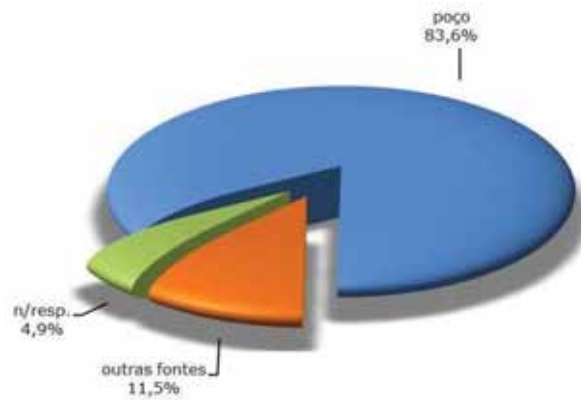


Figura 62. Origem da água de beber do entrevistado

Quanto ao sistema de abastecimento de energia elétrica, 90,2% dos entrevistados responderam que dispõem sim, e apenas 6,6% deles disseram que não, conforme a Figura 63 (e Tabela 15, no Apêndice II). Ressalte-se que a comunidade tem uma cobertura praticamente total, na área de abrangência da Reserva Extrativista, e os entrevistados que responderam não dispor de energia elétrica residem em locais mais afastados e de difícil acesso.

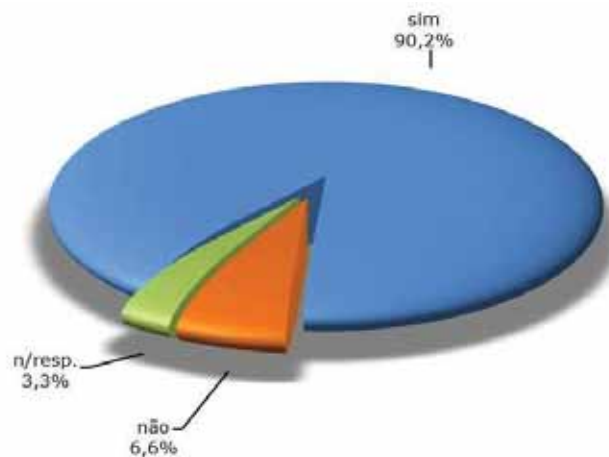


Figura 63. Entrevistados que possuem energia elétrica em casa.

Com relação a possuir aparelho de televisão em casa, 85,2% dos entrevistados responderam sim e apenas 9,8% responderam não, o que denota o acesso dos comunitários à informação, contribuindo para o desenvolvimento do senso crítico, fundamental para o exercício da cidadania (Figura 64 e Tabela 16, no Apêndice II).

Vejam-se alguns excertos de conversas informais:

Tem gente aqui que vive ligado direto numa televisão o dia todo.

Eu tenho duas aqui em casa. Uma está queimada mas eu ainda vou mandar arrumar.

Lá em casa foi uma felicidade quando eu consegui comprar uma.

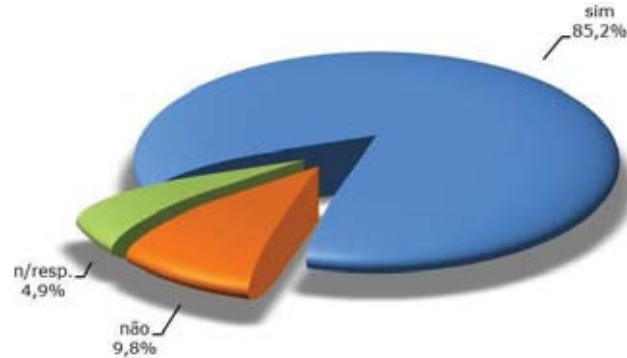


Figura 64. Entrevistados que possuem televisão em casa.

Quanto ao tipo de programação preferida pelos comunitários existe uma atração forte pelas novelas (59,0%) filmes (18,0%) e jornais televisivos (18,0%) conforme a Figura 65 (e Tabela 17, no Apêndice II). Cumpre informar que, em determinados casos há na verdade fator positivo no seio familiar, isto porque, por meio dos programas televisivos, em especial a novela, os comunitários se reúnem para poderem assistir em conjunto, fortalecendo a interação do grupo, como relatado abaixo:

A melhor hora que tem é da novela e todo mundo fica junto.

Eu gosto muito de assistir de tarde os filmes na televisão.

Gosto de ver os programas de reportagem, pra gente aprender as coisas.

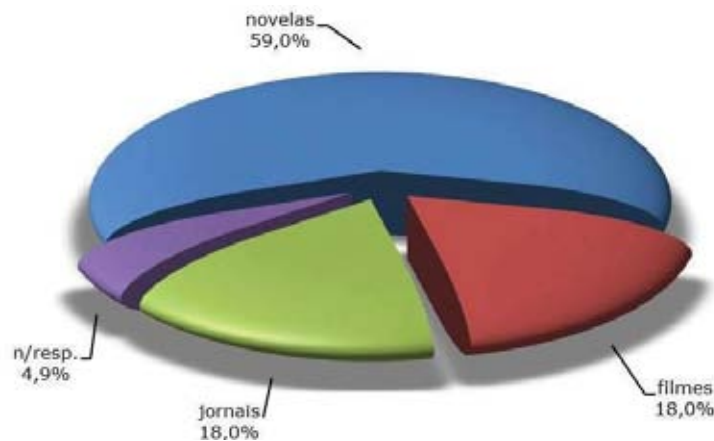


Figura 65. Programas que mais interessam o entrevistado.

3.4.4 Depoimentos dos entrevistados em relação aos cuidados com a saúde

Perguntados sobre o recebimento de orientação de saúde dos órgãos da rede pública, a maioria respondeu que sim (44,3%) 39,3% disseram que não e 16,4% não responderam; constatou-se, pois, com relação à saúde pública, uma falta de cobertura assistencial efetiva e abrangente na área da Reserva Extrativista, seja com atendimento em posto de saúde local, seja com a participação em programas destinados à melhoria da saúde (Figura 66 e Tabela 18, no Apêndice II).

Os comentários não deixam dúvidas:

Tem dia que tem médico no posto e tem dia que não tem.

Se a gente precisa de uma emergência, tem que arrumar um carro para ir até a sede de uma cidade perto.

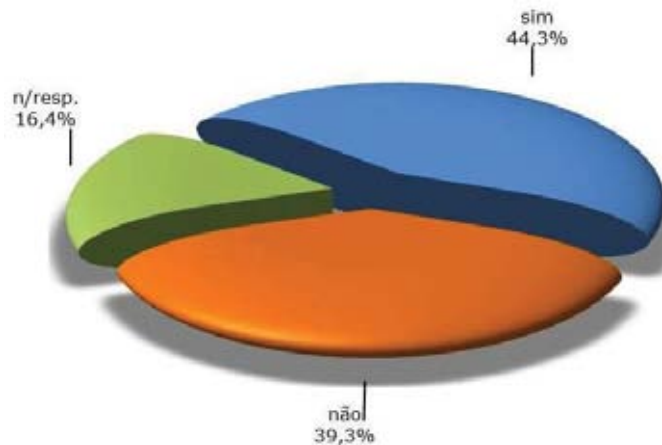


Figura 66. Entrevistados que recebem orientação de saúde da rede pública.

Quanto ao recebimento de remédios gratuitos fornecidos por programas implementados pelo Governo, a maioria dos entrevistados disse que não (55,7%); apenas 27,9% responderam sim e 16,4% não responderam, conforme mostra a Figura 67 (e Tabela 19, no Apêndice II); constata-se, portanto, a falta de assistência à saúde, por parte do governo, dentro da área da Reserva Extrativista.

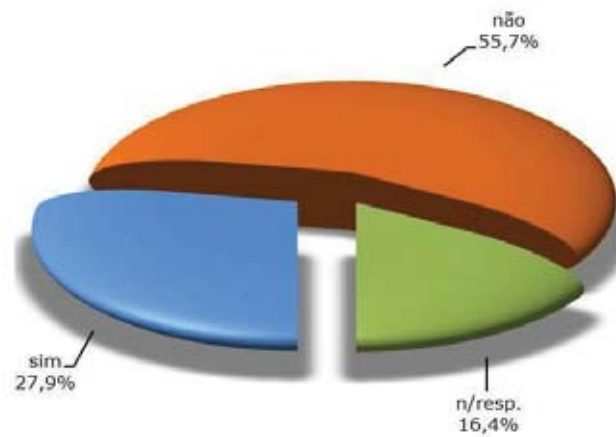


Figura 67. Entrevistados que recebem medicamentos do governo.

3.4.5 Opinião dos entrevistados em relação à reserva extrativista

Depois de obtidas estas informações anteriores que buscaram caracterizar e também apresentar alguns problemas que envolvem os comunitários, procurou-se conhecer um pouco mais sobre seus interesses e aspectos conceituais em relação à temática da criação da Reserva Extrativista.

Quando perguntados sobre se participaram do movimento de resistência imobiliária, 77,0% dos comunitários responderam que sim, enquanto, apenas 19,7% deles, não. Com isso, é compreensível o forte interesse dos habitantes locais em permanecer em suas terras e combater as pressões exercidas por agentes externos. Agentes estes que claramente objetivam explorar suas terras, não hesitando em expulsá-los da comunidade, o que só reforça a necessidade de criação e permanência da Reserva Extrativista do Batoque (Figura 68 e Tabela 20, no Apêndice II).

Alguns relatos chegam a ser pungentes:

Só saio daqui, das minhas terras, dentro do meu caixão.

Nasci aqui e quero deixar isto aqui para os meus filhos.

Se não fosse a Reserva, a gente já estava bem longe daqui.

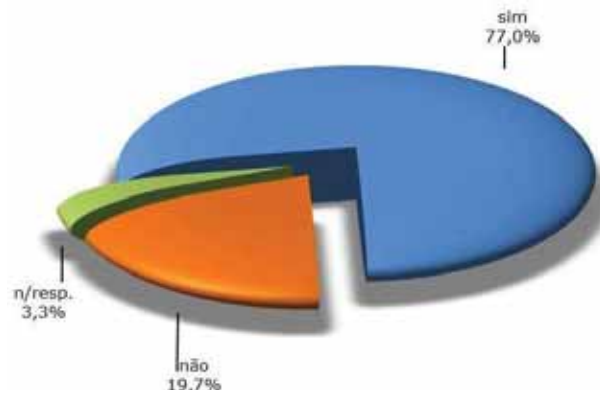


Figura 68. Ocorrência de participação do entrevistado no movimento de resistência imobiliária.

Quanto ao fato de participarem das reuniões na Associação dos moradores, os entrevistados responderam sim (65,6%) e apenas mencionaram não (29,5%) de acordo com a Figura 69 (e Tabela 21, no Apêndice II). Vê-se assim o significativo grau de conscientização e envolvimento dos comunitários nos assuntos de interesses dos moradores da região, fortalecendo um sentimento de pertencimento com o local e preservação de sua identidade cultural e humana.

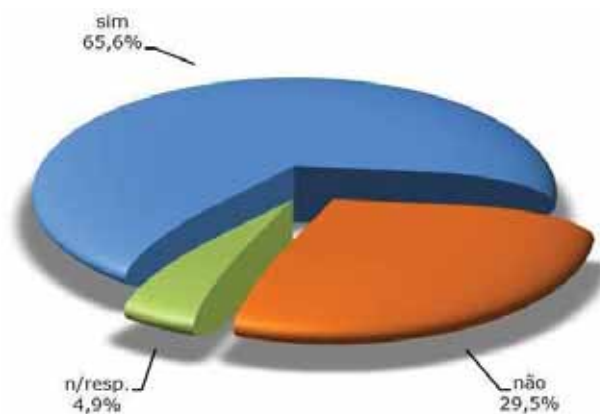


Figura 69. Ocorrência de participação do entrevistado nas reuniões da associação de moradores.

Quanto ao que concerne ao conhecimento acerca do significado de Reserva Extrativista, 41,0% dos comunitários demonstraram saber do que se trata; 32,8% deles disseram que não; mas, mesmo os que não sabiam este significado, confiaram que sua implantação seria a forma de defender suas terras, combatendo as pressões de agentes externos, interessados em tomá-las e expulsá-los de lá. Para alguns deles, o fato de ter a posse da terra significava a opção de poder comercializá-la para pessoas de fora da comunidade; eram movidos por sentimentos de ganho de capital, ante as pressões exercidas pelos especuladores imobiliários, o que chegou a

provocar o embargo das construções irregulares (Figura 70 e Tabela 22, no Apêndice II).

Vale citar alguns comentários:

Saber bem eu não sei não, só sei que é bom pra nós e era o jeito pra gente ficar aqui.

A Reserva foi a nossa solução, uma benção.

Só assim eu ficava com as minhas terras e agora ninguém mexe mais comigo nem me tira daqui, nem amarrado.

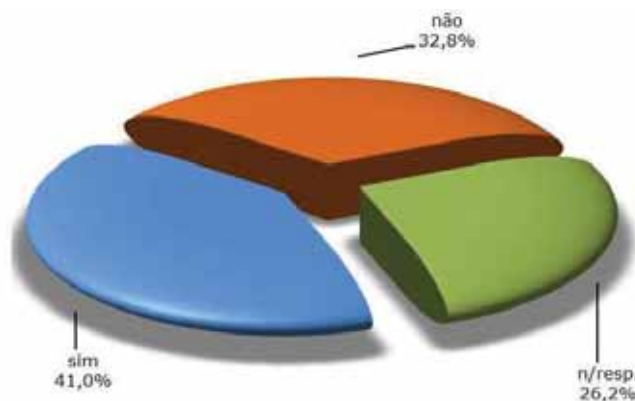


Figura 70. Conhecimento do entrevistado sobre o significado de uma reserva extrativista.

Quanto à opinião dos comunitários sobre se é correta a transformação da localidade em Reserva Extrativista, 91,8% deles disseram sim, contra 6,6% que disseram não, conforme Figura 71 (e Tabela 23, no Apêndice II). Por um lado, o surgimento da Reserva coibiu a exploração imobiliária, como ressaltamos; por outro, a comunidade ficou dependente das normas que regem a Reserva Extrativista, mantidas ou coordenadas por setores governamentais.

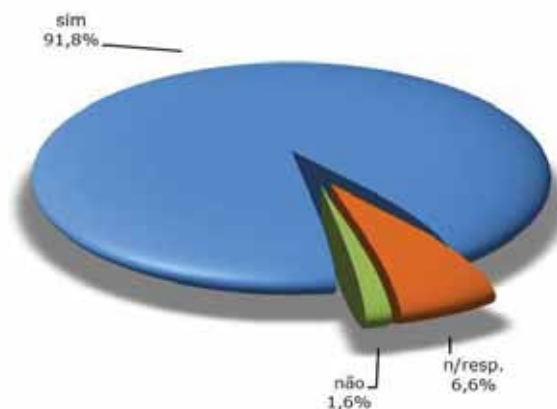


Figura 71. Opinião do entrevistado sobre se é correta a transformação da localidade em Resex.

Referentemente à questão de terem participado do projeto de criação da Reserva Extrativista, 65,6% dos entrevistados responderam que não e apenas 11,5%

disseram sim; o encaminhamento da documentação e as reuniões ficaram a cargo dos diretores da associação, restando para os demais comunitários a participação nas reuniões de moradores (Figura 72 e Tabela 24, no Apêndice II).

Destacam-se alguns depoimentos:

As brigas maiores eram com o pessoal da Associação. Eu só ficava sabendo de todas as coisas nas reuniões que tinham com a gente.

Eu sei que a coisa foi feia, teve até bala. Ainda bem que não foi comigo. Mas se fosse, eu entrava na briga também.

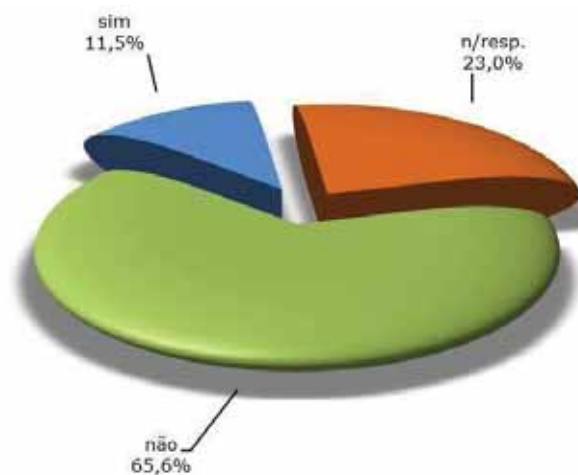


Figura 72. Entrevistados que participaram do projeto para a transformação da localidade em Resex.

Quanto às dificuldades enfrentadas durante o processo de implantação da reserva, os entrevistados responderam burocracia (70,5%), falta de apoio institucional (23,0%) e para apenas 1,6% deles não houve dificuldades, conforme a Figura 73 (e Tabela 25, no Apêndice II). Caracteriza-se, portanto, a necessidade de maior comprometimento por parte dos gestores ambientais e de membros do Governo. Mencione-se ainda o apoio de membros da Igreja Católica e funcionários do IBAMA no encaminhamento da documentação requerida.

Citemos algumas impressões:

Tinham umas pessoas que só queriam atrasar a coisa, pareciam que tavam do outro lado.

Se não fosse o Fulano a coisa não tinha dado certo. Era muita dificuldade. Muita mesmo.

Os caras lá de cima só faziam atrapalhar a vida da gente.

Foi muita briga e muito tempo pra resolver.

Até hoje eu agradeço a Deus e também ao pessoal da Associação que lutou pela gente. A luta foi grande.

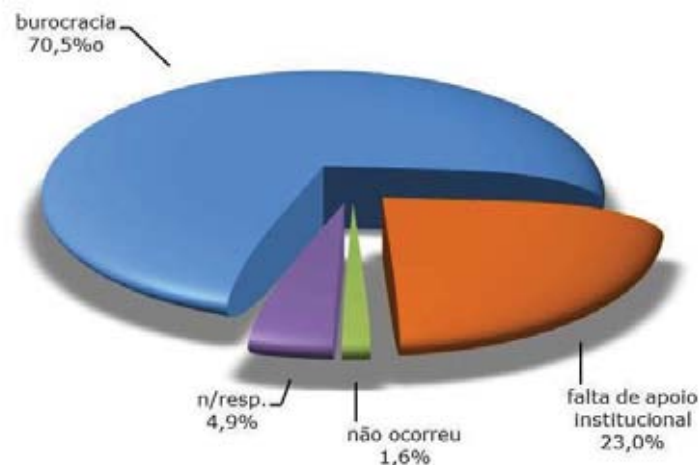


Figura 73. Dificuldades que o entrevistado considera que ocorreram durante a implantação da Resex.

No tocante à avaliação que os comunitários têm do processo de criação da Reserva Extrativista, 80,3% responderam que foi muito conturbado; 11,5% consideraram normal; 4,9% muito calmo, e apenas 3,3% deles não responderam. Vale ressaltar que a opinião normal para alguns deles já estava relacionada à ocorrência de problemas por considerarem isto comum nesse tipo de conflito (Figura 74 e Tabela 26, no Apêndice II).

Vejam-se alguns comentários de moradores:

Eu sei que teve muita briga e muita confusão.

Eu já sabia que ia ser assim. Briga já era normal. Achei foi pouco.

Nunca pensei que fosse dar bala. Eu só vi foi o barulho pra todo lado.

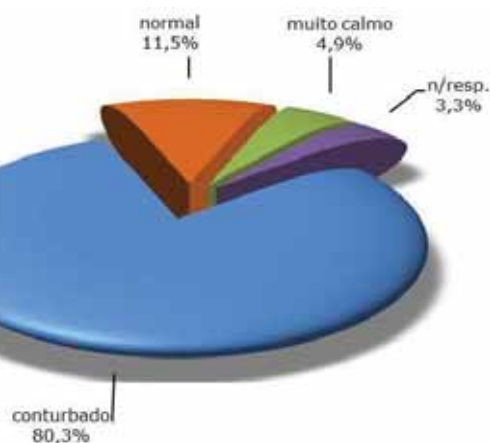


Figura 74. Avaliação do entrevistado sobre o processo de intervenção da Resex.

Quanto a conhecer o plano de utilização da Reserva Extrativista, responderam que sim (44,3%), disseram não (34,4%) e não responderam (21,3%), como representa a Figura 75 (e Tabela 27 no Apêndice II), evidenciando que nem todos conhecem por completo este plano, e também muitos não souberam responder a esta questão, e que apesar da data de criação da Reserva ser de 2003, o plano de utilização ainda não totalmente consolidado, motivado esta demora pela excessiva burocracia.



Figura 75. Conhecimento do entrevistado sobre o plano de utilização da Resex.

Quando pedimos sua opinião sobre as instituições que apoiaram a implantação da Reserva Extrativista, os comunitários consideraram como indispensável (67,2%), consideraram como regular (14,8), foram indiferentes (8,2%) e acharam que foram pouco apoiados (4,9%), conforme a Figura 76 (e Tabela 28, no Apêndice II).

As principais instituições que apoiaram a criação da reserva extrativista foram a Igreja Católica, por meio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (C. D. P. D. H.) da Arquidiocese de Fortaleza; o Ministério Público Federal; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por meio de seu Núcleo de Educação Ambiental, que estiveram à frente do processo de implantação, juntamente com a Associação dos Moradores do Batoque; cada um teve sua importância nesta participação, agindo desde a conscientização da sociedade até o apoio jurídico necessário à formalização da reserva.

A opinião dos entrevistados sobre o apoio dessas instituições é influenciada pelo grau de envolvimento de cada um no processo de luta.

Citam-se aqui alguns relatos:

Eu pensei que a gente fosse ser massacrado; mas o pessoal da Igreja deu muita força, se não fosse eles a gente tinha perdido até a cabeça e partido para a briga fazendo justiça com as próprias mãos.

Eu gostava daquele Doutor... Ele estava do nosso lado, dizendo que a justiça ia ajudar a gente.

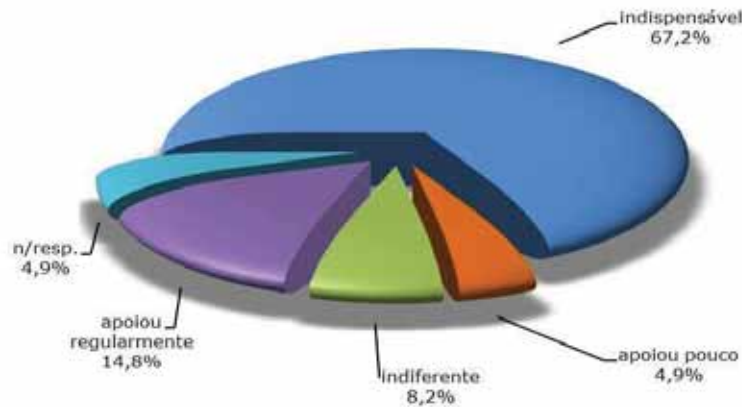


Figura 76. Opinião do entrevistado sobre as instituições que apoiaram a implantação da Resex.

Com relação em considerar que a suas vidas melhoraram com a criação da Reserva Extrativista, os entrevistados responderam que sim (63,9%), disseram que não (19,7%) e não responderam a esta questão (16,4%). Nota-se, pois, que a transformação ocorrida gerou aspectos positivos quanto à posse de suas terras que estavam ameaçadas pelos especuladores imobiliários, contribuindo para a segurança de sua permanência no local e conseqüente elevação de sua autoestima (Figura 77 e Tabela 29, no Apêndice II).

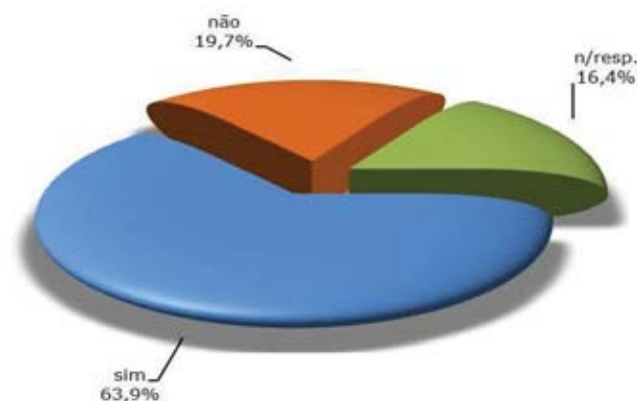


Figura 77. Opinião do entrevistado sobre se ocorreu melhoria em sua vida com a implantação da Resex.

Quanto a sua autonomia socioeconômica, com a criação da Reserva Extrativista, na opinião de 44,3% dos comunitários permanece a mesma; já 27,9%

deles responderam que aumentou; 14,8% dos entrevistados disseram que diminuiu e 13,1% não responderam, conforme a Figura 78 (e Tabela 30, no Apêndice II). Essas respostas indicam que a Reserva Extrativista do Batoque, exclusivamente, ainda não foi até agora capaz de garantir a sobrevivência dessas famílias, sendo necessário algumas vezes que muitos deles exerçam mais de um tipo de atividade de trabalho ou até mesmo busquem em outros locais uma fonte de renda.

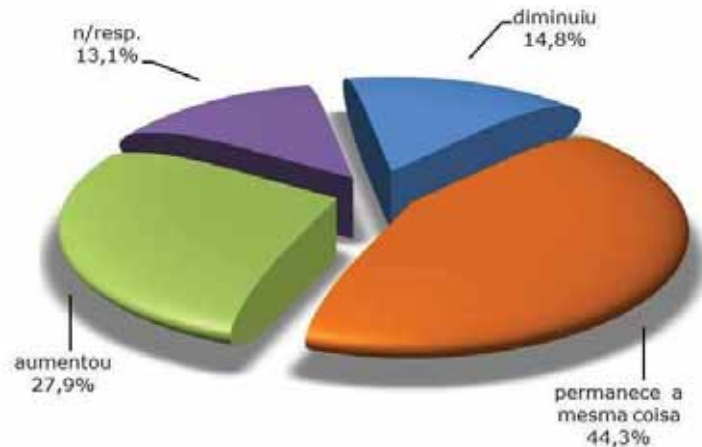


Figura 78. Opinião do entrevistado sobre sua autonomia socioeconômica com a implantação da Resex.

Nestes casos, alguns comunitários hoje trabalham na construção civil, em localidades próximas, visto que esta atividade não gera recursos na área da Reserva Extrativista; haja vista a proibição da exploração local pelo setor imobiliário, somente comunitários cadastrados podendo construir.

É importante citar alguns relatos:

Eu passo a semana fora, trabalhando como pedreiro no Eusébio e só volto para casa no final de semana e aproveito e ganho mais algum trocado nas barracas lá da praia.

Essa Reserva aí fez com que a gente aparecesse, trazendo mais turistas para as barracas da praia e no sábado e no domingo chega mais gente comprando mais.

Quando perguntados se os objetivos da Reserva Extrativista do Batoque foram alcançados, os entrevistados responderam sim (68,9%); disseram não (26,2%) e não responderam (4,9%) demonstrando que o grau de satisfação com a criação da Reserva Extrativista é elevado, notadamente em razão de ter propiciado uma garantia de permanência em suas terras (Figura 79 e Tabela 31, Apêndice II).

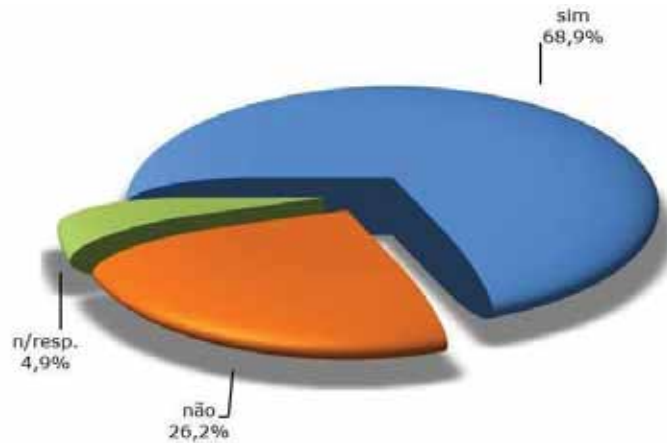


Figura 79. Opinião do entrevistado se os objetivos da Resex foram alcançados.

Embora para eles este objetivo seja o mais importante que alcançaram, não devemos esquecer que o conceito de Reserva Extrativa é bem mais amplo. Para que se possa fazer uso dos recursos naturais ali existentes como meio de sobrevivência daquelas pessoas, é preciso antes de tudo capacitá-las, e dar-lhes infraestrutura compatível com as atividades que pretendem desenvolver.

Não há dúvida de que o local é dotado de atrativos naturais de grande potencial turístico, mas a população ainda não está capacitada para gerir seus próprios negócios. É preciso apoio dos órgãos governamentais para, por exemplo, a colocação de estruturas físicas que funcionem como atrativos, e treinamento, com vistas à fidelização dos turistas, sem a perda de sua identidade original – de nativos de uma Reserva Extrativista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da comunidade da praia do Batoque para local desta pesquisa se reveste de muitos significados; é a história da mudança radical de um povo pacífico, que, aparentemente, vivia em um lugar de muita paz e tranquilidade, mas que, quando foi preciso, soube lutar por seus direitos, enfrentou a pressão dos especuladores que queriam segregá-los deste território. Uma gente simples que se manteve firme nas suas tradições, fiel às suas raízes. Foi uma luta que resultou na criação da primeira Reserva Extrativista do Ceará, servindo de exemplo para que outros povos tradicionais do Estado preservem seus territórios.

Esta pesquisa mostrou o interesse dos entrevistados pela promoção da temática socioespacial da Reserva Extrativista do Batoque e a preocupação com a sua conservação. Independentemente de sexo e comum a todas as faixas etárias da população, é evidente o respeito pelos valores, costumes e tradições, sendo a tranquilidade do local um dos aspectos que mais prezam, conforme relatos:

Sou nascido e criado na comunidade e considero o Batoque uma terra sem males.

Aqui é uma terra boa, tudo é muito bonito e tudo é muito calmo.

Mas alguns moradores sentem falta das relações mais afetivas do passado, e sonham com uma maior identidade entre os comunitários e a Reserva Extrativista. Isto porque, para muitos, sua criação serviu meramente para garantir a posse das terras, com o intuito de vendê-las. Como esta comercialização é ilegal na área da Reserva, as construções que já haviam começado foram embargadas.

Veja-se o depoimento abaixo:

Nós somos divididos por conta do povo que vem de fora querendo comprar as terras pra construir.

Ainda existem pessoas que rejeitam o movimento comunitário.

Ainda que alguns comunitários não tenham a exata dimensão da importância da Reserva Extrativista, a segurança territorial e, sobretudo, a permanência na região é preocupação de todos.

A lagoa do Batoque, considerada uns dos agentes responsáveis pela fonte de alimentação e pela qualidade de vida da população, é também origem de problemas de saúde, em consequência do atual estado de poluição de suas águas, devido ao descaso por parte da própria população e dos visitantes que a utilizam.

A recuperação desse reservatório demanda um esforço por parte da Associação dos Moradores, que deve buscar parcerias com instituições públicas, privadas, ONGs, e também dos comunitários e visitantes. É preciso uma mudança de comportamento, de atitudes e a conscientização de todos, no sentido de adaptar seu modo de interagir com o ambiente à própria sobrevivência. Nada que a execução de programas efetivos de educação ambiental não consiga.

Notou-se também que o meio ambiente passou a ser um assunto de grande interesse em todas as idades, embora não ocorra a compreensão, por algumas pessoas mais idosas, dos termos técnicos relativos às problemáticas socioespacial e ambiental; havendo maior valorização e mudança de postura nas crianças e nos adolescentes, pela absorção dos conhecimentos adquiridos na escola.

É visível o interesse que a Educação Ambiental desperta nas crianças e nos jovens, no contato com conceitos e proposições relativos ao tema. O ensino público tem o mérito de, nos últimos anos, vir enriquecendo seus conteúdos neste campo, conseguindo despertar o interesse de alunos e professores para uma grande discussão da problemática social, espacial e ambiental na comunidade.

Com o advento da Reserva Extrativista, os comunitários continuaram a sobreviver da exploração dos recursos naturais de que dispõem, mas sua capacidade de geração de emprego e renda ainda não é suficiente para suprir as necessidades dessas famílias; há mão de obra excedente, porque alguns deles migram das atividades de pesca e agricultura para a construção civil, e muitos se veem obrigados a trabalhar em municípios vizinhos.

Outra atividade que se pode desenvolver e explorar de maneira eficiente, nos limites da Reserva Extrativista, é o turismo comunitário, que propicia (em pequena escala) ocupação e renda para vários moradores do local; mas a expansão e a melhoria desta atividade requer capacitação, treinamento e o aporte de recursos externos. É preciso melhorar consideravelmente a infraestrutura local, para que ela atue como mais um fator atrativo, além das belezas naturais, – e aí sim, possa oferecer maior qualidade de vida a estas pessoas.

É certo que a comunidade venceu a luta contra os investidores imobiliários e a terra hoje lhe pertence legalmente; mas a sua luta ainda não acabou e, para que se consolide essa conquista, a gestão da Reserva Extrativista do Batoque precisa de todo o apoio possível, e o comprometimento dos responsáveis pelos órgãos institucionais, vinculados ao meio ambiente.

Consideramos que a concepção deste trabalho pode vir a ser uma fonte adicional de subsídios para estudos e programas socioespaciais, relativos à Reserva Extrativista do Batoque. As opiniões críticas da população-alvo desta pesquisa evidenciaram o desencontro entre a especulação imobiliária e a comunidade, o descompasso entre o poder econômico e a necessidade de garantir a permanência em seu local de origem e a manutenção de recursos de subsistência.

Veja-se o depoimento de um comunitário sobre os desejos das pessoas do local:

Eles querem uma estrada melhor, projetos para os jovens e o desenvolvimento de um turismo sustentável.

É necessário que os órgãos institucionais revejam sua forma de pensar e de agir em relação aos problemas desta comunidade, e que esta nova forma de pensar e agir se traduza em ajuda e apoio efetivo.

Para isto existem as universidades como um espaço bem favorável para pensar e agir, capaz de gerar trabalhos não apenas científicos, mas também sociais e humanos. Este trabalho tem como papel a busca por meios para transpor obstáculos; portanto está entre suas atribuições utilizar seus resultados para despertar um novo sentimento de apoio às comunidades tradicionais.

O que nos impulsiona é a esperança de contribuir para despertar nas pessoas a importância de se viver em um mundo mais equilibrado, ou melhor, em uma comunidade na qual se possa pensar no ser humano como sendo constituído por diversas partes e por diversos olhares; um lugar em que a visão socioespacial não seja relegada a segundo plano. Infelizmente, são poucos os aspectos da questão, realmente discutidos pelos pesquisadores e políticos, que privilegiam somente os olhares que possam subsidiar a implantação de futuras políticas públicas na região.

Atualmente, há grande carência de trabalhos de caráter socioespacial na comunidade do Batoque/CE. Os novos projetos devem ser originados de mudanças internas, graduais, e que não sejam impostas aos moradores da reserva. A

participação e iniciativa destes comunitários em novos projetos, na escola e na comunidade, responde a sua busca de uma cultura local, garantidora da geração de recursos para sua sobrevivência.

Cabe dizer que existem bons exemplos de projetos sociais sendo desenvolvidos, atualmente, no país e em outras comunidades. Sendo assim, é imprescindível a troca de informações neste âmbito, o que poderá ser obtido a partir de encontros locais, regionais e até nacionais sobre o assunto, até porque, mesmo os projetos que fracassam, têm algo a ensinar. São, também por isto, um poderoso instrumento de aproximação entre os pesquisadores e as várias realidades sociais.

A consciência da relação do Homem com seu *habitat* deve ser retomada dentro da própria comunidade e das escolas, onde se tornou evidente o interesse e a disponibilidade de todos na discussão do tema.

Não há dúvida de que novos projetos devem ser desenvolvidos, mas não podem ser considerados como fórmulas revolucionárias que resolverão todos os problemas da comunidade. Se conseguirem despertar o interesse de todos em preservar e explorar os recursos naturais do lugar, e manter essas pessoas informadas sobre o meio a que pertencem, já terão grande mérito.

Este trabalho de análise não é conclusivo, no sentido estrito do termo; não é algo fechado que se encerra aqui como um livro, e que é disponibilizado ao meio acadêmico. O objetivo principal é desenvolver nas pessoas uma consciência crítica do cotidiano, para que elas mesmas busquem qualidade de vida e se sintam por ela responsáveis.

Tendo como público-alvo os moradores da Reserva Extrativista do Batoque/CE, tentamos romper o isolamento entre o saber acadêmico produzido nas universidades e a população; afinal, não somente os pesquisadores ou os moradores da comunidade em foco se preocupam com o assunto; a preservação do ambiente – permitam-nos o clichê – diz respeito a todos os habitantes do planeta.

Decerto muitas indagações não foram ou não serão totalmente respondidas, não sendo possível reconhecer, em muitos momentos, a origem dos conflitos, mas somente suas implicações mais diretas; consideramos, no entanto, como saldo positivo o ensinamento dos moradores da Reserva do Batoque, que assim podemos resumir: seja qual for a situação, e ainda que os obstáculos nos pareçam maiores que

a nossa força, sempre podemos escolher novos caminhos, e contar com o apoio dos homens de boa vontade.

É preciso lembrar que ninguém escolhe o ventre, a localização geográfica, a condição socioeconômica e a condição sociocultural para nascer. Nasce onde o acaso determinar. Por isso, temos que cuidar de todos aqueles que estão em todos os recantos deste país.

Aziz Ab'Saber

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Pesquisa em ciências sociais** in: HIRANO, S. Pesquisa Social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

AB´SÁBER. A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas? São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. A. N. **Brasil: paisagens de exceção**: o litoral e o Pantanal matogrossense, patrimônios básico – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

ADECE. **Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará**. www.adece.ce.gov.br acesso em 14 dez. 2010

ANDER-EGG, E. **Metodologia y práctica del desarrollo de la comunidad**. Buenos Aires: Lúmen_hvmanitas, 1980.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL. GESTÃO PARTICIPATIVA DO SNUC – MMA – BRASÍLIA, 2004.

AMARAL, A. L. (2005). **Dicionários de direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>> acesso em 03 dez. 2011.

AQUIRAZ-RIVIERA. Ceará, Brasil. Disponível em <<http://www.aquiraz-riviera.com>> acesso em 27 dez 2011.

BARIZAN, A. C. C. **Representações sociais sobre a temática ambiental de licenciados em Ciências Biológicas**: subsídios para repensar a formação inicial de professores. [Dissertação de mestrado]. Bauru: UNESP, 2003. 134 p.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRAID, E. C. M. **Reserva extrativista do Batoque**: contextualização ambiental e proposições de ordenamento ambiental sustentável. Aquiraz, Ceará, Brasil. Tese de Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional- Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, 2004, 220p.

BRASIL. **Mensagem 6832/06**. EXECUTIVO. POLÍTICA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO. Disponível em: <www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/body/au6832.htm> Acesso em 31 jan. 2011.

_____. **Resolução CONAMA nº 20**, de 18 de junho de 1986. Dispõe sobre a classificação das águas doces, salubres e salinas, em todo o território nacional, bem como determina os padrões de lançamento. In: Diário Oficial da União. Distrito Federal, julho/1986.

_____. **Resolução CONAMA nº 274**, de 29 de novembro de 2000. Dispõe sobre a balneabilidade das águas doces, salinas e salubres. In: Diário Oficial da União. Distrito Federal, janeiro/2001.

_____. **Resolução CONAMA nº 357**, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. In: Diário Oficial da União. Distrito Federal, março/2005.

CLAUDINO-SALES, V. **Os litorais cearenses**. In: SILVA, José Borzacchiello et. al. (Org.) Geografia do Ceará. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

CNPT. **Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais**. Relatório Final do Projeto Reservas Extrativistas. Programas Piloto Para Prospecção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG –7, Brasília, 1995 –1990.

COELHO et. al. **Caracterização socioeconômica da Comunidade do Batoque no litoral leste do estado do Ceará**. Fortaleza. IBAMA/CE. 1999.

CORIOLOANO, L. N. M.T. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza – São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança/ Luzia Neide M. T. Coriolano, Ana Maria Matos de Araújo, Fábio Perdigão Vasconcelos (...)** – Fortaleza: EdUECE, 2009.

CORIOLOANO L. N. M. T., ROCHA. A. M., LIMA, L. C. **A Luta Pelo Direito À Terra, Cultura, Turismo E Desenvolvimento Local: O Caso Batoque – Aquiraz – Ce**, 2003.

CPRM – **Serviço Geológico do Brasil**. Atlas digital de geografia e recursos minerais do Ceará. 2003. CD-ROM.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. S. Paulo, Atlas, 1985.

FUNDAÇÃO Instituto de Planejamento do Ceará (IPLANCE). **Atlas do Ceará Fortaleza, 1989**. GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – <www.ceara.gov.br>

GONÇALVES, C. W. P. Os descaminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1996.

HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Disponível em: <www.ibama.gov.br> acesso em: 14 dez. 2010

IBAMA/CE. **Laudo biológico de área da comunidade do Batoque e entorno, litoral leste do Estado do Ceará** – Brasil, Fortaleza, 1999, 101 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br> acesso em 14. dez. 2010.

ICMbio. INSTITUTO CHICO MENDES DA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE <www.icmbio.gov.br> acesso em 17 jan. 2011.

JUVÊNCIO, F. J. M.; QUEIROZ, Z. F. de; LIMA, R. H. C. **Diagnóstico das condições de saneamento ambiental da comunidade do Batoque – Aquiraz – CE**, Limoeiro do Norte, 2003, 80p.

KONDER, L, **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LIMA, M. C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. São Paulo: USP, 2002. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP.

LUCHIARI, M. T. D. P. Caiçaras, migrantes e turistas: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista. São Sebastião Distrito de Maresias. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). fev 1992.

MARINO, E. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2. ed., Saraiva; São Paulo: 2003. Instituto Ayrton Senna.

MARINO, M. T. R. D. **Zoneamento geoambiental do município de Amontada**. Costa oeste do estado do Ceará. Fortaleza: UFC, 2004. Dissertação de Mestrado em Geologia Ambiental, Departamento de Geologia/ UFC.

MENDES, E. G.; LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo. In: **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza, ano 03, num. 06, 2004, p. 43-52.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>, acesso em dez 2011.

MONTENEGRO Jr, I. R. P. *Gestão de Impactos no Litoral de Aquiraz – CE*. Dissertação (Mestrado). UFC, Fortaleza, 2004.

_____. **Turismo e urbanização: gestão de impactos no litoral de Aquiraz/CE**. 2004. 259f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MUEHE, D. **Geomorfologia Costeira**. In: GUERRA, A. J. T. & Cunha, S. B. da (Orgs). *Geomorfologia: Uma Atualização de bases e Conceitos*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ. Disponível em <www.aquiraz.ce.gov.br>, acesso em 14 dez. 2010.

ROCHA, A. M. **A Luta pelo Direito à Terra, Cultura e Desenvolvimento Local: O caso de Batoque, Aquiraz-CE**. 2003.120f. Relatório de Pesquisa de Iniciação

Científica (Laboratório de Estudos do Território e do Turismo) UECE – Fortaleza, 2003.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. **Por que Investir no Ceará – 2010**. Disponível em: www.setur.ce.gov.br/categorias5/por-que-investir-no-ceara acesso em 14 dez. 2010

SILVA, E. V. da. *Modelo de Aproveitamiento y preservación de los manglares de Marisco Y Barro Preto – Aquiraz – Ceará*. Dissertação de Mestrado Planificação Rural e Meio Ambiente – Centro Internacional de Altos Estudos Agrônomico Mediterrâneo de Zaragoza, 1987, 347p.

SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C. (coord.). **Atlas escolar, espaço geo-histórico e cultural**. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVEIRA, S. M. R. **Zoneamento paisagístico do Pontal de Maceió, Fortim, CE: proposta para um desenvolvimento local sustentável**. Fortaleza: UFC, 2004. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC.

SEMACE. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. Disponível em www.semace.ce.gov.br - acesso em 14 dez. 2010.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Brasília – Ministério do Meio Ambiente. 2000.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda., 2002.

VIDAL, M. R (2006). “*Proposta de gestão ambiental para a reserva extrativista do Batoque – Aquiraz/CE*”, DISSERTAÇÃO de Mestrado em Geografia – Departamento de Geografia. UFC. Fortaleza.

Apêndice I. Questionário

A sua contribuição, ao responder estas perguntas, é indispensável, pois este questionário faz parte de uma coleta de dados para uma dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP – Rio Claro e seus resultados servirão como fontes de estudo, para elaboração e desenvolvimento de futuros projetos socioambientais.

| | | | |
|-------------------------------------|---|-----------|-------------------------|
| Local: | | Data: / / | |
| 1 - DADOS PESSOAIS | | | |
| 1.1 | Nome: | | |
| 1.2 | Sexo: () masculino () feminino | | |
| 1.3 | Faixa de Idade (em anos) | | |
| | () 0 – 5 | () 6 -10 | () 11 -15 ()16 - 20 |
| | () 21-25 | () 26-30 | () 31 - 35 () 36 - 40 |
| | () 41-45 | () 46-50 | () 51 - 55 () 56 - 60 |
| | () 61-65 | () 66-70 | () mais 70 |
| 1.4 | Naturalidade: () Batoque () Aquiraz () Fortaleza () Pindoretama () outras: _____ | | |
| 1.5 | Você morou antes em outra localidade: Sim () Não () | | |
| 1.6 | Tempo de residência na comunidade: (___) anos e (__) meses | | |
| 1.7 | Nível de alfabetização: () analfabeto () sabe ler () sabe ler e escrever | | |
| 2 – SOBRE O TRABALHO E RENDA | | | |
| 2.1 | Trabalha fora da RESEX: Sim () Não () | | |
| 2.2 | Área de trabalho () agricultura () pecuária () comércio () serviços () educação () funcionalismo público () outros | | |
| 2.3 | Tempo de emprego/trabalho: | | |
| 2.4 | Sua faixa de renda familiar: menos de 1 SM () 1 SM () 2 a 3 SM () 4 a 5 SM () Mais de 5 SM () | | |
| 2.5 | Recebe algum benefício do governo? Sim () não () | | |
| 3 – DAS CONDIÇÕES DE MORADIA | | | |
| 3.1 | A sua casa é feita de: Alvenaria () Palha() Taipa () | | |
| 3.2 | Tem banheiro: Sim () Não () | | |
| 3.3 | A água para beber é da rede pública () poço () | | |
| 3.4 | Tem energia elétrica Sim () Não () | | |
| 3.5 | Tem televisão em casa? Sim () não () | | |

| | |
|---|---|
| 3.6 | Tem rádio em casa? Sim () não () |
| 3.7 | Qual programa mais lhe interessa? Jornais () novela () Filmes () |
| 4 – COM RELAÇÃO AOS CUIDADOS COM A SAÚDE | |
| 4.1 | Recebe orientação de saúde da rede pública? Sim () não () |
| 4.2 | Recebe medicamentos gratuitos fornecidos pelo governo? Sim () não () |
| 5 - SOBRE A RESERVA EXTRATIVISTA | |
| 5.1 | Você participou do movimento de resistência imobiliária? Sim () Não () |
| 5.2 | Tem participado das reuniões da Associação dos Moradores? Sim () Não () |
| 5.3 | Você entende o significado de uma Reserva Extrativista? Sim () Não () |
| 5.4 | A decisão de transformação da localidade em RESEX foi correta? Sim () Não () |
| 5.5 | Você participou do Projeto na RESEX do Batoque? Sim () Não () |
| 5.6 | Que dificuldades você acha que ocorreram durante a implantação? Burocracia () Falta de apoio institucional () não ocorreu dificuldade () |
| 5.7 | Como você avalia o processo de intervenção da RESEX? Conturbado () Normal () Muito calmo () |
| 5.8 | Você conhece o plano de utilização da RESEX? Sim () Não () |
| 5.9 | Que opinião você tem sobre as instituições que apoiaram a implantação da RESEX? Indiferente () apoiou pouco () apoiou regularmente () indispensável (...) |
| 5.10 | Com a RESEX do Batoque a sua vida melhorou? Sim () Não () |
| 5.11 | Quanto a sua autonomia socioeconômica? Diminuiu () permanece a mesma coisa () aumentou () |
| 5.12 | Os objetivos da RESEX do Batoque foram alcançados? Sim () Não () Não sabe () |

Apêndice II. Tabelas

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 3. Distribuição dos entrevistados por gênero..... | 122 |
| Tabela 4. Distribuição dos entrevistados por faixa etária. | 122 |
| Tabela 5. Naturalidades mencionadas pelos entrevistados..... | 122 |
| Tabela 6. Entrevistados que já moraram antes em outra localidade. | 122 |
| Tabela 7. Tempo aproximado de moradia dos entrevistados na comunidade..... | 123 |
| Tabela 8. Nível de alfabetização dos entrevistados. | 123 |
| Tabela 9. Entrevistados que trabalham fora da Resex..... | 123 |
| Tabela 10. Distribuição dos entrevistados por tempo no emprego/trabalho. | 123 |
| Tabela 11. Entrevistados que recebem algum benefício do governo. | 124 |
| Tabela 12. Tipo de moradia do entrevistado. | 124 |
| Tabela 13. Existência de banheiro na moradia do entrevistado. | 124 |
| Tabela 14. Origem da água de beber do entrevistado. | 124 |
| Tabela 15. Entrevistados que possuem energia elétrica em casa..... | 124 |
| Tabela 16. Entrevistados que possuem televisão em casa..... | 125 |
| Tabela 17. Programas que mais interessam o entrevistado..... | 125 |
| Tabela 18. Entrevistados que recebem orientação de saúde da rede pública..... | 125 |
| Tabela 19. Entrevistados que recebem medicamentos do governo. | 125 |
| Tabela 20. Ocorrência de participação do entrevistado no movimento de resistência imobiliária..... | 125 |
| Tabela 21. Ocorrência de participação do entrevistado nas reuniões da associação de moradores..... | 126 |
| Tabela 22. Conhecimento do entrevistado sobre o significado de uma reserva extrativista. | 126 |
| Tabela 23. Opinião do entrevistado sobre se é correta a transformação da localidade em Resex..... | 126 |
| Tabela 24. Entrevistados que participaram do projeto para a transformação da localidade em Resex..... | 126 |
| Tabela 25. Dificuldades que o entrevistado considera que ocorreram durante a implantação da Resex..... | 126 |
| Tabela 26. Avaliação do entrevistado sobre o processo de intervenção da Resex. | 127 |
| Tabela 27. Conhecimento do entrevistado sobre o plano de utilização da Resex. | 127 |
| Tabela 28. Opinião do entrevistado sobre as instituições que apoiaram a implantação da Resex..... | 127 |
| Tabela 29. Opinião do entrevistado se ocorreu melhoria em sua vida com a implantação da Resex..... | 127 |
| Tabela 30. Opinião do entrevistado sobre sua autonomia socioeconômica com a implantação da Resex..... | 127 |
| Tabela 31. Opinião do entrevistado se os objetivos da Resex foram alcançados. | 128 |

Tabela 3. Distribuição dos entrevistados por gênero.

| Sexo | Entrevistados | |
|-----------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Masculino | 29 | 47,5% |
| Feminino | 32 | 52,5% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 4. Distribuição dos entrevistados por faixa etária.

| Faixa etária (anos) | Entrevistados | |
|---------------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| 0-5 | 0 | 0,0% |
| 6-10 | 0 | 0,0% |
| 11-15 | 3 | 4,9% |
| 16-20 | 4 | 6,6% |
| 21-25 | 9 | 14,8% |
| 26-30 | 9 | 14,8% |
| 31-35 | 8 | 13,1% |
| 36-40 | 6 | 9,8% |
| 41-45 | 8 | 13,1% |
| 46-50 | 5 | 8,2% |
| 51-55 | 3 | 4,9% |
| 56-60 | 2 | 3,3% |
| 61-65 | 2 | 3,3% |
| 66-70 | 1 | 1,6% |
| > 70 | 1 | 1,6% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 5. Naturalidades mencionadas pelos entrevistados.

| Naturalidade | Entrevistados | |
|--------------------------|---------------|----------------|
| | abs. | Frequência (%) |
| Batoque | 45 | 73,8% |
| Aquiraz | 9 | 14,8% |
| Fortaleza | 3 | 4,9% |
| Pindoretama | 3 | 4,9% |
| Outro estado do nordeste | 1 | 1,6% |
| Total de questionários | 61 | 100,0% |

Tabela 6. Entrevistados que já moraram antes em outra localidade.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Não | 47 | 77,0% |
| Sim | 14 | 23,0% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 7. Tempo aproximado de moradia dos entrevistados na comunidade.

| Tempo (anos) | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| 0,1 a 1,0 | 1 | 1,6% |
| 1,1 a 2,0 | 1 | 1,6% |
| 2,1 a 3,0 | 1 | 1,6% |
| 3,1 a 5,0 | 2 | 3,3% |
| 5,1 a 10,0 | 5 | 8,2% |
| 10,1 a 15,0 | 7 | 11,5% |
| 15,1 a 20,0 | 8 | 13,1% |
| 20,1 a 25,0 | 16 | 26,2% |
| 25,1 a 30,0 | 9 | 14,8% |
| 30,1 a 40,0 | 6 | 9,8% |
| 40,1 a 50,0 | 2 | 3,3% |
| > 50,1 | 2 | 3,3% |
| Não responderam | 1 | 1,6% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 8. Nível de alfabetização dos entrevistados.

| Alfabetização | Entrevistados | |
|---------------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sabe ler e escrever | 24 | 39,3% |
| Sabe ler | 21 | 34,4% |
| Analfabeto | 13 | 21,3% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 9. Entrevistados que trabalham fora da Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Não | 37 | 60,7% |
| Sim | 21 | 34,4% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 10. Distribuição dos entrevistados por tempo no emprego/trabalho.

| Faixa de tempo (anos) | Entrevistados | |
|-----------------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| 2,1 a 3,0 | 1 | 1,6% |
| 3,1 a 5,0 | 4 | 6,6% |
| 5,1 a 10,0 | 7 | 11,5% |
| 10,1 a 15,0 | 8 | 13,1% |
| 15,1 a 20,0 | 13 | 21,3% |
| 20,1 a 25,0 | 17 | 27,9% |
| 25,1 a 30,0 | 6 | 9,8% |
| 30,1 a 40,0 | 4 | 6,6% |
| Não responderam | 1 | 1,6% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 11. Entrevistados que recebem algum benefício do governo.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 23 | 37,7% |
| Não | 20 | 32,8% |
| Não responderam | 18 | 29,5% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 12. Tipo de moradia do entrevistado.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Alvenaria | 41 | 67,2% |
| Taipa | 14 | 23,0% |
| Palha | 3 | 4,9% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 13. Existência de banheiro na moradia do entrevistado.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 45 | 73,8% |
| Não | 12 | 19,7% |
| Não responderam | 4 | 6,6% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 14. Origem da água de beber do entrevistado.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Poço | 51 | 83,6% |
| Outras fontes | 7 | 11,5% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 15. Entrevistados que possuem energia elétrica em casa.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 55 | 90,2% |
| Não | 4 | 6,6% |
| Não responderam | 2 | 3,3% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 16. Entrevistados que possuem televisão em casa.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 52 | 85,2% |
| Não | 6 | 9,8% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 17. Programas que mais interessam o entrevistado.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Novelas | 36 | 59,0% |
| Filmes | 11 | 18,0% |
| Jornais | 11 | 18,0% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 18. Entrevistados que recebem orientação de saúde da rede pública.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 27 | 44,3% |
| Não | 24 | 39,9% |
| Não responderam | 10 | 16,4% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 19. Entrevistados que recebem medicamentos do governo.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Não | 34 | 55,7% |
| Sim | 17 | 27,9% |
| Não responderam | 10 | 16,4% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 20. Ocorrência de participação do entrevistado no movimento de resistência imobiliária.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 47 | 77,0% |
| Não | 12 | 19,7% |
| Não responderam | 2 | 3,3% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 21. Ocorrência de participação do entrevistado nas reuniões da associação de moradores.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 40 | 65,6% |
| Não | 18 | 29,5% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 22. Conhecimento do entrevistado sobre o significado de uma reserva extrativista.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 25 | 41,0% |
| Não | 20 | 32,8% |
| Não responderam | 16 | 26,2% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 23. Opinião do entrevistado sobre se é correta a transformação da localidade em Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 56 | 91,8% |
| Não | 1 | 1,6% |
| Não responderam | 4 | 6,6% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 24. Entrevistados que participaram do projeto para a transformação da localidade em Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Não | 40 | 65,6% |
| Sim | 7 | 11,5% |
| Não responderam | 14 | 23,0% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 25. Dificuldades que o entrevistado considera que ocorreram durante a implantação da Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|------------------------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Burocracia | 43 | 70,5% |
| Falta de apoio institucional | 14 | 23,0% |
| Não ocorreu | 1 | 1,6% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 26. Avaliação do entrevistado sobre o processo de intervenção da Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Conturbado | 49 | 80,3% |
| Normal | 7 | 11,5% |
| Muito calmo | 3 | 4,9% |
| Não responderam | 2 | 3,3% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 27. Conhecimento do entrevistado sobre o plano de utilização da Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 27 | 44,3% |
| Não | 21 | 34,4% |
| Não responderam | 13 | 21,3% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 28. Opinião do entrevistado sobre as instituições que apoiaram a implantação da Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|---------------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Indispensável | 41 | 67,2% |
| Apoiou regularmente | 9 | 14,8% |
| Indiferente | 5 | 8,2% |
| Apoiou pouco | 3 | 4,9% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 29. Opinião do entrevistado se ocorreu melhoria em sua vida com a implantação da Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|-----------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 39 | 63,9% |
| Não | 12 | 19,7% |
| Não responderam | 10 | 16,4% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 30. Opinião do entrevistado sobre sua autonomia socioeconômica com a implantação da Resex.

| Respostas | Entrevistados | |
|-------------------------|---------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Permanece a mesma coisa | 27 | 44,3% |
| Aumentou | 17 | 27,9% |
| Diminuiu | 9 | 14,8% |
| Não responderam | 8 | 13,1% |
| Total | 61 | 100,0% |

Tabela 31. Opinião do entrevistado se os objetivos da Resex foram alcançados.

| Respostas | Entrevistados | |
|------------------|----------------------|----------------|
| | Número | Percentual (%) |
| Sim | 42 | 68,9% |
| Não | 16 | 26,2% |
| Não responderam | 3 | 4,9% |
| Total | 61 | 100,0% |

ANEXO

DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2003²⁶

Cria a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista do Batoque abrange uma área de aproximadamente seiscentos e um hectares e cinco centiares, localizados em terrenos de marinha, tendo por base as Folhas MIR-685 e MIR-752, publicadas pela Diretoria de Serviço Geográfico - DSG do Exército Brasileiro, e delimitação elaborada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 38º13'37.40" WGr e 04º00'39.33" S, localizado na margem esquerda do Riacho Bela Vista, segue por uma reta de azimute 257º09'03.48" e distância de 184,367 metros, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 38º13'43.22" WGr e 04º00'40.67" S; deste, segue por uma reta de azimute 312º32'59" e distância de 766,01 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'01.54" WGr e 04º00'23.82" S; daí, segue por uma reta de azimute 280º10'51" e distância de 418,65 metros, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'14.90" WGr e 04º00'21.42" S; deste, segue por uma reta de azimute 295º26'54" e distância de 123,34 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'18.51" WGr e 04º00'19.70" S; deste, segue por uma reta de azimute 225º21'37" e distância de 351,53 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'26.61" WGr e 04º00'27.75" S; deste, segue por uma reta de azimute 242º00'24" e distância de 42,61 metros, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'27.84" WGr e 04º00'28.40" S; deste, segue por uma reta de azimute 320º29'20" e distância de 579,39 metros, até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'39.81" WGr e 04º00'13.86" S; deste, segue por uma reta de azimute 202º27'01" e distância de 155,81 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'41.73" WGr e 04º00'18.55" S; deste, segue por uma reta de azimute 296º18'24" e distância de 340,72 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 38º14'51.64" WGr e 04º00'13.64" S; deste, segue por uma reta de azimute 26º38'18" e distância de 43,63 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas

²⁶ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9892.htm> acesso em 26 mar 2012.

aproximadas 38°14'51.00" WGr e 04°00'12.37" S; deste, segue por uma reta de azimute 33°08'37" e distância de 250,81 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'46.57" WGr e 04°00'05.53" S; deste, segue por uma reta de azimute 320°17'36" e distância de 399,05 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'54.85" WGr e 03°59'55.54" S; deste, segue por uma reta de azimute 355°25'17" e distância de 48,38 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'55.50" WGr e 03°59'54.10" S; deste, segue por uma reta de azimute 319°37'02" e distância de 1.050,24 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'17.59" WGr e 03°59'28.07" S; deste, segue por uma reta de azimute 51°01'14" e distância de 433,99 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'06.66" WGr e 03°59'19.17" S; daí, segue por uma reta de azimute 321°07'46" e distância de 1.107,16 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'29.21" WGr e 03°58'51.12" S; deste, segue por uma reta de azimute 77°06'49" e distância de 623,26 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'09.50" WGr e 03°58'46.61" S; deste, segue por uma reta de azimute 78°48'18" e distância de 97,86 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'06.40" WGr e 03°58'45.96" S; deste, segue acompanhando a margem da Lagoa do Marisco, por uma distância de 384,22 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'01.22" WGr e 03°58'39.27" S; deste, segue por uma reta de azimute 49°43'36" e distância de 267,62 metros, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'54.60" WGr e 03°58'33.63" S, localizado na linha da preamar; deste, segue, no sentido sudeste, acompanhando a linha da preamar, por uma distância de 4.457,04 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 38°13'24.35" WGr e 04°00'23.75" S, localizado na interseção da linha de preamar com a margem esquerda do Riacho Bela Vista em sua desembocadura; deste, segue por uma distância de 1.384,35 metros, pela margem esquerda do Riacho Bela Vista, no sentido montante, até o Ponto 1, inicial desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de 13.510,06 metros.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista do Batoque, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva